

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARDOCHÉE OGÉCIME

**(RE)PENSANDO A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA  
PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO DO HAITI**

Belo Horizonte  
2021

MARDOCHÉE OGÉCIME

**(RE)PENSANDO A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA  
PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO DO HAITI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

**Linha de Pesquisa:** Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

**Orientador:** Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

BELO HORIZONTE

2021

O34r Ogécime, Mardochée.

(Re) pensando a sociedade da informação e do conhecimento na periferia [recurso eletrônico]: um estudo de caso do Haiti / Mardochée Ogécime. – 2021.

1 recurso eletrônico (157 f : il., color): pdf.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 140-157.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Sociedade da informação - Teses. 3. Globalização – Teses. 4. Desenvolvimento econômico – Teses. 5. Haiti – condições sociais – Teses. I. Título. II. Moura, Maria Aparecida. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU:316.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TESE

Às 09:00 horas do dia 26 de agosto de 2021, por videoconferência, realizou-se a sessão pública para a defesa da Tese de **MARDOCHEE OGCIME**. A presidência da sessão coube a Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Gustavo Silva Saldanha (IBICT), Juliana Horta de Assis Pinto (UFRJ), Maria Guiomar da Cunha Frota (ECI/UFMG), Rodrigo Moreno Marques (ECI/UFMG), e Maria Aparecida Moura, (ECI/UFMG), orientadora. Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: "*(RE)PENSANDO A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO DO HAITI*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar **aprovada** a tese de doutorado. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. A banca destaca: o alto nível da pesquisa, o notório envolvimento entre sujeito da pesquisa e objeto; a condição política do objeto de estudo; a perspectiva crítica na condução do trabalho; a contribuição para uma epistemologia decolonial e diálogo transnacional da pesquisa que aponta para uma perspectiva emancipatória Sul -Sul. Por todos os méritos apontados, recomenda a publicação do trabalho e a indicação da candidatura da tese aos prêmios pertinentes. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

**Belo Horizonte, 26 de agosto de 2021.**

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Moura, Membro de comissão**, em 02/09/2021, às 05:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Moreno Marques, Professor do Magistério Superior**, em 02/09/2021, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Horta de Assis Pinto, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Silva Saldanha, Usuário Externo**, em 03/09/2021, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Membro**, em 08/09/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0923834** e o código CRC **041AE3FC**.

Dedico esta tese ao meu amado pai (in memoriam) Mercurieu OGÉCIME, maior exemplo de perseverança na busca do conhecimento e que apesar das dificuldades, soube transmitir toda sua sabedoria e apoio constante, e às vítimas da pandemia, bem como uma homenagem aqueles(as) que lutam todos os dias para sobreviver e que investem na construção de um mundo mais justo. Como Dany Laferrière costuma dizer: “quando tudo desmorona, só resta a cultura”; e, que cultura?

## **AGRADECIMENTOS**

A todos e todas que contribuíram para a realização desta experiência acadêmica, e mais particularmente:

Antes de tudo e acima de todos, a vocês Espíritos Santos, grandes e misericordiosos, que me têm mantido no boom e na tempestade. Obrigado por guiar e iluminar meus passos, me levando ao logro dos meus sonhos.

À minha família pelo apoio e amor; e, que compreendeu o ascetismo de escrever uma tese e respeitou minhas distâncias e ausências; vocês fizeram muitos sacrifícios por mim nesta aventura intelectual e me apoiaram ao longo de toda a jornada, apesar de seus problemas e sofrimentos pessoais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, pela grande confiança que me concedeu e, o interesse, dedicação, competência e especial atenção acordada a esta pesquisa. Faltam-me palavras suficientes para expressar-lhe a minha gratidão pelas aberturas de horizontes, e quão extraordinárias, no intuito de me guiar, incentivar e aconselhar; proporcionando-me condições e oportunidades para construir e robustecer minha carreira profissional.

Aos membros das bancas examinadoras: professora Maria Guiomar da Cunha Frota, professor Hormindo Pereira de Souza Junior, professor Rodrigo Moreno Marques, professora Juliana de Assis e professor Gustavo Silva Saldanha pelo interesse, disponibilidade e contribuições para a melhoria deste trabalho de pesquisa.

À comunidade da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) por me dar a grande oportunidade de lograr um objetivo que o meu coração ansiava; e, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Aos colegas, professores e amigos que direta ou indiretamente estiveram associados aos meus estudos doutorais. Então, em um exercício difícil de esmiuçarem-se, meus especiais agradecimentos à: Priscilla Gonçalves Pereira, Brenner Lopes, Luciana Marinho Andrade, Lisa Minelli, Amanda Dabéss, Kelly Rita de Azevedo, Eduardo Valadares da Silva, Andreza Gonçalves, Ney Lúcio Silva,

Felipe Eleutério Hoffman, Rubens Alves da Silva, Ana Paula, Ana Ribeiro, Rosana Trivela, Matheus Aguiar, Luiz Osvaldo, Andreia Sousa, Jaqueline Souza...

Aos meus companheiros e apoiadores incansáveis: Ketsia Ogécime, Marcson Ogécime, Watson Désilien, Guerda Darius, Elcie Duloirier Hinson, Saintélus Toussaint, Ronald Joseph (in memoriam) e Miolin Charles-pierre (in memoriam); sem vocês o caminho teria sido inabordável.

Aos colegas haitianos, bolsistas do programa PAEC/OEA/GCUB (Programa de Alianças para Educação e Capacitação/ Organização dos Estados Americanos/ Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras), edição 2017, especialmente: Jhon Kelly Monacé, Samuel Béliard, Jean Alex Thimothée, Frantz Pierre, Mathurin François, Daphné Donacien, Carvel Suprien, Julner Pachoute e Jude Civil que souberam converter os tempos desta experiência em momentos extraordinários de muitas aprendizagens e descontração oportuna.

Aos meus leitores e avaliadores, cujas correções e observações me permitiram aprimorar esta tese.

"Ciência sem consciência não é senão a ruína da alma".

Rabelais (1494-1553)

## RESUMO

Analisa a sociedade da informação e do conhecimento no Haiti por meio de um olhar crítico sobre as perspectivas que orientam os modelos das suas iniciativas em prol do desenvolvimento socioeconômico. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso que se objetiva entender por que os projetos e programas de informação implementados no Haiti nos últimos anos não têm cumprido suficientemente os objetivos propostos e verificar se eles respondem às demandas específicas do país para normalizar-se no interior desta modalidade de sociedade globalizada. É uma abordagem que busca orientar o estudo da sociedade de informação e do conhecimento para a apreensão dos componentes dos modos de interação do Haiti com a sociedade-mundo; tais componentes abrangem atitudes, representações e práticas culturais e comportamentos econômico-políticos e sociais que envolvem a relação do país com o corpo social globalizado. A epistemologia desta aposta se dimensiona e se configura na cultura informacional que constrói e institui os sentidos: políticos, geopolíticos, sociológicos, antropológicos, educacionais, históricos, técnicos, tecnológicos, socioculturais e econômicos, tanto da ação informacional, como da cultura da informação. Destarte, procede-se à sistematização das evidências decorrentes da implementação deste modelo de sociedade no país para construir e extrair variáveis e indicadores, buscando um esquema interpretativo na direção de uma fenomenologia hermenêutica centrada sobre a experiência e o contexto particulares do Haiti, no intuito de alcançar uma compreensão histórica do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no país. O diagnóstico deste exercício analítico é abordado a partir da perspectiva crítica da Universalização dos Direitos Humanos por meio dos critérios pautados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desdobrados na Agenda 2030; mais precisamente, aquela que pressupõe inserir a matriz organizada pela informação-conhecimento-tecnologia como base estratégica para a consecução do desenvolvimento do país nesta dinâmica de sociedade. Portanto, é apresentada uma reflexão esmiuçada sobre a influência social, política, educacional, cultural e econômica dos projetos e programas que implicam a implementação desta natureza de sociedade no país e, são analisados os modos de institucionalização das relações de poder que envolvem essas iniciativas. Na análise da experiência haitiana, observa-se que a sociedade da informação e do conhecimento se resulta de uma instância originária, direta e consecutiva de três modos de interação, nomeadamente as relações coloniais, neocoloniais e as relações de cooperação internacional. Esses três modos de relações são aparentemente separados, mas participam das mesmas redes imaginárias de inferioridade, de negação ou de desprezo do país como o “outro” a ser incluído na ordem mundial. Identificou-se que a colonização se relaciona com a conquista, escravidão, administração e ocupação do país cuja população é considerada como coisa, selvagem e incivilizada; a neocolonização se resulta das dinâmicas de (re)administração das relações coloniais e a cooperação internacional como um empreendimento de conquista cultural e ocupação do imaginário por meios da materialização dos sentidos que normaliza o Haiti como país e comunidade pobre, subdesenvolvido e periférico configurando-o em uma sociedade composta de subsistemas: subsistema cultural, subsistema social, subsistema político e subsistema econômico; conseqüentemente, tais subsistemas não têm conseguido cumprir adequadamente suas respectivas funções, pois, dominados pelas violências políticas do sistema-mundo, eles reproduzem, decadentemente os seus funcionamentos de maneira anacrônica, perversa e caótica.

**Palavras-chave:** Economia política da Informação. Sociedade da Informação e do Conhecimento. Desenvolvimento Territorial. Informação-Conhecimento-Tecnologia. Globalização. Mundialização. Decolonialidade. Haiti

## ABSTRACT

It analyzes the information and knowledge society in Haiti through a critical look at the perspectives that guide the models of its initiatives in favor of socioeconomic development. Methodologically, this is a case study that aims to understand why the information projects and programs implemented in Haiti in recent years have not sufficiently met the proposed objectives and to verify whether they respond to the specific demands of the country to normalize in the interior of this modality of globalized society. It is an approach that seeks to guide the study of the information and knowledge society to apprehend the components of Haiti's modes of interaction with the world-society; such components include cultural attitudes, representations and practices and economic-political and social behaviors that involve the country's relationship with the globalized social body. The epistemology of this bet is dimensioned and configured in the informational culture that builds and institutes the meanings: political, geopolitical, sociological, anthropological, educational, historical, technical, technological, sociocultural and economic, both in informational action and in the culture of information. Thus, it proceeds to systematize the evidence arising from the implementation of this model of society in the country to build and extract variables and indicators, seeking an interpretive scheme towards a hermeneutic phenomenology centered on the particular experience and context of Haiti, in order to achieve a historical understanding of the phenomenon of the information and knowledge society in the country. The diagnosis of this analytical exercise is approached from the critical perspective of the Universalization of Human Rights through the criteria based on the Millennium Development Goals, unfolded in the 2030 Agenda; more precisely, that which presupposes inserting the matrix organized by information-knowledge-technology as a strategic basis for achieving the country's development in this dynamic of society. Therefore, a detailed reflection is presented on the social, political, educational, cultural and economic influence of projects and programs that imply the implementation of this nature of society in the country, and the ways of institutionalizing power relations involving these initiatives are analyzed. In the analysis of the Haitian experience, it is observed that the information and knowledge society results from an original, direct and consecutive instance of three modes of interaction, namely colonial, neo-colonial and international cooperation relations. These three modes of relationships are apparently separate, but they participate in the same imaginary networks of inferiority, denial or contempt of the country as the "other" to be included in the world order. It was identified that colonization is related to the conquest, slavery, administration and occupation of the country whose population is considered as a thing, savage and uncivilized; neo-colonization results from the dynamics of (re)administration of colonial relations and international cooperation as an enterprise of cultural conquest and occupation of the imagination through the materialization of the senses that normalize Haiti as a poor, underdeveloped and peripheral country and community, configuring it in a society composed of subsystems: cultural subsystem, social subsystem, political subsystem and economic subsystem; consequently, such subsystems have not been able to adequately fulfill their respective functions, because, dominated by the political violence of the world-system, they decadently reproduce its functioning in an anachronistic, perverse and chaotic way.

**Keywords:** Political Economy of Information. Information and Knowledge Society. Territorial Development. Information-Knowledge-Technology. Globalization. Mondialisation. Decoloniality. Haiti.

## RESUMEN

Analiza la sociedad de la información y el conocimiento en Haití a través de una mirada crítica a las perspectivas que orientan los modelos de sus iniciativas a favor del desarrollo socioeconómico. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso que tiene como objetivo comprender por qué los proyectos y programas de información implementados en Haití en los últimos años no han cumplido suficientemente con los objetivos propuestos y verificar si responden a las demandas específicas del país para normalizarse en el interior de esta modalidad de sociedad globalizada. Es un enfoque que busca orientar el estudio de la sociedad de la información y el conocimiento para la aprehensión de los componentes de los modos de interacción de Haití con la sociedad-mundo; dichos componentes incluyen actitudes, representaciones y prácticas culturales y comportamientos económico-políticos y sociales que involucran la relación del país con el cuerpo social globalizado. La epistemología de esta apuesta se dimensiona y configura en la cultura informacional que construye e instituye los significados: político, geopolítico, sociológico, antropológico, educativo, histórico, técnico, tecnológico, sociocultural y económico, tanto en la acción informacional como en la cultura de la información. Así, se procede a la sistematización de las evidencias que surgen de la implementación de este modelo de sociedad en el país para construir y extraer variables e indicadores, buscando un esquema interpretativo hacia una fenomenología hermenéutica centrada en la experiencia y contexto particular de Haití, con el fin de lograr una comprensión histórica del fenómeno de la sociedad de la información y del conocimiento en el país. El diagnóstico de este ejercicio analítico se aborda desde la perspectiva crítica de la Universalización de los Derechos Humanos a través de los criterios basados en los Objetivos de Desarrollo del Milenio, desdoblados en la Agenda 2030; más precisamente, lo que presupone insertar la matriz organizada por información-conocimiento-tecnología como base estratégica para lograr el desarrollo del país en esta dinámica de sociedad. Por lo tanto, se presenta una reflexión detallada sobre la influencia social, política, educacional, cultural y económica de los proyectos y programas que implican la implementación de esta naturaleza de sociedad en el país, y se analizan las formas de institucionalización de las relaciones de poder que involucran estas iniciativas. En el análisis de la experiencia haitiana, se observa que la sociedad de la información y del conocimiento resulta de una instancia originaria, directa y consecutiva de tres modos de interacción, a saber, las relaciones: colonial, neocolonial y de cooperación internacional. Estos tres modos de relación están aparentemente separados, pero participan de las mismas redes imaginarias de inferioridad, de negación o desprecio del país como el "otro" a ser incluido en el orden mundial. Se identificó que la colonización está relacionada con la conquista, esclavitud, administración y ocupación del país cuya población es considerada como una cosa, salvaje e incivilizada; La neo-colonización resulta de la dinámica de (re) administración de las relaciones coloniales y la cooperación internacional como emprendimiento de conquista cultural y ocupación del imaginario a través de la materialización de los sentidos que normalizan a Haití como un país y comunidad pobre, subdesarrollado y periférico, configurándolo en una sociedad compuesta de subsistemas: subsistema cultural, subsistema social, subsistema político y subsistema económico; en consecuencia, tales subsistemas no han podido cumplir adecuadamente sus respectivas funciones, porque, dominados por la violencia política del sistema-mundo, reproducen decadentemente su funcionamiento de manera anacrónica, perversa y caótica.

**Palabras-clave:** Economía política de la información. Sociedad de la información y el conocimiento. Desarrollo territorial. Información-Conocimiento-Tecnología. Globalización. Mundialización. Decolonialidad. Haití.

## REZIME

Tèz sa prezante yon analiz sou sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans an Ayiti nan yon linèt kritik sou pèspektiv ki oryante inisyativ modèl sosyete sa, nan objektif pou rive atenn devlopman sosyal ak devlopman ekonomik nan peyi a. Nan sa ki genyen pou wè ak metodoloji nou itilize nan tèz sa, nou travay sou yon etid ka ki chache konprann poukisa pwojè ak pwogram enfòmasyon yo enplemante an Ayiti yo, nan dènye lane sa yo, pa rive reponn ak objektif pwopoze yo epi verifye si pwojè ak pwogram sa yo reponn ak bezwen peyi a pou l rive nòmalize tèt nan modèl sosyete globalize sila. Se yon apwòch ki bay tèt li pou objektif nan chache lòt fason yo ka etidye sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans nan yon dimansyon kote nou ka rive konprann eleman ki konpoze modèl relasyon Ayiti genyen ak sosyete-mond lan; eleman sa yo regwoupe: atitud, reprezantasyon, pratik kiltirèl, konpòtman sosyal ak konpòtman ekonomi-politik ki enplike nan relasyon peyi a ak divès sosyete ki konpoze l antanke peyi. Epistemoloji paryaj sa twouve l epi konfigire tèt li nan kilti enfòmasyonèl ki konstwi epi enstitye siyifikasyon: politik, jewopolitik, sosyolojik, antwopolojik, edikasyonèl, istorik, teknik, teknolojik, sosyo-kiltirèl ak ekonomik ki oryante aksyon enfòmasyonèl yo ak kilti enfòmasyon nan peyi a. Nan sans sa, nou sistematize evidans nou note yo sou fason yo enplemante modèl sosyete sa nan peyi a, pou nou rive konstwi epi twouve varyab ak endikatè yo ki ka konpoze yon chema ki klè epi ki ka ede nou entèprete aksyon sa yo nan yon fenomenoloji èmenetik ki baze sou eksperyans ak kontèks patikilye Ayiti a antanke peyi; nan espwa ke egzèsis sa ap ede nou jwenn yon eksplikasyon istorik sou fenomèn sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans lan nan peyi a. Evalyasyon egzèsis analitik sa posib gras ak yon abòdaj nou reyalize sou pèspektif kritik sou fason zafè Inivèsalizasyon Dwa Moun, sitou nan sa ki gen pòu wè ak kritè yo etabli yo nan Objektif Milènè yo pou Devlopman an, ak lòt kritè yo adisyone nan Ajennda 2030 lan; sitou pèspektif kritik ki fè konprann ke matris sa ki konpoze l de: Enfòmasyon-Konesans-Teknoloji se yon baz estratejik pou rive atenn Devlopman peyi a nan dinamik sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans lan. Nan sans sa, nou prezante yon refleksyon byen detaye sou enflyans sosyal, politik, edikasyonèl, kiltirèl ak ekonomik ke projè ak pwogram sa yo enplike nan konstriksyon baz modèl sosyete sa nan peyi a; nou analize tou, tout fason entititizasyon relasyon pouvwa yo fèt andann inisyativ sa yo. Nan analiz eksperyans peyi Dayiti a, nou konstate ke sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans lan soti nan yon enstans ki makonnen, an menm tan epi dirèkteman, ak twa modèl enteraksyon; modèl enteraksyon sa yo twouve yo nan relasyon kolonyal, neyo-kolonyal ak koperasyon entènasyonal la, enteraksyon sa yo manifeste nan tout modèl relasyon peyi a etabli ak lòt gwo peyi ejenmik yo. Twa modèl relasyon sa yo ka parèt diferan, men o fon, yo patisipe nan menm rezo imajinè: imajinè siperyorite, imajinè enferyorite, imajinè negasyon ak mepri ki toujou konsidere peyi a tankou yon « lòt ti peyi » ke gwo peyi yo dwe fè patisipe oubyen mennen patisipe nan Ôd Mondyal la. Nan modèl relasyon sa yo, nou rive idantifye rezilta sans kolonizasyon an ki li menm makonnen ak konkèt, lesklavaj, administrasyon ak kolonizasyon peyi a, kote yo konsidere popilasyon peyi a tankou bagay, sovaj ak popilasyon ki pa sivilize; rezilta sans neyo-kolonizasyon an makonnen ak tout lòt aksyon ofisyèl oubyen operasyon kachèt ki genyen objektif pou reyadministre relasyon kolonyal yo nan peyi a; epi sans koperasyon entènasyonal la makonnen ak tout lòt aksyon oubyen mouvman ki gen objektif pou domine epi okipe imajinè Ayisyen yo sou fason yo montre yo wè epi konprann peyi a tankou yon sosyete pòv, sou-devlope, periferik – paske yo konfigire l tankou yon sosyete ki konpoze l sèlman de ti-sistèm: ti-sistèm kiltirèl, ti-sistèm sosyal, ti-sistèm politik, ti-sistèm ekonomik; nan sans sa, ti-sistèm sa yo pa janm rive ranfòse kapasite yo pou ranpli fonksyon li yo nan fason sa sipoze fèt; paske ti-sistèm sa yo domine pa yon vyolans politik ki twouve l nan sistèm-mond lan; ebyen ti-sistèm sa yo pa sispann degrenngole epi repwodwi fonksyonman li yo nan yon fason kawotik, anakwonik epi pèvès.

**Mo-kle:** Ekonomi politik enfòmasyon. Sosyete enfòmasyon ak sosyete konesans. Devlopman terityal. Enfòmasyon-Konesans-Teknoloji. Globalizasyon. Mondyalizasyon. Dekolonyalite. Ayiti.

## RÉSUMÉ

On analyse la société de l'information et de la connaissance en Haïti à travers un regard critique sur les perspectives qui orientent les modèles de ses initiatives en faveur du développement socio-économique. Méthodologiquement, il s'agit d'une étude de cas qui vise à comprendre pourquoi les projets et programmes d'information mis en œuvre en Haïti ces dernières années n'ont pas suffisamment répondu aux objectifs proposés et à vérifier s'ils répondent aux demandes spécifiques du pays de se normaliser à l'intérieur de cette modalité de société mondialisée. C'est une approche qui cherche à orienter l'étude de la société de l'information et de la connaissance vers l'appréhension des composantes des modes d'interaction d'Haïti avec la société-monde ; ces composantes comprennent les attitudes, les représentations, les pratiques culturelles et les comportements économique-politiques et sociaux qui impliquent la relation du pays avec le corps social global. L'épistémologie de ce pari est dimensionnée et configurée dans la culture informationnelle qui construit et institue les significations: politique, géopolitique, sociologique, anthropologique, éducative, historique, technique, technologique, socioculturelle et économique, tant dans l'action informationnelle que dans la culture de l'information. Ainsi, on procède à la systématisation des évidences issues de la mise en œuvre de ce modèle de société dans le pays pour construire et extraire des variables et des indicateurs, en recherchant un schéma d'interprétation vers une phénoménologie herméneutique centrée sur l'expérience et le contexte particulier d'Haïti, afin d'atteindre une compréhension historique du phénomène de la société de l'information et de la connaissance dans le pays. Le diagnostic de cet exercice analytique est abordé dans la perspective critique de l'Universalisation des Droits de l'Homme à travers les critères basés sur les Objectifs du Millénaire pour le Développement, mobilisés dans l'Agenda 2030; plus précisément, celle qui suppose d'insérer la matrice organisée par l'information-connaissance-technologie comme base stratégique pour parvenir au développement du pays dans cette dynamique de société. Par conséquent, une réflexion détaillée est présentée sur l'influence sociale, politique, éducative, culturelle et économique des projets et programmes qui impliquent la mise en œuvre de cette nature de société dans le pays, et les manières d'institutionnalisation des relations de pouvoir impliquant ces initiatives sont analysées. Dans l'analyse de l'expérience haïtienne, on constate que la société de l'information et de la connaissance résulte d'une instance originaire, directe et consécutive de trois modes d'interaction, à savoir les relations coloniales, néocoloniales et de coopération internationale. Ces trois modes de relations sont apparemment distincts, mais ils participent des mêmes réseaux imaginaires de supériorité et d'infériorité, de déni ou de mépris du pays comme « l'autre » à inclure dans l'ordre mondial. Il a été identifié que la colonisation est liée à la conquête, l'esclavage, l'administration et l'occupation du pays dont la population est considérée comme chose, sauvage et non civilisée; La néocolonisation résulte de la dynamique de (ré)administration des relations coloniales et de la coopération internationale comme entreprise de conquête culturelle et d'occupation de l'imaginaire à travers la matérialisation des sens qui normalisent Haïti en tant que pays et communauté pauvre, sous-développé et périphérique, le configurant en une société composée de sous-systèmes: sous-système culturel, sous-système social, sous-système politique et sous-système économique; par conséquent, de tels sous-systèmes n'ont pas été en mesure de remplir adéquatement leurs fonctions respectives, car, dominés par la violence politique du système-monde, ils reproduisent de manière décadente leur fonctionnement de manière anachronique, perverse et chaotique.

**Mots-clés:** Économie politique de l'information. Société de l'information et de la connaissance. Développement territorial. Information-Connaissance-Technologie. Globalisation. Mondialisation. Décolonialité. Haïti

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1- MAPA DA AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DAS TIC NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.	77
FIGURA 2 - MAPA DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030	79
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO VALOR AGREGADO POR SETOR	88
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA EXTERNA EM MILHÕES DE DÓLARES	89
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE EMIGRANTES E PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO HAITIANA	99
QUADRO 1 – QUANTIDADE DE EMIGRANTES E PORCENTAGEM DE EMIGRANTES QUE VIVEM EM PAÍSES INDUSTRIALMENTE DESENVOLVIDOS	100
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE EMIGRANTES POR DESTINAÇÃO	100
GRÁFICO 5 – REMESSAS ENVIADAS PELOS EMIGRANTES E PARTE DESSAS REMESSAS, EM PORCENTAGEM, DO PRODUTO INTERNO BRUTO.	101
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CORRUPÇÃO NO HAITI.	118
GRÁFICO 7 – AS LÍNGUAS NO HAITI.	127
GRÁFICO 8 – COMPARAÇÃO DO VALOR DO PIB DO HAITI E O VALOR DE MERCADO DA GAFAM (EM BILHÕES DE DÓLARES USD).	131

## LISTA DE ABREVIATURA

ALA	Associação Latino-americana de Arquivos.
CEISAL	Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CIA	Central Intelligence Agency.
CIA	Conselho Internacional de Arquivos.
CIC	Convenção Interamericana contra a Corrupção.
CLACSO	Conselho Latino-americano das Ciências Sociais.
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.
CONATEL	Comissão Nacional das Telecomunicações.
DAES	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.
DOT Force	Digital Opportunity Task Force.
EPT	Educação para Todos.
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
GAID	Aliança Global para as Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento.
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ou Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.
NII	National Information Infrastructure (Infraestrutura Nacional de Informação).
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OEA	Organização dos Estados Americanos.
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PGI	Programa Geral de Informação.
PIB	Produto Interno Bruto.
PII	Programa Integrado em Informática.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP).
REDIAL	Red Europea de Información y Documentación sobre América Latina.
UE	União Europeia.
UIT	União Internacional das Telecomunicações.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
TI	Transparency International
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>20</b>
1.1 CONTEXTO DA PESQUISA.....	22
1.2 PROBLEMA.....	25
<b>2 CONSTRUINDO O MARCO METODOLÓGICO .....</b>	<b>30</b>
2.1 A estratégia metodológica proposta na tese: estudo de caso.....	33
2.2 O caso de estudo e seus critérios de seleção .....	35
2.3 Fontes.....	37
2.4 Complexidade da construção do objeto da pesquisa: Rupturas e problemática epistemológicas dos conceitos nucleares da tese.....	38
<b>3. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E SEUS CONTEXTOS.....</b>	<b>42</b>
3.1 O SIGNIFICADO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA.....	45
3.2 DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO. ....	48
3.3 CONTEXTO ECONÔMICO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	53
3.4 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	57
<b>4 MEDIAÇÃO E AÇÕES POLÍTICAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>60</b>
4.1 POLÍTICA, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E POLÍTICAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO.....	61
4.2 AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E SUAS VARIÁVEIS.....	66
4.3 PESQUISA EM POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: UM CAMPO DE ESTUDO EXTENSO E UM DOMÍNIO .....	70
4.4 MEDIAÇÕES POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO EM PROL DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO À ESCALA GLOBAL .....	74
4.4.1 Nações Unidas.....	75
4.4.1.1 Dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio à Agenda 2030 .....	75
4.4.1.2 Aliança Global para as Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento (GAID) .....	79
4.4.2 UNESCO.....	80

3.4.2.1 Do programa 'Educação para Todos' para a Educação de Desenvolvimento Sustentável.....	81
<b>5 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: UMA MANUTENÇÃO OU TRANSIÇÃO ECONÔMICA NO HAITI? .....</b>	<b>86</b>
5.1 ECONOMIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: UM FATOR DETERMINANTE DO DESENVOLVIMENTO NO HAITI? .....	87
5.2 OS CONTORNOS DO CAPITALISMO INFORMACIONAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA DE VIOLÊNCIA NO PAÍS .....	91
5.3 DA ANORMALIDADE IMATERIAL DA ECONOMIA À ABERRAÇÃO INSTRUMENTO-INFORMACIONAL .....	94
5.3 DA DESMATERIALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS AO CULTO À IMIGRAÇÃO .....	98
5.3.1 A fuga de capital intelectual – interações entre migrações e desenvolvimento .....	103
<b>6 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO HAITI: O (CO)AGENCIAMENTO DOS IMAGINÁRIOS COLONIAIS, NEOLIBERAIS E INTERNACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO HAITIANO .....</b>	<b>109</b>
6.1 A (RE) DEPARTAMENTALIZAÇÃO COLONIAL DO HAITI PARA O SISTEMA-MUNDO COMO VETOR DETERMINANTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.....	112
6.2 DA COLONIZAÇÃO “AMERICANA” AO EXTRATIVISMO INFORMACIONAL.....	120
6.2 O PESO DO IMAGINÁRIO INTERNACIONAL NA CONFIGURAÇÃO DO ESTADO .....	135
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade haitiana contemporânea é atravessada por inúmeras mudanças, sendo relevante a que se relaciona com a transição fundamental no ambiente informacional, o que levou à premissa da existência de um novo paradigma de sociedade baseada, essencialmente, na Informação; daí a designação de Sociedade da Informação (Sociedade do Conhecimento na medida em que a informação seja um meio de produção/disseminação de Conhecimento). Este novo modelo de sociedade supõe assentar em novos quadros de desenvolvimento econômico, social e cultural decorrente do processo da globalização<sup>1</sup> no país, o qual considera a forma como ele estabelece as suas relações (que sejam de natureza econômica, política, social e/ou cultural).

Deste cenário global, a informação é concebida como um dos principais recursos de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. Essa nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. Nela, a ideologia do desenvolvimento dos países supõe passar mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção essencial depende manifestamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

No Haiti, a emergência da sociedade da informação e do conhecimento pressupõe a tomada de consciência dos governos, das organizações internacionais e da sociedade civil de que devem se articular para garantir que seus benefícios possam ser efetivamente alcançados a todos os haitianos. O advento deste paradigma institui o fundamento de novas formas de organização e de produção social em escala mundial, redefinindo a inserção do país na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Além disso, este paradigma acarreta como consequência, o surgimento de novas demandas dirigidas ao

---

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão desta tese, é pertinente diferenciar e contextualizar as noções da globalização e da mundialização. A noção da globalização não se refere a uma representação do mundo; ela se refere à metamorfose do capitalismo emancipado do arcabouço nacional (ou pós-fordista) e financeirizado; ela descreve a reorganização do “local” sob o efeito do “transnacional” e conduz à reflexão sobre a interação com o local. Neste sentido, o local não se apresenta como escala geográfica, mas, um princípio de conectividade e de relacionalidade. Este princípio de interação promove a intensificação da diversidade (cultural e social) em escala global e nacional devido à reconfiguração das identidades e por meio da influência das metrópoles, da generalização global do neoliberalismo, da financeirização da economia mundial e da conexão instantânea dos atores do capitalismo (BOUCHERON, 2009). Portanto, a noção da “mundialização” caracteriza um processo multidimensional que envolve diferentes aspectos da vida das sociedades e dos indivíduos. Ela se refere à intensificação dos fluxos de trocas de bens tangíveis e intangíveis; e, diz respeito aos registros sociais, culturais, ambientais e econômicos e, de fato, envolve diferentes disciplinas. Neste sentido, considera-se que o ciclo de mundialização que atravessa as sociedades contemporâneas não é o primeiro da história. A mundialização se refere, portanto, ao advento do mundo, como um espaço, como uma sociedade e como uma escala relevante de análise em vários campos de estudo. Sua história se confunde com a do surgimento de trocas e circulações humanas (LÉVY, 2008).

poder público no que constitui o seu próprio funcionamento e a sua normalização<sup>2</sup> no interior da sociedade mundial (MOURA, 2014).

Sob esse prisma, supõe-se para a governança local que o desenvolvimento neste novo modelo de sociedade implica uma gestão eficiente dos serviços e sistemas de informação, e o uso de tecnologias necessárias a eles. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão encontram-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública. Deste fundamento, caberia ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que os saltos técnicos e tecnológicos tenham paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, cultural, econômica e política.

Entretanto, como projeto político idealizado, consensuado e pactuado globalmente e de implementação local, as iniciativas dessa envergadura determinam uma estrutura desigual tanto nos parâmetros de aproximação<sup>3</sup> como nas suas métricas de labelização<sup>3</sup> para esse modelo dominante de sociedade. Também, na sua inserção na globalização; como perversidade (SANTOS, 2012), tais iniciativas impactam a estrutura social das nações, fomentando a adoção de práticas socioculturais e de regimes políticos e informacionais característicos do ocidentalo-centrismo, e as brechas entre as nações e os segmentos sociais.

Portanto, este trabalho propõe uma reflexão esmiuçada sobre a influência social, política, educacional, cultural e econômica dos projetos e programas que orientam este modelo de sociedade no Haiti. O diagnóstico das mesmas é abordado a partir da iniciativa crítica da Universalização dos Direitos Humanos por meio dos critérios pautados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; mais precisamente aquela que pressupõe inserir a matriz organizada pela informação-conhecimento-tecnologia como base estratégica para a consecução do desenvolvimento do país nesta nova dinâmica de sociedade.

Esta tese encontra, então, a sua relevância na análise crítica da ideologia universalizante na qual se emanam os pressupostos de que um melhor planejamento dos programas e projetos de informação em um país pode permitir a reforçar o bem-estar geral através da disseminação dos benefícios da informação e as tecnologias associadas a ela.

A epistemologia desta aposta se dimensiona e se configura na cultura informacional que constrói e institui os sentidos: políticos, geopolíticos, sociológicos, antropológicos,

---

<sup>2</sup> A noção de “normalização” é usada nesta tese como expressão do poder explícito das iniciativas, modelos, pensamento, práticas e operações de consolidação e de configuração, preponderância teórica e epistemológica que descreve e parametriza a ação da inclusão do “outro” periférico, pobre, subdesenvolvido e subalternizado na sociedade-mundo como sentido de mundo consolidado e possibilidade assimétrica de emancipação universal.

<sup>3</sup> O termo ‘labelização’ refere-se ao processo de atribuição de uma imagem, aparentemente, de qualidade a uma iniciativa política, sociocultural ou econômica.

educacionais, históricos, técnicos, tecnológicos, socioculturais e econômicos, tanto da ação informacional, como da cultura da informação. Trata-se de um domínio da cultura da informação com uma abstração mais ampla, abrangendo as diversas relações sociais, culturais, políticas e econômicas criadas sobre a informação, a cultura geral e as considerações éticas em uma perspectiva de integração social, cultural, econômica e política. Neste exercício intelectual, a organização do mundo é uma instância de iniciação da ação da informação e implica o poder de dar sentido às situações e de construir a própria relação com o mundo.

Portanto, a perspectiva da informação considerada nesta tese se sistematiza, também, no “informacionalismo” (CASTELLS, 2011) como atributo de descrição e caracterização de uma forma particular de organização social em que a sua criação, organização, processamento e transmissão passam a serem as fontes primárias de produtividade e poder, devido às novas condições tecnológicas emergentes na contemporaneidade. Igualmente, a análise da cultura informacional no Haiti compreende o estudo da cultura geral em que as formas sociais e técnicas da organização social, econômica e cultural permeiam todos os ramos de atividade, desde as atividades dominantes, as práticas formais e informais da vida cotidiana.

## 1.1 Contexto da pesquisa

O Haiti é uma república democrática, cooperativista e social. O governo se organiza como uma república semipresidencialista; um sistema multipartidário em que o presidente é o chefe de Estado eleito diretamente por eleições populares. Conforme a Constituição de 1987, recentemente emendada, o governo se opera mediante três poderes: o **poder executivo**, exercido pelo primeiro-ministro, que atua como chefe de governo e é nomeado pelo presidente, escolhido pelo partido majoritário na Assembleia Nacional; o **poder legislativo**, investido no governo e em duas câmaras da Assembleia Nacional; e o **poder judicial**, exercido pelo Supremo Tribunal, os tribunais de recurso, os tribunais de primeira instância, os tribunais de paz e os tribunais especiais.

A República do Haiti é o único país do hemisfério ocidental que logrou uma revolução de escravos, aparente e parcialmente, bem-sucedida. Essa revolução se fundou sobre as lutas pela gestão do poder político e econômico, o que impactou o processo de construção

do Estado-Nação<sup>4</sup> marcado por constantes períodos de instabilidade política (MATIJASCIC, 2009).

A persistência da instabilidade política no Haiti tem afetado significativamente a nação. França, Estados Unidos, Canadá, Brasil e outros países ocidentais intervieram repetidamente na política local, às vezes a pedido de uma parte ou de outra. Juntos com as instituições e agências internacionais, tanto financeiras como humanitárias, estes países aplicam políticas econômicas, sociais, culturais, entre outras, que influenciam a in/capacidade do governo para proteger o tecido socioeconômico e político local (BELL, 2013). De acordo com o sociólogo haitiano Seguy (2010), esse fato junto à precariedade econômica traduzem a forte influência destes países na mínima iniciativa do governo local.

A demonstração dessa influência se evidenciou claramente na reportagem das jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman, jornalistas pelo jornal “The Nation” em 2012, que denominaram o Haiti a “República das ONGs”. A confissão sobre a impotência de um dirigente político que não manda no seu próprio país não podia ser mais sincera, direta, franca e reveladora que nas considerações do brasileiro Ricardo Seitenfus, representante especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da referida instituição no Haiti, considerando que: “o país oferece um campo livre para todas as experiências humanitárias. É inaceitável do ponto de vista moral considerar o Haiti como um laboratório [...]” (LE TEMPS, 2010, p. 12, nossa tradução<sup>5</sup>).

Bem assim, como uma maneira de se recuperar da crise econômica sofrida nos anos 80, a República do Haiti decidiu embarcar nas primeiras experiências democráticas no processo da modernização, e entrar no modelo econômico neoliberal. Na sua história contemporânea, depois de um longo período de proteção à indústria nacional diante da concorrência estrangeira, o Haiti decidiu abrir a suas fronteiras. O primeiro ato dessa iniciativa foi a assinatura do GATT em 1986 e a implementação dos primeiros programas econômicos e financeiros do FMI no mesmo ano (PERCHELLER, 2013). Isso, obviamente, tem afetado toda a vida do país, tanto na sua dimensão política, econômica, cultural e social como na sua avaliação com base no sistema estabelecido.

Do mesmo modo, agências internacionais de diversos tipos têm projetado implementar no país a sociedade da informação e do conhecimento para a modernidade econômica e política. As iniciativas têm apontado para o setor da informação no intuito de

---

<sup>4</sup> Nesta tese, o termo de “Estado-Nação” se entende como a área em que os limites culturais se fundem com os limites políticos. É um conceito teórico, político e histórico, designando a justaposição de um Estado enquanto organização política à uma Nação; isto significa dos indivíduos que se consideram como relacionados e pertencentes a uma mesma comunidade.

<sup>5</sup> “Le pays offre un champ libre à toutes les expériences humanitaires. Il est inacceptable du point de vue moral de considérer Haïti comme un laboratoire”.

promover de um lado, a utilização eficaz das TIC e, por outro lado, o uso eficiente dos recursos de informação disponíveis, na esperança de criar empregos, estimular a inteligência social, diminuir as desigualdades, promover a transparência governamental e garantir o bem-estar da população que anseia tanto um projeto desenvolvimentista em prol do bem-estar de todos.

Entretanto, na maioria dos casos, o cenário experimentado até agora mostra que essas iniciativas não têm gerado os impactos esperados desse modelo de sociedade nos países considerados como: pobres, periféricos e subdesenvolvidos, apesar da moldação de seus perfis e alteração de suas identidades nacionais. Deste movimento para a transformação socioeconômica e política resulta o processo de mudança das sociedades periféricas para uma sociedade globalizada, particularmente, para uma sociedade da informação e do conhecimento, como modelo societal de aspiração, normalização e inclusão à sociedade-mundo<sup>6</sup>, como corpo social globalizado e globalizante (KUHLMANN; ALONSO, 1994).

Deste cenário, considera-se que as iniciativas implementadas, no Haiti, em maior parte pelas agências internacionais nos últimos anos, foram insuficientes para alcançar as metas traçadas. Conforme dados levantados pela 'Central Intelligence Agency (CIA)', o Haiti ocupa a 163ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos 188 países considerados no relatório das Nações Unidas, índice calculado a partir do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de mortalidade infantil e de alfabetização dos países-membros. Apenas 52,9% da população é alfabetizada e 18,9% das crianças com menos de 5 anos estão desnutridas. O país possui uma economia frágil, fraca e pouco diversificada. Seu PIB é de apenas 8.919 bilhões de dólares, figurando-se na 147ª posição entre os países-membros da ONU. O maior setor é o de serviços, representando 58,2% da economia, seguido da agricultura com 21,5% e por último a indústria com 20,3%. O país possui uma altíssima taxa de desemprego, de 40,6%, o que significa que 2/3 da população está desempregada ou está no mercado informal de trabalho. Além disso, 58,5% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018).

Conforme o Transparency International (2017), o Haiti é o 7º país mais desigual do mundo segundo o índice de Gini. O país produz pouca eletricidade, com base no carvão

---

<sup>6</sup> Nesta tese, refere-se à noção de "sociedade-mundo", uma sociedade em que as múltiplas dinâmicas sociais em ação são constantemente marcadas por tensões intensas entre vetores que contribuem para homogeneizar as sociedades e outros que, pelo contrário, tendem a aumentar a diferenciação social, ou seja, para acentuar várias ordens de singularidades. Ela é, também, uma natureza de sociedade que decorre do processo de intensificação da globalização onde a compreensão da Economia política se determina numa visão universal de mundo conectado por uma rede complexo de relações econômicas de troca "uma economia-mundo" baseada na acumulação de capital por agentes concorrentes (WALLERSTEIN, 2011). .

vegetal, e não possui reservas de petróleo nem gás natural, tendo que importar toda a sua demanda. A sua balança comercial é negativa, tendo exportado 933,2 milhões de dólares e importado 3,149 bilhões de dólares em 2016. As exportações são basicamente de seus produtos agrícolas. E, segundo um relatório do Índice de Percepção da Corrupção de 2016, há uma forte correlação entre a corrupção e a pobreza (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017). Em 2020, o Haiti ocupa o sexto lugar entre os 180 países pesquisados para os níveis mais elevados de corrupção interna (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020).

Diante este cenário, se aposta na objetivação de instrumentos de desenvolvimento, respaldados pelo setor informacional como setor de desenvolvimento cuja dimensão econômica, sociocultural e política se assentam no/pelo setor de serviço; foi justamente desta ideologia que emana os diversos modos de configuração dos mecanismos e dinâmicas de expansão do regime informacional no país, com pouca consideração das particularidades das bases materiais da economia nacional; pois a informação é vista como este recurso ao qual é atribuído um imperativo transversal e universalmente emancipatório.

## **1.2 Problema**

Conforme este quadro, considera-se que os projetos e programas de informação implementados nos últimos anos, não vêm conseguindo suficientemente normalizar o ideal da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti. No país, as possíveis mediações da informação se encontram em uma premissa que evidencia certa ambivalência: de um lado, entre a promessa das organizações e agências internacionais, considerando a informação como um elemento promotor de desenvolvimento econômico-social, embora dando maior prioridade às tecnologias em detrimento da cultura da informação; e, por outro lado, a negligência do governo e das entidades nacionais sobre os planos, programas e projetos, que afetam a dimensão social, econômica e política da informação e do conhecimento para o cidadão haitiano.

De fato, podem-se perguntar: as categorias compostas pela matriz informação-conhecimento-tecnologia são determinantes para o desenvolvimento do Haiti? Quais são as demandas e desafios concretos da sociedade haitiana quanto aos projetos e programas de informação? Desses projetos e programas de informação implementadas no país, existe uma lógica desigual e desproporcional entre as partes e iniciativas internas e externas? Se a maioria das iniciativas levadas a cabo provém do âmbito externo, como é obstaculizada a capacidade de pensar as prioridades do país desde uma lógica interna?

Assim, este trabalho objetiva-se entender por que os projetos e programas de informação implementados no Haiti nos últimos anos não tem cumprido suficientemente os objetivos propostos e verificar se eles respondem às demandas específicas do país para normalizar-se no interior da sociedade globalizada. Esta normalização considera a ideologia que orienta a sociedade da informação e do conhecimento na qual a adoção de um marco regulamentar moderno e eficaz, de atores e usuários acessíveis e que estejam dispostos a adaptar-se ao uso de novas tecnologias, a capacidade de ter recursos e sistemas de informação eficazes; mas acima de tudo, um grande esforço para promover e construir uma cultura de informação justa e emancipadora pelos e para os indivíduos; pois, a convergências dessas instâncias conformam os instrumentos e mecanismos essenciais para garantir a inclusão na economia do conhecimento e na democracia participativa na qual estamos imersos.

Este estudo tem o seu foco no território da República do Haiti, no âmbito nacional, cuja intenção é de analisar a situação que se vive habitualmente no país, no que diz respeito aos projetos e programas implementados para a normalização da sociedade da informação e do conhecimento. A análise se incide, principalmente, nas iniciativas levadas a cabo a partir dos critérios de emancipação projetados pelos ODMs e reinvestidos pela agenda 2030, tendo em consideração o ano de lançamento do “The Digital Opportunity Task Force (DOT Force)”, como maior plano das Organizações das Nações Unidas (ONU) para a implementação de uma sociedade da informação e do conhecimento de escala global nos países mais pobres e empobrecidos, evitando assim de deixar de lado algumas nuances dos últimos anos, a fim de saber se é possível obter resultados que refletem ou não as suas relevâncias na sociedade haitiana.

Sob a ótica deste estudo que supõe analisar a sociedade da informação e do conhecimento no Haiti por meio de um olhar crítico sobre as perspectivas que orientam os modelos das suas iniciativas, propõe-se partir das seguintes hipóteses:

- ✓ Há uma lógica desigual que decorre historicamente das relações de poder entre os países na concepção dos planos e programas da sociedade da informação e do conhecimento, como sociedade globalizada.
- ✓ A capacidade de determinação das categorias: informação-conhecimento-tecnologia como instâncias de desenvolvimento no Haiti depende da capacidade de emancipação política real de suas agências no interior da sociedade-mundo.

Diante das questões anteriormente mencionadas, este trabalho de pesquisa propõe-se analisar a sociedade da informação e do conhecimento no Haiti. E, como objetivos específicos, propõe-se:

1. Identificar e sistematizar os elementos constituintes e analíticos dos programas e projetos da sociedade da informação e do conhecimento;
2. Analisar os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da configuração da Economia política da informação e do conhecimento no Haiti.
3. Analisar os modos de institucionalização das relações de poder que orientam os programas e projetos da sociedade da informação e do conhecimento no país.

Esta tese está estruturada em seis seções, que se acreditam convenientes para uma melhor exposição de seus eixos temáticos. Em sua redação, estima-se necessário, na análise do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti, o exercício intelectual de desatrelar a problemática evocada de um esquema positivista de explicação e de interpretação. Trata-se de uma perspectiva que busca orientar o estudo da sociedade de informação e do conhecimento para a apreensão dos componentes dos modos de interação do Haiti com a sociedade-mundo; tais componentes abrangem atitudes, representações e práticas culturais e comportamentos econômico-políticos e sociais que envolvem a relação do país com o corpo social globalizado.

A primeira seção engloba as considerações iniciais desta pesquisa, conectando aspectos que relacionam a representação da sociedade da informação e do conhecimento como projeto da sociedade-mundo cujas supostas capacidades objetivas de concretizar o desenvolvimento do Haiti como país pobre, periférico e subdesenvolvido. É apresentada a proposta geral da pesquisa, seus objetivos, seus contextos no caso específico do Haiti. Na perspectiva de análise do projeto da sociedade da informação e do conhecimento no país a partir das relações de poder que orientam o seu modelo, problematizam-se as questões que implicam a universalização do desenvolvimento capitalista, o aprofundamento da dependência e a deslocalização do domínio de poder na interação do país com a sociedade-mundo e/ou as suas próprias sociedades.

A segunda seção enquadra a tentativa da construção de um quadro metodológico singular ao entendimento do desenvolvimento relacionado à sociedade da informação e do conhecimento na periferia, evidenciando a complexidade que requer a sistematização desta natureza de sociedade como objeto de pesquisa no âmbito de um Estado-Nação; tais complexidades são evidenciadas na apreensão das diversas formas de mediação da informação nas dimensões estratégicas que implicam um projeto de Estado-Nação, evidenciando, no caso do Haiti, variáveis de rupturas e de correlações entre os conceitos-chave que orientam os objetivos desta tese.

A terceira seção apresenta um panorama geral das teorias que conformam a base sistemática de interpretação da sociedade da informação e do conhecimento com ênfase na

sua tríplice dimensão, na qual ela é vista como uma transição econômica, projeto político e potência de normalização social. Além da fundamentação do trabalho na teoria crítica, não se procura confrontar, particularmente, as teorias, mas, descrevê-las desde uma perspectiva interpretativa e explicativa descrevendo e extraíndo, assim, seus contextos, suas procedências e os diversos esquemas significativos das variáveis que implicam esta natureza de sociedade tanto na sociedade-mundo, na Economia política de tipo informacional, no capitalismo cognitivo, na formação humana e, como nas suas relações com o projeto contemporâneo de emancipação onde são invocadas: apostas mistificadas de suas ambíguas bases materiais para o desenvolvimento das sociedades consideradas como subdesenvolvidos, pobres e periféricos, a concretização da propagação do bem estar social através da criação de emprego de qualidade, da distribuição equitativa da riqueza no mundo, de melhor reorganização internacional do trabalho e do equilíbrio tecnológico entre os países.

A quarta seção identifica e sistematiza os elementos constituintes e analíticos dos programas e projetos de informação no contexto da sociedade da informação e do conhecimento. A este propósito, se delimita a dimensão da noção “política”, suas variáveis e se descreve o âmbito e a evolução das mediações políticas de informação e do conhecimento na tradição de pesquisa da área da Ciência da Informação. Propõe-se descrever e sistematizar as políticas de informação existentes tanto global como regional em diversas direções: programas, resoluções, projetos do setor informacional, Políticas de Informação Científica e Técnica, ações de infraestrutura e acesso às tecnologias da Informação e comunicação e ações a favor da política cultural com atenção à promoção e estímulo ao domínio das TIC e suas relações com os objetivos do milênio e a agenda 2030 como práticas de política internacional na sociedade-mundo.

Na quinta seção, analisa-se e situa-se a (re)configuração da Economia-política da matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologia como variável de reflexão não isolada dos fatores e contextos sociais, culturais, políticos e econômicos relacionados à realidade da sociedade haitiana nesta natureza de sociedade; buscando os possíveis caminhos para uma nova reflexão sobre as causas reais dos infortúnios do país através de um esquema explicativo. Objetiva-se em proceder à inteligibilidade dos fatores que têm obstaculizado a sociedade haitiana de se estruturar e funcionar neste contexto de modernização social e político-econômica, bem como se transformar e se normalizar conforme as apostas de emancipação no interior do projeto da sociedade da informação e do conhecimento.

A sexta seção focaliza a análise da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti como experiência histórica vivida de alteridade do país. Objetiva-se explorar as formas

de interação entre o mundo ocidental e o Haiti, a fim de compreender a instituição e (re)configuração da sociedade da informação e do conhecimento no país. Optou-se por analisar a sociedade da informação e do conhecimento como instância resultante, direta e consecutiva de três modos de interação, nomeadamente as relações coloniais, neocoloniais e as relações de cooperação internacional. Esses três modos de relacionamento são aparentemente separados, mas participam das mesmas redes imaginárias de superioridade e inferioridade, de negação ou de desprezo do país como o “outro” a ser incluído na ordem mundial. Pois, a colonização se relaciona com a conquista, escravidão, administração e ocupação de um território povoado por pessoas consideradas coisas, selvagens e incivilizadas; a neocolonização é entendida como dinâmicas de (re)administração das relações coloniais e a cooperação internacional como um empreendimento de conquista cultural e ocupação do imaginário por meios da materialização dos sentidos dos chamados países e comunidades pobres, subdesenvolvidos e periferias.

Esta tese se conclui com uma seção de considerações finais específicas ao caso do Haiti, talvez à realidade de outros países periféricos com experiência sócio-histórica similar ao Haiti, onde se resume as grandes linhas de abordagem deste trabalho de pesquisa e, para finalizar, algumas ideias gerais e essenciais para a sequência deste estudo. Ficam-se evidentes, apesar dos esforços intelectuais conjugados, as limitações de adoção de um quadro total de fundamentos teóricos e de compreensão desta modalidade de sociedade que se orienta por condições socioculturais, econômicas e políticas universalizantes da sociedade-mundo.

## 2 CONSTRUINDO O MARCO METODOLÓGICO

*“Para explorar o campo das possibilidades,  
a bricolagem é o método mais eficaz”*

Hubert Reeves

Todo processo de pesquisa envolve escolhas e enquadramentos metodológicos. Assim, o método refere-se à forma estruturada de realização do processo de pesquisa. Conforme Ragin (2007), o trabalho como um método pressupõe a existência de uma série de regras a seguir ou um plano predefinido para lograr um fim. A este propósito, cada passo no processo dessa pesquisa é importante e, para ela, constitui um elemento substancial de coerência e de consistência, como um todo. Estar imerso como pesquisador no contexto deste estudo permite identificar o problema desta tese, e observou-se que a problemática levantada é comum em vários países, particularmente naqueles subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Na revisão da literatura, procuram-se problemas semelhantes e observou-se que o problema está relacionado e é característico dos programas e projetos de informação que orientam os modos de implementação da sociedade da informação e do conhecimento nas regiões chamadas “periféricas, pobres ou subdesenvolvidas”. No entanto, não é um problema que conta com soluções estritamente regulares e isto não deve ser abordado de uma mera visão genérica, dada a complexidade da sociedade da informação e do conhecimento como modelo estratégico de um país, pelo fato de que as pesquisas ramificam-se nas distintas problemáticas decorrentes do agenciamento da informação e do conhecimento como recursos de desenvolvimento; razão pela qual este trabalho trata-se de um **estudo de caso**.

Após uma revisão da literatura e nosso juízo, propõe-se como problema o estudo do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti, pelo que se opta fazer um **estudo diacrônico** das iniciativas dessa envergadura levadas a cabo no país. Referida à definição da técnica de pesquisa, optou-se pelo método do qual envolve a identificação do tipo de pesquisa que fundamenta e enquadra o problema levantado.

Conforme a classificação de Collis e Hussey (2005), citada pela cientista da informação Machado Mueller (2007), sobre os tipos de pesquisa na área da Ciência da Informação, esta pesquisa é caracterizada por ser uma **pesquisa exploratória e descritiva**; pois pretendem reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre o fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti, o qual permanece uma questão de poucos estudos, embora que o estado da arte deste fenômeno seja amadurecido na

epistemologia geral. Deste modo, se descreve as teorias para construir e extrair variáveis e indicadores buscando um **esquema interpretativo** na direção de uma fenomenologia hermenêutica centrada sobre a experiência e o contexto particulares do Haiti, no intuito de alcançar uma compreensão histórica do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no país (RICŒUR, 1976; LANS, 2002).

Portanto, compreender o significado histórico da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti se refere ao seu entendimento como expressão e construção histórico-social de uma visão de mundo e requer a restituição do processo de sua constituição. De fato, a elucidação sistemática dessa criação histórico-social parece decorrer de um modo de abordagem adequado que é o método hermenêutico histórico-social relacionado ao método fenomenológico como estratégia metodológica de pesquisa qualitativa e à abordagem desenvolvida na fenomenologia da realidade, a fenomenologia da realidade histórica, a fenomenologia da práxis, a fenomenologia da instituição, a fenomenologia da institucionalização e a fenomenologia da realidade sócio-histórica instituída que pode auxiliar na busca da compreensão dos mecanismos da instituição e de institucionalização da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti (CASTORIADIS, 1982; ELLACURÍA, 1990; ZUBIRI, 1994; GONZÁLEZ, 1997; ZUBIRI, 2008).

Partindo do fato de que, na sociedade da informação e do conhecimento, como projeto político globalizado, a categorização do Haiti como país pobre e periférico é a encarnação material de um imaginário social. Deste modo, na análise que se aposta nesta tese, busca-se apreender o movimento do instituído ao instituinte, da materialidade histórico-social ao imaginário como condição fenomenológica.

Isto evoca a necessidade da apreensão de uma abordagem fenomenológico-hermenêutica dos impactos dos programas e projetos de informação no Haiti no intento de compreender o fato sócio-histórico do subdesenvolvimento além da influência direta de alteridade desta natureza de sociedade como uma dinâmica de mundialização. Este entendimento pressupõe que esta realidade sócio-histórica é composta de significados que podem ser interpretados de maneiras diferentes. Por tanto, a tese busca elucidar o sistema de significados sócio-históricos da sociedade subdesenvolvida relacionada às dinâmicas da sociedade da informação e do conhecimento, ou seja, elucidar o sentido da sociedade subdesenvolvida como uma criação sócio-histórica.

Isto é transporitar o lócus das questões relacionadas ao objeto composto pela matriz informação-conhecimento-tecnologia para a sociedade haitiana subdesenvolvida instituída, pois o subdesenvolvimento é um fenômeno social total que se dinamiza na sociedade como um todo. Destarte, quando se refere à sociedade como corpo social global, se refere a um problema que só é proporcional ao conjunto da sociedade ativa; e, conseqüentemente, uma

questão política. A questão da globalidade da sociedade refere-se à instituição da sociedade como um todo e à unidade da instituição total da sociedade que é a unidade do *magma* de significados sociais imaginários, sustentados e incorporados na instituição da sociedade. Supõe-se que só se pode falar de uma sociedade subdesenvolvida haitiana como um fenômeno social total referindo-se explícita ou implicitamente a uma visão global da sociedade.

A Ciência da Informação pertence ao campo das ciências sociais aplicadas e, portanto, não existem paradigmas aceitos nem consensuados de forma generalizada que possam guiar e orientar a apreensão do problema de pesquisa levantado. No entanto, segundo Guba e Lincoln (1994) e Denzin e Lincoln (2006) existem cinco paradigmas fundamentais nas ciências sociais: o positivismo, o pós-positivismo, a teoria crítica, o construtivismo, e o paradigma participativo. Portanto, considera-se que é difícil que o desenho desta pesquisa de natureza social se fundamente em um paradigma meramente funcionalista incapaz de enxergar as possíveis aproximações dos impactos reais do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti.

Por isso, esta pesquisa se fundamenta principalmente no paradigma da “**Teoria crítica**” que supõe permitir uma ampla reflexão sobre um certo realismo **histórico-crítico** e uma realidade virtual influenciada por valores sociais, econômicos e políticos no Haiti, cristalizados ao longo do tempo através de um fundacionalismo sociopolítico. Neste caso, pode-se dizer que a metodologia utilizada obedece à **metodologia qualitativa**.

A análise dos dados e da literatura se caracteriza pelo seu caráter qualitativo, ou seja, se usa a interpretação e a descrição para apresentar os resultados e as categorias analíticas desde uma perspectiva da complexidade social. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a análise qualitativa constitui-se de um conjunto de manipulações, transformações, operações e comprovações realizadas a partir dos dados, a fim de extrair o significado relevante a respeito de um problema de pesquisa.

Esta pesquisa buscou mostrar principalmente os limites da objetivação das relações de poder que orientam as iniciativas em prol da sociedade da informação e do conhecimento que já se opera num marco de regularidade e homogeneidade no planejamento dos programas e projetos globais de informação. Sob esse ângulo, entende-se que o caso do Haiti supõe carregar certa particularidade; é desta particularidade que decorre a necessidade desta pesquisa em apreender a complexidade do fenômeno a ser estudado. Por isso, documentam-se particularidades para localizar as diferenças e coincidências.

## 2.1 A estratégia metodológica proposta na tese: estudo de caso

No final do século XX, começaram a plasmar-se experiências positivistas de normalização da sociedade da informação e do conhecimento em vários países com respaldo das iniciativas globais de informação (CASTELLS, 2011). Nessas experiências, a informação, o conhecimento e as tecnologias tomam-se lugar determinante para a emancipação social, cultural, econômica e política; assim, o índice de desenvolvimento das tecnologias da informação e do conhecimento passa ser fetichizado como um dos critérios fundamentais de normalização social e de progresso econômico das sociedades. A este propósito, desenvolveram-se programas e projetos orientados aos distintos níveis dos sistemas e serviços de informação que definem as suas experiências como "estratégias nacionais e/ou internacionais" (MONTVILOFF, 1990); sendo as iniciativas do governo do Haiti, uma das preocupações e objetos.

Historicamente, o fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento determinou-se no Haiti, em primeiro lugar, para a penetração do país no mundo industrializado, com foco nas relações sociais criadas em torno das tecnologias, da civilização e do progresso, entre outros. Só recentemente, no caso haitiano, talvez inexistente, quando as exigências de um apoio político na esfera internacional convertem-se em um elemento central para a normalização da sociedade da informação e do conhecimento, desenvolvem-se as chamadas "políticas de informação" (PIERRE, 2003).

Ao nível mundial, o seu maior desenvolvimento, como iniciativas dos governos, produz-se especialmente a partir do programa "National Information Infrastructure" (NII) e as "Infovias de Comunicação" em 1994, pelo governo Clinton-Gore nos Estados Unidos da América. Em seguida, foi adotada pela Comissão Europeia a iniciativa de Jacques Delors através de um Livro Branco sobre "Crescimento, Competitividade e Emprego" (Sebastián et al., 2000). Desde então, essa modalidade política enriquece-se constantemente com novos fundamentos teóricos e operacionais. As experiências da União Europeia, Estados Unidos, vários países da América Latina e do Caribe são prova disso.

No âmbito discursivo, os programas e projetos de informação supõem oferecer diversas possibilidades para uma nação; seja como suporte para a criação de emprego, a promoção da cultura e inovação, incentivos para a utilização das TIC, a transparência do governo, ou na melhor hipótese, o bem-estar de um povo e o crescimento de um país (BENDER, 1990; OVERMAN E CAHILL, 1990; SEBASTIÁN et al., 2000). Também, essas iniciativas em prol da implementação da sociedade da informação e do conhecimento em um país em desenvolvimento ou subdesenvolvido dão origem a muitas questões e incertezas e podem ser abordadas a partir de múltiplas perspectivas.

Assim, esta tese opta pelo estudo de caso e, como uma estratégia de pesquisa documental que visa captar aspectos subjetivos e objetivos da vida social através de teorias e literaturas existentes. Uma das particularidades desta abordagem é que permite abordar fenômenos contemporâneos, neste caso, o da sociedade da informação e do conhecimento de um país como uma estratégia de desenvolvimento que supõe possibilitar uma normalização de suas sociedades na sociedade globalizada (no caso do Haiti, por exemplo), em termos holísticos e significativos, em seus contextos específicos e de acontecimentos. Neste sentido, pretende-se responder a pergunta sobre o "como?" sucedem as questões centrais que se estudam.

Esta pesquisa baseou-se num desenho "flexível" o qual favorece, no percurso da mesma, que o pesquisador esteja atento ao inesperado. Este modelo de estudo vincula-se à **pesquisa qualitativa dedutiva**, que se propõe descrever o conteúdo das premissas. Através de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente e de uma análise partindo do geral ao particular, objetiva-se chegar a uma exposição aproximada do fenômeno (NEIMAND; QUARANTA, 2007). Assim, a metodologia aplicada refere-se a uma análise de literatura relacionada com o tema, tanto à escala mundial como regional, para, a partir de uma perspectiva mais ampla, entender o âmbito dos programas e projetos de informação, seus contextos e os seus instrumentos analíticos.

O estudo de caso pode recorrer a várias fontes de informação e procedimentos de análise, bem como apelar às considerações teórico-metodológicas como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa. Ao contrário de outras estratégias de pesquisa enquadradas na tradição qualitativa, os estudos de caso, dependendo da sua complexidade, permitem a construção de teorias e também, eventualmente, permitem tomar como ponto de partida a orientação de um quadro conceitual e teórico (ZANNI et al, 2011).

Dada esta singularidade, esta tese procede à realização de uma combinação das fontes de dados (DENZIN, 1989) para a análise e o estudo do caso definido. Deste modo, opta-se por um *modus operandi* pautado na articulação das: informações concretas a serem levantadas conforme a pertinência das escolhas teóricas que implicam na coesão da pesquisa, quais sejam os dados secundários com o propósito de atender as necessidades específicas das perguntas levantadas; e, os da análise de conjuntura, que empreende o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (DENZIN; LINCOLN, 1989; YIN, 2001).

Este método, tomando como referência os estudos sociais que decorrem do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento (especialmente as abordagens propostas pelos teóricos da "construção social da informação"), procede-se ao estudo e integração de alguns conceitos de outras estruturas disciplinares, tais como as áreas da Filosofia, Educação, Economia, Telecomunicações, Política, Direito, Sociologia,

Antropologia, Biblioteconomia, Arquivologia, entre outras, como disciplinas de intervenção sobre a noção da informação.

Sob este prisma, esta pesquisa se caracteriza pelos **aspectos multidisciplinares**, pois ela abrange conhecimentos de outras áreas diferentes, e **interdisciplinares**, pela simples razão que ela propõe transformar e gerar conhecimentos com outras áreas de conhecimento.

Para essa abordagem que se queira dar nesse trabalho de pesquisa, é necessário considerar que diversos procedimentos de pesquisa qualitativa podem ser vistos como uma bricolagem e o pesquisador como um *bricoleur*, como tal, usam ferramentas de seu trabalho metodológico despregando diversas estratégias, métodos ou materiais de diversas naturezas que estão ao seu alcance; relembrando que o estudo de caso pode recorrer a distintas técnicas para a análise de um fenômeno (DENZIN; LINCOLN, 1994).

Da escolha do caso, é fundamental para esta estratégia de pesquisa, delinear, em seguida, os critérios de seleção adotados para o seu estudo nesta tese.

## 2.2 O caso de estudo e seus critérios de seleção

A opção de trabalhar com estudos de caso está diretamente vinculada às questões que norteiam esta tese. Tais perguntas têm sido levantadas com certa 'flexibilidade', dado que elas terminam de definir-se através do desenvolvimento da pesquisa. A seleção das categorias a serem analisadas é feita na direção que permite que o caso seja estudado segundo diversos critérios que são estabelecidos em base de semelhanças ou diferenças entre eles (NEIMAND; QUARANTA, 2007).

Um caso pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo ou uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou uma nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais. Um caso também pode ser definido temporariamente (eventos que ocorreram num dado período), ou espacialmente (o estudo de um fenômeno que ocorre num determinado lugar). Ele pode ser um fenômeno simples ou complexo; mas para ser considerado como um caso, precisa ser específico (DENZIN; LINCOLN, 2001).

O recorte inicial do trabalho bibliográfico se estabelece com o objetivo de delimitar o estudo da dimensão e dos elementos analíticos da sociedade da informação e do conhecimento. A este propósito, determina-se como o **caso** a estudar: o fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti e as **unidades de análise**, as direções das iniciativas que configuram este fenômeno no país, tais como: os programas e projetos de informação (inclusive todas as iniciativas para a informação como estratégias de normalização desta natureza de sociedade no país) nos últimos anos, o agenciamento da

Economia política da informação e do conhecimento no país e as relações de poder que orientam os modelos de governança.

Assim, num primeiro momento, a seleção tem como objetivo explorar tanto o tipo, as origens como as aplicações dos programas de informação adotadas na sociedade globalizada. Depois de ter mergulhado neste universo através de um levantamento de diversos instrumentos analíticos de impactos para a sociedade da informação e do conhecimento como fenômeno mundial; se identificam como o Haiti se encontra imerso nas iniciativas desse fenômeno global.

O estudo que abarca esta pesquisa se baseia numa abordagem dedutiva. Na análise do marco teórico, parte-se da descrição dos elementos constituintes e analíticos das possíveis mediações políticas (sejam nacionais e/ou internacionais) de informação que se dão no interior da sociedade da informação e do conhecimento. Para, depois, relacioná-las com as do Haiti, com o intuito de focalizar melhor o tema e, entre elas, analisar a influência adquirida. A lógica destas seleções fundamenta-se na perspectiva de estudar a relação existente entre a lógica interna e a externa na concepção destes projetos e programas de informação na sociedade-mundo.

A sociedade da informação e do conhecimento pressupõe uma estrutura desigual tanto nos parâmetros de normalização como nas suas métricas. Portanto, sem se comprometer sistematicamente a uma lógica de análise comparativa, é crucial evidenciar as métricas globais da sociedade da informação e do conhecimento para lançar um olhar microscópico sobre alguns indicadores e fatores variantes das unidades de análises deste estudo de caso. A este propósito, procura-se analisar, em um primeiro momento, tanto os fatores socioeconômicos e socioculturais que condicionam e intensificam os programas de informação no Haiti como alguns indicadores particulares à sociedade da informação e do conhecimento, tais como: o capitalismo informacional e cognitivo<sup>7</sup>, o setor informacional, a indústria das TIC, serviços de informação, infraestrutura para a informação e a info-estrutura e conteúdo, etc.

É importante, também, lembrar que alguns resultados obtidos em uma análise que envolve uma dimensão política podem não ter necessariamente relação de “causa a efeito” com uma determinada política implantada (DUNN, 2013). Isso porque alguns efeitos não são esperados e outros podem ser decorrentes de um fator externo ao próprio processo

---

<sup>7</sup> “Nesta tese, noções como capitalismo informacional, capitalismo cognitivo, economia da informação, economia do conhecimento, economia de plataformas são consideradas como as diversas dinâmicas da Economia política da informação, do conhecimento e das tecnologias no interior da sociedade da informação e do conhecimento. Portanto, não se procura discutir as suas particularidades conceituais, mas analisar, argumentar e documentar as suas manifestações e estruturas, e as relações sociais criadas em torno da matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologias nesta natureza de sociedade”.

político. Além disso, os cenários onde os projetos políticos se desenvolvem são dinâmicos e estão em permanente transformação. Por tal razão, é necessário considerar que qualquer análise política deve possuir um recorte relativo a um instantâneo e determinado momento político que precisa ser continuamente reavaliado.

Outrossim, a análise da sociedade da informação e do conhecimento, como foi supramencionado, deve ser entendida como um processo que envolve fatores econômicos, culturais, organizacionais e propriamente políticos. Na configuração da sociedade da informação e do conhecimento, é comum concebê-la como um conjunto de atividades interdependentes que se sucedem infinitamente em ciclos: definição de agenda, formulação, adoção, implementação, avaliação e adequação/conformidade do regime político, até que sejam substituídas por outras ou retiradas da agenda do Estado. Desta leitura pragmática, deve-se considerar que as fases finais desse ciclo se referem ao caráter dinâmico e impermanente dos processos políticos que necessitam ser constantemente monitorados, avaliados e atualizados, sempre em busca de maior adequação e conformidade. Caso contrário, ela se extingue para dar lugar a outras demandas políticas.

### **2.3 Fontes**

Para a realização desta pesquisa, assumiu-se a tarefa de fazer, antes de tudo, uma primeira revisão de literatura sobre esta temática e que pode servir de inspiração para alcançar os objetivos estabelecidos na sua seção introdutória. Isto permite conhecer o estado atual do fenômeno em estudo no Haiti, onde se pode constatar que a literatura existente sobre o tema é muito limitada e que informações, no que diz respeito a ele, são muito segmentadas.

Numa primeira parte, se começa com a leitura de materiais relacionados com o fenômeno na esfera mundial para, em seguida, abordar o reflexo experimental desse modo de sociedade no Haiti. Por isso, se toma em consideração os importantes e influentes especialistas e pesquisadores das áreas que tratam desta temática e suas variáveis conexas. A este propósito, indagam-se no catálogo de várias bibliotecas de acesso público, sites de várias Organizações e Agências internacionais, como: OCDE, UNESCO, UIT, ONU, entre outras, as quais se encontram ao nosso alcance sobre as informações que se referem ao tema de forma geral, como o fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento e também de diversas pesquisas realizadas sobre os projetos e programas de informação para conformar uma estrutura teórica consistente para essa pesquisa.

A este propósito, analisam-se informações originárias dos:

- ✓ Documentos institucionais elaborados pelas instituições estudadas;

- ✓ Revistas internacionais, nacionais, regionais e locais;
- ✓ Resoluções, decretos, projetos, planos, leis elaboradas pelos órgãos governamentais;
- ✓ Sites e portais das ONGs, empresas que produzem informação de interesse público;
- ✓ Sites e portais das distintas instituições pesquisadas;
- ✓ Boletins e outros documentos de divulgação do caso analisado.

Conforme os métodos e procedimentos analíticos propostos, indica-se a necessidade de identificar o contexto, as agências políticas e as relações estabelecidas entre eles com objetivo de identificar e relacioná-los com os planos, projetos e fatos identificados na pesquisa como práticas e dinâmicas informacionais de transformação societal. Por isso, a análise proposta coloca ênfase sobre as leis, decretos, legislações, convenções, entre outros, relativos aos projetos e programas de informação em sua relação com as estratégias de desenvolvimento e apresenta os seus impactos sobre a sociedade haitiana.

#### **2.4 Complexidade da construção do objeto da pesquisa: rupturas e problemática epistemológicas dos conceitos nucleares da tese**

A ideia de analisar os programas e projetos de informação, no âmbito de um Estado, revela-se, realmente, um exercício muito complexo. As apostas da harmonização do seu propósito, objetivo e função, na linha em que se perfila a intenção do trabalho, vêm aportando um desafio teórico-metodológico ainda maior com o imperativo associativo das variáveis e a abrangência das noções como: informação, Economia-política da informação e do conhecimento, o desenvolvimento relacionado à sociedade da informação e do conhecimento na construção deste objeto de pesquisa, particularmente, na perspectiva epistemológica histórico-crítica na área da Ciência da Informação.

Para a maior compreensão desse empreendimento particular a este grande esforço, é necessário evidenciar e ressaltar o peso epistemológico e científico da interferência dessas variáveis e noções nas possíveis mediações da informação. Nesta passagem, se discutem os limites teórico-metodológicos de algumas noções nucleares que norteiam o desenho metodológico do trabalho.

A história do estudo dos programas e projetos de informação, chamados de “políticas de informação” na perspectiva da Ciência da Informação, se caracteriza por uma série de paradigmas dominantes que lhe são próprios, produto de cursos analíticos mais amplos: efeitos e funcionalismo, ideologia dominante, audiências/consumo, pragmatismo, entre outros (MONTVILOFF, 1990, OVERMAN E CAHILL, 1990; BENDER, 1993, EISENSCHITZ, 1993; ROWLANDS, 1996; WEBSTER, 2002; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN,

2004; SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Nesta série social e historicamente determinada, pode-se dizer que a teoria da “sociedade da informação e do conhecimento” não se escapa completamente do paradigma dominante para a conceituação em questão.

Desta perspectiva, argumenta-se que a análise posta em contexto neste estudo requer um cuidadoso enfrentamento teórico e epistemológico para esquivar-se, na medida do possível, a defesa ou sustentação de uma certa ideologia. No entanto, a teoria da “sociedade da informação e do conhecimento” apresenta-se, inevitavelmente, nesta tese, como uma forma de entender o período histórico atual e as tendências de desenvolvimento dominante neste modelo de sociedade globalizada; mas também, simultaneamente, como a ideologia de legitimação predominantemente privilegiada das entidades detentoras e de manutenção do poder econômico e político na sociedade-mundo.

Na arena política, particularmente, nas evidências teóricas que cimentam este trabalho de pesquisa, o termo “sociedade da informação e do conhecimento”, fundamentado pelas principais agências internacionais, tais como: ONU, UNESCO, UIT, OCDE, UE, entre outras é utilizado, na maioria dos casos, como um princípio sagrado capaz de justificar qualquer política proposta com referência a uma análise genuína.

Para suas especificidades territoriais, a sociedade da informação e do conhecimento leva, localmente, a hesitações e tentativas e erros. A noção, no seu uso muito normativo, se deixa perder numa lógica de implementação local de novas tecnologias da informação e comunicação que constitui um certo desequilíbrio, uma lógica desigual e desproporcional entre os países e uma aculturação técnica não simbiótica entre as partes desde as relações sociais que a institui.

Para os projetos e programas internacionais/globais de informação, frutos de iniciativas discursivamente universais, parece-se necessária a sua revisão sob a tríplice observação defendida por Santos (2012), sobre a globalização: como fábula, perversidade e possibilidade, para conter e interpretar as suas bases apostadas em uma cultura, uma economia, uma sociedade e as manifestações disfarçadas de políticas universais em uma escala global. Desta leitura estruturalista do mundo, a consecução do desenvolvimento relacionado à sociedade da informação e do conhecimento é entendida como um fenômeno global e uma consequência da expansão do capitalismo mundial. Ela está associada às estruturas do comércio internacional entre o Norte e o Sul. O subdesenvolvimento é, também, fruto dessas relações com os países do Norte.

O entendimento dessa dimensão global passa pela compreensão dos projetos e programas de informação que, em seu regime global, camuflam a consolidação de um mercado avassalador com a promessa de homogeneizar o planeta, uma universalização de um espírito mercantil da informação do/para/pelo consumo, desconsiderando, muitas vezes,

as diferenças e condições locais. Elas sustentam uma perversidade sistêmica que alimenta os comportamentos competitivos cuja sobrevivência funcional emana a aceleração e manutenção das ações hegemônicas.

Desta essência hegemônica, a capacidade de desenvolvimento atribuída à sociedade da informação e do conhecimento envolve relações de poder na substituição de habilidades generalizadas e atividades de subsistência por empregos e consumo de bens; ela implica, materialmente, o monopólio do trabalho remunerado sobre todas as outras formas de trabalho; por fim, é necessária uma reorganização do ambiente para que espaço, tempo, recursos e projetos sejam orientados para a produção e o consumo, enquanto atividades que criam valores de uso e mais valia sobre as categorias: informação-conhecimento-tecnologia, que atendem diretamente às necessidades, estagnar ou desaparecer. E todas essas mudanças e processos idênticos de/para o mundo são considerados fundamentais na configuração deste modelo de sociedade.

Nessas relações de poderes, as sociedades industriais representam a si mesmas e julgam as outras sociedades com base no que "não são" ou no que "carecem". Elas são definidas, no discurso do "outro", como subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento. Neste sentido, é necessário buscar o sentido de como o subdesenvolvimento se torna a ausência de desenvolvimento como uma criação imaginária, um significado imaginário que só serve para projetar a positividade da teoria do desenvolvimento dos países mais avançados industrialmente, ou seja, a superioridade dos seus conhecimentos científicos, a onipotência de sua técnica, a racionalidade de sua economia, seu progresso industrial, dentre outros elementos.

Sob esse ângulo, o subdesenvolvimento deve ser lido como atraso econômico, fragilidade tecnológica e de infraestrutura; falta de empreendedores, poupança, investimento e ciência modernista. A própria designação dos problemas do Terceiro Mundo por um termo que inclui a palavra 'desenvolvimento' (subdesenvolvimento, em desenvolvimento, etc.); ela pode ser a ilustração mais marcante do consenso que existe ao considerar que estes são principalmente problemas econômicos. Daí, a solução então parece residir na transferência de investimentos de capital, no estabelecimento de infraestrutura para promover o comércio e a indústria e a institucionalização de estruturas governamentais e padrões de governança democrática. Um discurso que significa a colocação dos países subdesenvolvidos no caminho da modernidade, da ciência e do progresso tecnológico.

Há, portanto, para o capitalismo a possibilidade de exercer a violência direta, com base no desenvolvimento técnico e econômico, que apresenta relativamente poucos mistérios; mas também uma violência exercida pelo fascínio, pela representação pura e simples desta sociedade capitalista avançada que desempenha o papel de modelo

universal. Isso pode dificultar, a priori, a possibilidade de enxergar uma capacidade praticamente emancipatória nos programas e projetos de informação sem a operacionalização de uma mudança radical na filosofia que molda tanto a organização política como a organização social e econômica do mundo.

Portanto, numa prudente tentativa de desprovemento de qualquer peso ideológico e para a delimitação conceitual da pesquisa, o pesquisador opta por um exercício de um pensamento crítico que deduz a viabilização de uma abordagem científica que leva à busca da **parcimônia conceitual**<sup>8</sup> (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Pois, como marca dos tempos modernos, a velocidade dos acontecimentos de natureza social, cultural, política e técnico-científica pode tornar-se compromissória pela temporalidade histórico-científica do pensamento e pela remanescência de um determinado fenômeno, como o caso das considerações do marco teórico.

---

<sup>8</sup> Conforme o autor, "as ciências sociais estão sujeitas às regras válidas para outras ciências: trata-se de produzir sistemas explicativos coerentes, hipóteses ou proposições organizadas em modelos parcimoniosos capazes de explicar um grande número de refutações por modelos mais potentes, obedientes às mesmas condições de coerência lógica, de sistematicidade e de refutabilidade empírica [...]" (BOURDIEU, 1992, p. 159, nossa tradução).

### 3. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E SEUS CONTEXTOS

*“A sociedade repousa sobre a  
consciência não sobre a ciência”*  
Henri Frédéric Amiel

Basicamente, não há um consenso sobre a noção de "sociedade da informação" ou "sociedade do conhecimento". A partir dos anos 1970, esses termos surgem como ponto de partida da consciência emanada sobre um novo modelo de sociedade em que as possíveis relações entre informação e política, como entre economia e informação, não foram mais relações lexicais senão relações culturais, históricas, construídas e mutáveis (González De Gómez, 2011).

Partindo deste fundamento, é apresentada, nessa seção, uma visão da sociedade da informação e do conhecimento desde uma perspectiva centralizada na informação, conhecimento e tecnologias como dinâmicas e atributos das relações sociais de consecução da emancipação social, cultural, econômica e política na sociedade globalizada. Pois, isso permite estudar a origem, o sustento formal e o ponto focal da filosofia que norteia as dimensões e aspectos sociotécnicos, socioculturais, político-econômicos deste modelo de sociedade na sociedade globalizada. A ideia é mostrar como é dimensionada a filosofia do pragmatismo da sociedade da informação e do conhecimento tanto nas iniciativas (projetos e programas de informação), nos discursos preponderantemente funcionalistas dos agentes e decisores como na epistemologia das ciências sociais aplicadas.

Nessa lógica, a informação tem-se visto, especificamente, além da ordem da economia e da política, como um domínio da atividade humana: tal como a tecnologia, a ciência, a educação. Como marcador sociocultural, econômico e político, ela supõe a relativização das noções de espaço e tempo. E, a sua geração, armazenamento e processamento passa ter auge relevante na vida cotidiana. Desta forma, ela passa a ser entendida como conhecimento acumulado de forma comunicável. Desde a abordagem inter-paradigmática focada no sujeito, nas instituições e nos processos, ela se torna a base de todo desenvolvimento; seja econômico, político e social (Sebastián et al., 2000).

Neste tipo de sociedade globalizada, em que a informação tem-se tornado 'matéria prima' e elemento de desenvolvimento econômico, é necessário situá-la no seu novo contexto; pois, ela

[...] se refere à maneira na qual se geram os requerimentos tecnológicos e normativos para a sua organização, às características que devem manter os fluxos informativos em um mundo globalizado e

às formas e requerimentos do seu consumo. Também, na sociedade, nos inícios deste século, a informação é considerada como um recurso estratégico para o desenvolvimento (VERA, 2004; *apud* OGECIME, 2016, p. 27).

Desde esta concepção, os estudos sobre a noção da informação se preocupam em entendê-la como um **processo** cíclico (BUCKLAND, 1991). Para isso, ela precisa de uma convergência de elementos, que bem organizados e sistematizados, podem transformar e tornar-se um bem comum para a sociedade; garantindo aos indivíduos a possibilidade de resolver os seus problemas e satisfazer as suas necessidades e, que

[...] sua posse e aplicação oportuna constituem um fator essencial de progresso; isto é, um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento social e econômico; fator essencial indispensável para o uso racional de recursos, avanços sociais e culturais, científicos e tecnológicos. É, então, um recurso vital para o avanço do conhecimento (ALMADA DE ASCENCIO, 1999, p. 35; tradução nossa<sup>9</sup>).

No entanto, é importante ressaltar que, na contemporaneidade, a transversalidade da noção da informação abrange os estudos multifacetados e multidirecionais das suas variáveis de intervenção. Das fronteiras epistemológicas e interdisciplinares na perspectiva da Ciência da informação, ela é caracterizada em função do (a):

a) **Seu papel:** (p.ex.): Informações para resolver um problema (informação para o desenvolvimento, informações para os tomadores de decisão) ou informação para um fim específico (as informações necessárias para a execução de um projeto); b) **seu âmbito** (p.ex.): informação geral (notícias) ou informação especializada por assuntos (informação científica e técnica); c) **Seu nível** (p.ex.): Informação altamente científica ou técnica, ou de natureza menos técnica, ou mais descritiva de divulgação; d) **Seu Canal** (p.ex.): um sistema e serviços de informação (sistemas informáticos), meios de comunicação de massa, comunicações interpessoais ou reuniões; e) **sua acessibilidade** (p.ex.): informações públicas, informações particulares ou confidenciais (MONTVILOFF, 19990; *apud* OGECIME, 2016, p. 29).

Essa visão, mesmo contundente para qualquer plano nacional de desenvolvimento, apela para a necessidade real de adotar todas as novas formas de gestão eficaz dos recursos de informação e, ao mesmo tempo, alerta para um perigo iminente. Segundo García Marco (1998, p. 306, tradução nossa),

<sup>9</sup> “[...] su posesión y aplicación oportuna es factor esencial de progreso; es prerequisite indispensable para el desarrollo social y económico; factor esencial indispensable para el uso racional de recursos, de avances sociales y culturales, científicos y tecnológicos. Es pues, un recurso vital para el avance del conocimiento”.

[...] podemos dizer com total certeza que um entendimento deficiente do conceito da informação pode colocar em perigo todo o nosso trabalho como cientistas, profissionais ou docentes dedicados à otimização da circulação social da informação. Esse perigo pode-se acontecer erradamente, mas também, e mais frequentemente, pela omissão, como consequência de uma visão excessivamente simplista do que é informação e, portanto, é de nosso papel como cooperadores na otimização de sua circulação social. [...], mas seu uso científico não é, paradoxalmente, muito mais sistematizado. Tem sido dito que nosso entendimento sobre a informação na chamada 'Era da Informação' é semelhante ao entendimento dos homens da Idade do Ferro diante o fenômeno do Ferro: Sabe-se fazer uso, mas é incapaz de defini-lo<sup>10</sup>.

Para a abordagem que se queira dar à questão neste trabalho de pesquisa, deve-se, também, considerar a informação como um direito humano com que se pode melhorar a qualidade de vida. Conforme ao que emana o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (SENADO FEDERAL, 2013, p. 22). E, na dimensão que reste assentada a sociedade da informação,

[...] a informação e o conhecimento não só se tornaram a principal força para a transformação social, mas também constituem a promessa que muitos dos problemas que as sociedades humanas vivenciam podem ser significativamente aliviados se informação e habilidades forem usadas e compartilhadas apenas de uma forma sistemática e equitativa. (UNESCO, 2002; *apud* DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2014, p. 25, nossa tradução<sup>11</sup>).

Outrossim, pelo contexto da cidadania moderna, entende-se que um público informado é o coração das instituições democráticas (CHARTRAND, 1986). A participação das pessoas na sua qualidade de cidadão, das suas organizações e comunidades, dos diferentes grupos sociais e linguísticos, as culturas e os povos, as populações rurais e urbanas, sem exclusão nenhuma, nos processos de tomadas de decisões e outros

---

<sup>10</sup> Versão original: "podemos afirmar con total certeza que una deficiente comprensión del concepto de información puede poner en peligro todo nuestro trabajo como científicos, profesionales o docentes dedicados a la optimización de la circulación social de la información. Puede ponerlo en peligro por la vía del error, pero también, y más frecuentemente, por la vía de la omisión, como consecuencia de una visión excesivamente simplista de lo que es la información y por ende, sobre nuestro papel como cooperantes en la optimización de su circulación social. [...] pero su uso científico no está, paradójicamente, mucho más sistematizado. Se ha hablado de que nuestra posición ante la información en la llamada Era de la Información es semejante a la posición de los hombres de la Edad del Hierro ante el fenómeno del Hierro: se sabe utilizar, pero se es incapaz de definir".

<sup>11</sup> "La información y el conocimiento no solo se han convertido en la principal fuerza de transformación social, sino que también son la promesa de que muchos de los problemas que viven las sociedades humanas pueden verse aliviados de manera importante si tan solo la información y habilidades son empleadas y compartidas de manera sistemática y equitativa".

mecanismos de definição da governança pública e modernização de Estado, é essencial para construir sociedades da informação equitativas e igualitárias.

### 3.1 O significado da sociedade da informação na sociedade globalizada

Da abrangência da informação como recurso de inúmeros valores simbólicos, analisada no contexto mais amplo das atuais mudanças na economia e na sociedade, o termo *sociedade da Informação* surgiu para caracterizar as mudanças, tanto no âmbito político, na comunicação, como na linguagem cotidiana. No entanto, nem a definição nem a sua relevância são unânimes entre os pesquisadores.

No intuito de ilustrar brevemente as origens da noção de *sociedade da informação*, três ângulos de análise estão imersos: a sociedade da informação como uma transição econômica (CASTELLS, 2011), projeto político (SEBASTIÁN et al.; 2000) e normas sociais (SCHOFIELD; SZYMANSKI, 2011; LE MOËNNE, 2018). Neste contexto, não se procura demonstrar, particularmente, como cada uma dessas perspectivas molda a estrutura social na contemporaneidade, mas, empreender o significado e o contexto do uso da informação como matéria-prima nas operações das nações e comunidades, e também, como a expressão da renovação das práticas e dinâmicas sócio-organizacionais e políticas.

Através dos estudos de Bell (1986), constata-se a emergência da sociedade da informação. O autor nos mostrou, em 1976, que já tínhamos deixado para trás a sociedade industrial, dando origem à chamada sociedade pós-industrial; a qual é uma sociedade baseada nos serviços onde o que contava não é mais a força bruta como na sociedade industrial, mas a informação; e que um terceiro setor começava a desenvolver-se, o da intensificação das atividades de comércio de bens e de prestação de serviços. A este propósito, ele argumentou que:

Se uma sociedade industrial é definida pela quantidade de bens que indicam um nível de vida, a sociedade pós-industrial é definida pela qualidade de vida medida pelos serviços e commodities- saúde, educação, entretenimentos e as artes (BELL, 1994, p. 152).

Uma das características específicas desta sociedade e que a torna diferente das outras, é a sua base tecnológica na articulação de processos sociais e econômicos.

A análise de Bell (1982) já sofreu muitas críticas; assim, a sua consideração implica realçar ressalvas. Uma delas, relevante para este contexto, é a dificuldade de mensurar o setor de serviços e qualificá-lo (KUMAR, 1997; WEBSTER, 2002). Mas, além das críticas, ela permanece o fundamento preponderante da Economia política que orienta o pensamento das perspectivas economicistas relacionadas à revolução pós-industrial.

Deste ponto de vista, a sociedade da informação surge como a ideologização e generalização de uma análise econômica centrada na noção de informação como valor agregado real da produção (WEBSTER, 2002), baseada no crescimento de uma economia de serviços. Uma definição muito ampla de informação que a esvazia de qualquer substância e qualquer identificação a um conteúdo específico; uma generalização desta noção para qualquer tipo de atividade, uma primazia (até uma desconexão) disso na ação material que o realiza, e uma classificação abusiva das profissões e competências informacionais permite a estes teóricos mostrar a crescente participação do trabalho da informação na sociedade. Webster (2002) mostrou que o uso da estatística, a classificação muito ampla e flexível como "profissão intelectual", permite esta construção teórica.

Depois de ter experimentado uma certa perda de velocidade, esta noção experimentou uma renovação desde meados da década de 1990 (MATTELART; 2000; MIÈGE, 2004). Como paradigma dominante, "ideologia de legitimação privilegiada dos detentores do poder econômico e político" (GARNHAM, 2003, p. 55), a invocação da sociedade da informação e do conhecimento ressurgiu, na contemporaneidade, nos relatórios oficiais dos poderosos blocos econômicos, organizações internacionais; e mais recentemente nos discursos políticos e dos programas nacionais de desenvolvimento econômico.

Mattelart (2000) mostrou como este projeto de sociedade da informação veio a se estabelecer como um horizonte para ir além do capitalismo e vinculada ao movimento do *fim das ideologias* que visou coroar o colapso do comunismo; atribuindo à informação uma força de ação *neutra*. A sociedade da informação surge, deste ponto de vista, como o falacioso horizonte *neutro* de uma sociedade capitalista que pressupõe emergir-se da manifestação de sua dinâmica real e apresenta um elemento de sua infraestrutura, as técnicas de comunicação, cuja aceitabilidade seria maior que o lucro ou a posse, mesmo fragmentada e cambiante, do capital, para propor uma superação fictícia do comunismo. O interesse é transposto para o campo da técnica, e não evoca nem a sua finalidade, nem os capitais que o sustentam. Portanto, ela carrega implicitamente uma dimensão política, ligada explicitamente à expansão americana no mundo na segunda metade do século XX. Conforme Schiller (1979; 1992), em última instância, a sociedade da informação não é mais que outro nome para a dominação capitalista americana global.

Conforme Martínez Sánchez (2007), a sociedade da informação resultou de um movimento de duas correntes ideológicas: uma nos Estados Unidos da América e outra, na Europa. Ela se deu em um contexto em que a certeza da ciência e os supostos benefícios das tecnologias foram postos em dúvida. Essas duas correntes ideológicas lidam com a dimensão social da ciência e da tecnologia, cada uma com suas diferenças em foco e

objetivo. Para a corrente europeia, seu principal interesse se relaciona com fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que, por sua vez, condicionam a construção da ciência e da tecnologia. Portanto, para a corrente norte-americana, esses fatores sociais são produtos da ciência e da tecnologia e, por conseguinte, enfatiza as consequências sociais e influências das inovações tecnológicas desde uma perspectiva mais pragmática (OGÉCIME, 2016).

Como marca da transformação socioeconômica da sociedade globalizada, o pesquisador Moore (2014) destaca que na sociedade da informação a maior parte do PIB de um país pode ser gerada pelo setor da informação, superando assim os demais setores da economia; na qual a maior parte da população economicamente ativa trabalha em atividades relacionadas com a produção, a comercialização, os serviços e sistemas de informação. Nessas sociedades, os padrões de vida, normas de trabalho, o sistema educacional e o mercado são fortemente influenciados pelos avanços da informação e do conhecimento; isso é evidenciado por um incremento nos produtos e serviços de informação, os quais são comunicados por meios eletrônicos (MARTIN, 2002).

Desta lente determinista, Castells (2011) destaca que a sociedade da informação é uma nova estrutura social, no qual se fundamenta um novo modo de desenvolvimento social, o *informacionalismo*. O autor argumenta que:

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (53). E acrescenta que o que é específico do modo de desenvolvimento informacional é a ação do conhecimento sobre si mesmo como principal fonte de produtividade [...], constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação. (CASTELLS, 2011, p. 53 e 54).

Do 'informacionalismo' do Castells (2011), relaciona-se à sociedade da informação em um país, o uso das principais tecnologias da Informação e Comunicação, tais como: telefone celular, computador e Internet, entre outras. A atenção tem sido colocada sobre esta última, que se tornou o principal indicador que tem universalizado o conceito da inclusão à sociedade da informação, onde o setor das telecomunicações supõe ser primordial para seu desenvolvimento.

Nessa esfera, a sociedade da informação passa englobar uma série de aspectos, dentre os quais: a globalização, o desequilíbrio tecnológico e a aceleração na produção de novas tecnologias. A globalização, nesse sentido, se relaciona a uma realidade que envolve uma certa interdependência econômica, a eliminação de barreiras econômicas para o livre trânsito/circulação de recursos, trabalhos e capitais e, o desequilíbrio informático que institui uma assimetria na globalização da circulação da informação.

Também, como elemento do modernismo e pós-modernismo na sociedade globalizada, a informação está relacionada com questões de poder, tornando-se uma preocupação econômica e social, um símbolo dialético da independência e dominação política, cultural ou comercial, de integração ou de exclusão (MACIEL; ALBAGLI, 2011). A informação constitui fundamentalmente um recurso estratégico das nações. A sociedade da informação aparece, portanto, como um *slogan* que mascara uma realidade feita de segredos e manipulações dos agentes protagonistas na (re)produção de valores sobre a informação. Da mesma forma, o idealismo dá lugar à dúvida, e generalizando-se o desenvolvimento dos processos globais da Economia em um sistema de valores historicamente construídos na sociedade mundial.

Como vimos no que precede, desde uma leitura determinista, considera-se que a informação e seus serviços estão impactando fortemente na sociedade contemporânea, e que as tecnologias, que tanto as produzem como as veiculam, desempenham um papel importante que pode gerar benefícios em prol do desenvolvimento de uma nação em todos os âmbitos. Embora, a sociedade da informação se enquadre em condições e possibilidades distintas e desiguais entre os países e sociedades; a aspiração a ela é uma realidade instituída sobre as violências e tensões políticas da sociedade-mundo.

### **3.2 Da sociedade da informação para a sociedade do conhecimento.**

Propedeuticamente, a sociedade do conhecimento retoma, em maior parte, a noção da sociedade da informação, designando uma sociedade em que a difusão e utilização da informação se generalizam e dependem das tecnologias de informação e comunicação. Ela não se enfatiza, apenas, nos fluxos de informação e nas redes que os suportam, mas no conhecimento, criatividade, inovação, saber e inteligência. Portanto, esta visão atrelada ao capitalismo cognitivo supõe ser mais humanística, embora ela seja impulsionada por um desenvolvimento técnico. Também, ela considera o impacto, cada vez mais relevante, da criação e disseminação de conhecimento sobre o desenvolvimento econômico, através da inteligência econômica, empresarial e estratégica das nações.

Da relação indissociável entre informação e conhecimento, pode-se dizer que a sociedade da informação forma parte da sociedade do conhecimento; pois a informação precisa ser processada para se tornar conhecimento. A sociedade do conhecimento é um fenômeno “multifacetado”. Existe, na contemporaneidade, uma concepção transversal sobre a noção da sociedade do conhecimento, dependendo da perspectiva que se queira dar ao seu estudo. Segundo Rendón Rojas (2000),

[...] para um humanista, o conhecimento deve tender para a verdade como parte do Ser, para uma sociedade onde o buscador seja o amor à verdade, à beleza e ao bem. Não [para] uma ciência que manipule o ser, mas que o deixe falar e se manifestar. Por outro lado, para um economista, a sociedade do conhecimento poderá ser um tópico quando a ciência e o conhecimento tornar-se-iam forças produtivas e, conseqüentemente, em capital capaz de criar novo capital. Um sociólogo poderia enfatizar-se sobre a globalização e as mudanças nas instituições, estruturas e relações sociais causadas pela revolução científico-tecnológica dos últimos anos; um tecnólogo ficaria fascinado pelas conquistas instrumentais e pelas possibilidades de desenvolvimento econômico e, inclusive desenvolvimento: intelectual, político, social que se abrem graças a esses "objetos instrumentais" que quase são percebidos como "sujeitos com atividade própria"; um historiador fixaria sua atenção no lugar que a sociedade do conhecimento ocupa na periodização da evolução temporal da sociedade humana. (RENDÓN ROJAS, 2000; *apud* DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2014, p. 28, nossa tradução<sup>12</sup>).

Em um contexto abrangente e como requisição de domínio social e as suas técnicas, é necessário considerar a estreita relação entre a noção da informação e a do conhecimento. Conforme Ponjuán Dante (1998, p. 3, nossa tradução<sup>13</sup>) "a informação é a matéria prima e o conhecimento o recurso mental através do qual se agrega valor à informação". Pela geração, organização, transferência e apropriação da mesma, é necessário entendê-la no seu contexto operacional. A este propósito, Urdaneta (2009, *apud* OGEICIME, 2016, p. 28) descreve quatro elementos que conformam a pirâmide informacional:

- ✓ **Dados:** Ao falar de "dados", refere-se à "informação como matéria". Exemplos deles são: os registros icônicos, simbólicos (fenomênicos ou numéricos) ou de sinais (linguísticos, lógica ou matemática) através dos quais se representam fatos, conceitos ou instruções (ou seja, valores que definem ou caracterizam um estado ou um determinado ponto do tempo).

---

<sup>12</sup> “[...] para un humanista, el conocimiento debe tender hacia la verdad como parte del Ser, hacia una sociedad donde el motor de la búsqueda sea el amor a la verdad, a la belleza, al bien. No [hacia] una ciencia que manipule al ser, sino una que lo deje hablar y manifestarse. En cambio, para un economista la sociedad del conocimiento podrá ser tema cuando la ciencia y el conocimiento se convirtieran en fuerzas productivas y consecuentemente en capital que es capaz de crear nuevo capital. A un sociólogo podría llamarle la atención la globalización y los cambios en las instituciones, estructuras y relaciones sociales causadas por la revolución científico-tecnológica de los últimos años; un tecnólogo estaría fascinado por los logros instrumentales y las posibilidades de desarrollo económico e incluso intelectual, político, social que se abren gracias a esos ‘objetos instrumentales’ que se perciben casi como ‘sujetos con actividad propia; un historiador fijaría su atención en el lugar que ocupa la sociedad del conocimiento en la periodización de la evolución temporal de la sociedad humana”.

<sup>13</sup> “La información es la materia prima y el conocimiento, es el recurso mental mediante el cual se le agrega valor”.

- ✓ **Informação:** Falando de informação, refere-se à "Informação como significado". São os dados ou materiais informativos relacionados ou estruturados de forma atual ou potencialmente significativos.
- ✓ **Conhecimento:** Quando se fala de conhecimento, refere-se à "informação como compreensão" (Information as understanding), ou seja, "estruturas informacionais que, ao internalizar-se, se integram a sistemas [...] de relações simbólicas de mais alto nível e permanência [...]". O estado do conhecimento ocorre quando somos capazes de interpretar completamente um fato. Essas condições são equivalentes ao domínio anterior de um conjunto de conceituações, valorações e experiências adquiridas formal e informalmente. Por esta razão, trata-se de informação que pode ser entendida por qualquer pessoa que domine o código linguístico, "[...], mas que pode ser compreendida só por aquele que conte com uma base armazenada de conhecimento para isso (ou seja, uma disciplina, um subcampo, uma escola ou doutrina, uma teoria, uma ideologia, etc.)".
- ✓ E, finalmente, a noção da "**Inteligência**". Neste caso, se fala de "inteligência" referindo-se à "informação como oportunidade", ou seja, de estruturas de conhecimento que permanecem relevantes contextualmente, permitem a intervenção vantajosa da realidade.

A este propósito, as iniciativas nacionais em prol do setor da informação, entendidas em todos os seus níveis, incluem a ação nacional em torno da geração, coleta, organização, comunicação e assimilação da inteligência social para modernizar os processos de desenvolvimento. Pois, na sociedade contemporânea, a qualidade de vida supõe depender do pleno acesso e capacidade de uso da informação e do conhecimento, do desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos para a organização social e a transformação das sociedades (CÓRDOBA GONZÁLEZ, 2004).

Dessa abordagem, a noção da sociedade do conhecimento, desde uma perspectiva mais ampla e humana, incorpora o uso efetivo do conhecimento que afeta todas as áreas e atividades humanas; uma sociedade que na sua visão integrada é capaz de possibilitar sinergias entre os diversos elementos e fatores cognitivos para impulsionar a transformação social, econômica para o bem-estar geral, inclusive a dimensão espiritual das pessoas. Neste contexto, pode-se dizer que uma sociedade do conhecimento é,

[...] uma sociedade com a capacidade de criar, absorver, proteger, disseminar e usar o conhecimento para criar riqueza econômica e bem-estar social. Uma sociedade que usa o conhecimento por meio de todos os seus constituintes e orienta os seus esforços em capacitar, enriquecer e iluminar seu povo para ter uma visão

integrada da vida como uma fusão de mente, corpo e espírito (UTZ; DAHLMAN, 2005, p. 132, nossa tradução<sup>14</sup>).

Para a inteligência social focada no aspecto individual, a sociedade do conhecimento exige uma abordagem gerencial multidisciplinar que engloba todas as iniciativas, métodos e técnicas que possibilitam sistematizar, identificar, analisar, organizar, armazenar e disseminar o conhecimento dos membros da sociedade e o conhecimento criado pela própria sociedade ou adquirido fora dela para atingir os objetivos coletivos e individuais. Neste sentido, o conhecimento implica o sujeito portador de três formas: ele se integra no sistema de representação pessoal; ele pode ser ativado de acordo com um propósito e ele está relacionado a uma busca pela verdade de/sobre si (PRAX, 2000).

No interior do regime capitalista, um dos desafios de uma sociedade do conhecimento é a construção das práticas sistemáticas para gerenciar a sua própria acumulação e transformação a benefícios de todos. Esse aspecto é relevante, pois, embora os avanços tecnológicos tenham possibilitado compartilhar ideias, projetos e conhecimentos gerados em qualquer lugar do mundo; entretanto, esse fato nos leva a um cenário onde "a informação está sendo acumulada com maior velocidade que o conhecimento, (mas) o processo de transformação da informação em conhecimento está sendo deixado para trás" (QUEIROZ WALDEZ, 2005, p. 88).

É em prol da transcendência deste vetor analítico do novo ambiente que diversas iniciativas têm-se concebido em torno do conhecimento, os seus valores e significados, particularmente, no seu contexto social, cultural, político e econômico. Nas dinâmicas sociais e econômicas, ele supõe-se tornar um fator-chave para a superação de desigualdades, elemento de competitividade e de desenvolvimento. Sob esse ângulo, muitos países, particularmente, os subdesenvolvidos apostam na expansão da oportunidade de acessarem às novas formas de produzir e comercializar seus produtos e serviços, ganhando eficiência, procurando um acesso agenciado e econômico à informação e às tecnologias associadas a ela. Desta concepção, supõe-se que a sociedade contemporânea viveria uma revolução do conhecimento, que estaria sendo encabeçada por um rápido progresso na base científica através de um amplo conjunto de áreas, desde as TICs à Ciência da Informação, inclusive as engenharias que sustentam a (re)produção desta modalidade de sociedade (CHICHILNISKY, 1997; AKUDE, 2014).

---

<sup>14</sup> "A society with the capacity to create, absorb, protect, disseminate, and use knowledge to create economic wealth and societal good. A society that uses knowledge through all its constituents and endeavors to empower, enrich, and enlighten its people to take an integrated view of life as a fusion of mind, body, and spirit".

Deste enfoque determinista, é entendido que o domínio das TICs requer competências, conhecimento e formação apropriados, sem os quais as TICs não podem manifestar seus benefícios. Desde as lentes do capitalismo cognitivo, diversas questões institucionais devem ser levadas em consideração, como o estabelecimento de um regime de propriedade intelectual favorável às inovações e uma política competitividade, o fortalecimento do sistema de ensino em prol da organização social de trabalho, bem como o sistema de pesquisa, criando estruturas privadas de "conhecimento" e parcerias públicas-privadas, o desenvolvimento de infraestruturas de informação e comunicação, criando um ambiente que gere confiança na utilização das TICs e um funcionamento adequado dos mercados financeiros (OGECIME, 2016).

Esta visão da economia do conhecimento é integrada à sociedade da informação e do conhecimento, em que a proporção de empregos intensivos em conhecimento supõe aumentar consideravelmente. O peso econômico dos setores relacionados às Tecnologias da Informação e Conhecimento e ao processamento de informação desempenham um papel determinante. Entre quais, encontram-se, particularmente, os serviços das empresas que participam na concepção de novos serviços ou novos produtos e sua comercialização, ou seja, a construção de novos mercados para estes novos bens (marketing, design, finanças...). Este setor desempenha um papel estratégico para as empresas que se inserem em um contexto global de concorrência monopolística em que a inovação determina a posição de uma empresa no mercado e, a fortiori, o nível de desempenho econômico de uma nação na globalização.

A economia do conhecimento, entretanto, é baseada em uma ambivalência consubstancial, que reside no fato de que o conhecimento não é uma mercadoria por natureza. O conhecimento possui as propriedades usuais dos bens da economia digital, nomeadamente elevados custos de produção e baixos custos de reprodução. É esta ambiguidade que permite às instituições internacionais fazerem com que os países da periferia que ainda não estão em um processo de emergência tenham a esperança de entrar rapidamente graças à difusão da informação veiculada pelas TICs. Assim, a economia do conhecimento, considerada do ângulo truncado da difusão das tecnologias da informação, é frequentemente apresentada como uma possível chave para o rápido desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Como se seria possível para esses países pular a fase de industrialização e entrar diretamente na era pós-industrial na condição política que proporciona a sociabilidade capitalista do conhecimento.

### 3.3 Contexto econômico da sociedade da informação

As profundas transformações socioculturais, tecnológicas e globais resultam em um mundo interconectado e competitivo. Da consideração da informação como matéria prima, o conhecimento tem-se tornado em um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social. O aumento dos fluxos comerciais e de capitais, assim como o uso intensivo de tecnologia e informação, exige que as sociedades e economias se transformem para competir num mundo onde a criação, uso e disseminação do conhecimento são cada vez mais difundidos e determinantes.

Do Estado-Informacional de Braman (2004) e o Estado-Rede de Castells (2011), mostram-se exatamente como as considerações lexicais das novas noções como 'nova economia' e 'economia do conhecimento' sustentam e fomentam as bases e as evidências teóricas do advento de uma nova era, bem compreensível como efeito pós-modernista nas práticas sociais, onde o conhecimento se torna o centro da situação financeira das sociedades.

Este novo conceito de economia se baseia no reconhecimento do papel preponderante que a tecnologia e o conhecimento desempenham no crescimento econômico. Nele, entende-se que o conhecimento é criado, adquirido, transmitido e utilizado de forma mais eficaz pelos indivíduos, organizações e comunidades para promover o desenvolvimento econômico e social. Ao contrário de outras economias, em uma economia do conhecimento, supõe-se que informação e tecnologia não são fatores externos ao processo de produção. Assim, o conhecimento e a informação supõem influenciar diretamente neste processo; e, poder incrementar a capacidade dos fatores tradicionais de produção, inclusive transformá-los em novos produtos e processos.

Este fundamento encontra o seu significado no interior do capitalismo cognitivo objetivando complexamente a incorporação das relações econômicas na institucionalização da informação e do conhecimento nos dispositivos culturais dos países mais avançados industrialmente. Isto é um movimento que abrange técnicas de subordinação que são objetivadas em: qualificar as relações de trabalho e o trabalhador dos países mais pobres para operacionalizar a infraestrutura da sociedade da informação e configurar as estruturas de governança para fazer negócios. É nessa relação que se constrói o sentido das relações comerciais desiguais no mercado internacional, onde os países subdesenvolvidos recorrem às economias e às instituições dos países mais desenvolvidos industrialmente para negociar em condições desiguais, trocando bens por tecnologias de informação e comunicação e reformando constantemente as suas estruturas conforme a lógica da organização econômica desses países industrialmente desenvolvidos.

Essa passagem é mediada nos discursos que orientam o pensamento preponderante na mediação das agências operadoras da sociedade da informação e do conhecimento na esfera global. Por exemplo, conforme o banco mundial (WORLD BANK, 2007, p. 23-24), para apreender o valor da informação como um recurso para a “inteligência orgânica”, o conhecimento estaria no centro da estratégia baseada em quatro pilares:

- ✓ **A base educacional e de formação e capacitação nacional:** sustentando que a força de trabalho deve ser composta por trabalhadores qualificados e instruídos, capazes de atualizar-se e adaptar suas habilidades para criar e usar o conhecimento de maneira eficiente. Os sistemas de educação e formação abrangem o ensino primário e secundário, a formação profissional, o ensino superior, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida.
- ✓ **A infraestrutura de acesso à informação e telecomunicações:** fundamentada sobre a premissa de que uma infraestrutura de informação moderna e apropriada facilita a comunicação, disseminação e processamento da informação e do conhecimento. As tecnologias de informação e comunicação (TIC), incluindo telefone, televisão, rádio e redes, são a infraestrutura essencial das economias globais baseadas nas informações do nosso tempo.
- ✓ **O sistema de inovação:** Entendendo que um sistema eficaz de inovação é formado por empresas, centros de pesquisa, universidades, consultores e outras organizações que geram novos conhecimentos e tecnologias, aproveitam o crescimento do conhecimento global e os assimilando para a adaptação às necessidades locais. A este propósito, o investimento público em inovação, ciência e tecnologia objetiva abranger uma ampla gama de infraestruturas e funções institucionais, desde a disseminação de tecnologias básicas até atividades avançadas de pesquisa.
- ✓ **As estruturas institucionais, de governança e de negócios:** considerando que o regime institucional do país e o conjunto de incentivos econômicos que ele gera devem permitir a mobilização eficiente, bem como a alocação eficiente de recursos, estimular o empreendedorismo e induzir a criação, a disseminação e o uso eficiente do conhecimento. Essa noção abrange uma ampla gama de questões e áreas de políticas públicas, que vão desde aspectos da estrutura macroeconômica até regulamentações sobre comércio, financiamento e bancos, mercados de trabalho e governança.

Neste aspecto, é entendido que os países menos desenvolvidos necessitam adotar uma abordagem coordenada e multissetorial nas aspirações de que a educação, a ciência, as tecnologias e as parcerias público-privadas poderiam produzir efeitos e impactos

socioeconômicos consideráveis. Para os países em desenvolvimento, esta subordinação se materializa fundamentalmente na relevância da necessidade de melhoria na qualidade do sistema educacional; pois, precisa-se colocar ênfase nos sistemas de ensino e adotar políticas que incentivem e estimulem o uso de novas tecnologias sincronizadas. Dessa lógica, entende-se que um melhor sistema educacional reforça o uso das tecnologias e vice-versa.

Para a organização social do trabalho e fomentar as dinâmicas/mutações socioculturais em torno desse modelo de sociedade, a noção da "Educação" parece ser a variável central e discursiva capaz de se objetivar, essencialmente à aprendizagem limitada às novas tecnologias de informação e comunicação, que, por sua vez, tendem a ser orientadas, focadas e realizadas em computador e Internet, criando novas identidades e formas de inclusão/exclusão: as conectadas e desconectadas (WSIS, 2003). O discurso da Educação na sociedade da informação e do conhecimento mergulha completamente no mundo virtual, deixando de lado as discussões sobre as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas e adotando como temas centrais a competitividade e as novas habilidades exigidas pelo mercado, para se adaptar à mudança em vez de influenciá-lo.

Se a noção 'Educação', refere-se tradicionalmente ao sistema escolar, educação formal e infância; no interior da sociedade da informação, a ênfase é colocada no ensino em vez da aprendizagem, dando pouca importância a este último e favorecendo indicadores quantitativos de acesso e conclusão de graus e ciclos. A aprendizagem é confundida com a assimilação e a repetição de informações. Em geral, infraestrutura e equipamentos recebem mais peso do que as condições de ensino e aprendizagem, tanto da oferta em vez da demanda, dos resultados em vez do processo. Em certa forma, a predominância da mentalidade escolar contribui para restringir a visão e o âmbito da educação, ao separá-la da esfera econômica, social e cultural mais ampla.

Na sua expressão determinada na sociedade globalizada, o índice de Educação torna-se um componente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelas agências dedicadas a tal setor dentro das Nações Unidas. Este componente envolve dados quantitativos, abrangendo: total de matrículas em diferentes níveis de educação e taxas de alfabetização, o que parece ser, claramente, insuficiente para captar o perfil e os requisitos de educação em qualquer sociedade.

Essa ressignificação e reconfiguração da Educação como aparato de manutenção cultural provocou, a sua vez, um efeito complexamente funcionalista de consumo e audiência para as unidades de informação deste âmbito. Isso acarreta novas configurações nos dispositivos informacionais, tais como: as relações das novas técnicas de tratamento, armazenamento, organização, disseminação da informação e do conhecimento e para os

novos modos, propriedades e transformações do seu entorno: usuários, profissionais, instituições e suporte/sistemas. Pois, se as categorias: informação-conhecimento se tornam recursos de desenvolvimento capazes de influenciar as condições sociais de existência, qualquer relação constituída em torno delas parece dificilmente indissociável do movimento da economia no seu estágio e especialização internacional.

Num contexto em que há uma forte inclinação para limitar a sociedade da informação e do conhecimento às tecnologias da informação e comunicação, os dispositivos e recursos informacionais tendem a ser entendidos simplesmente como a apropriação das TICs para os fins materialmente produtivos. A tangente tomada desses discursos tem dado destaque, por meio de diferentes abordagens dentro de uma parte da comunidade científica, no segmento editorial e nos meios de comunicação de massa.

Com a aparente efetivação de uma economia globalizada conjuntamente ao desenvolvimento considerável do conhecimento e das TIC; alguns autores não hesitam em profetizar até o advento de uma sociedade sem trabalho. Para muitos desses autores: (RIFKIN, 1996; TOFTLER; GERSHUNY; SUE *apud* BASSO, 2005, p. 5), o trabalho teria se tornado obsoleto e, portanto, a sociedade baseada no trabalho industrial deve desde então dar lugar a uma sociedade baseada no progresso das TIC e do conhecimento.

De uma perspectiva marxista, a extensão e velocidade com que se espalham o conceito da sociedade da informação e do conhecimento não devem, no entanto, obscurecer as contingências históricas de sua orientação. Longe de ser natural e a-histórico, este conceito origina-se em um contexto particular da economia capitalista (BASSO, 2005). Pois, se o condicionamento da sobrevivência do modelo econômico no modo de produção capitalista é sua capacidade de gerar crescimento, o surgimento de uma economia da informação e do conhecimento não parece ser uma exceção.

Portanto, segundo Castells (2011), essa nova economia, inserida no novo paradigma tecnológico e na nova revolução informacional, é baseada na tecnologia da produção de conhecimento, processamento de informações e símbolos de comunicação como bases de produção, de produtividade e de competitividade das empresas, regiões, cidades e países. Ela é uma economia global e tem a internet como base tecnológica. Essa base tecnológica se sustenta na convergência das tecnologias da informação e comunicação de base microeletrônica e tem uma forma central de organização cada vez maior, que é a internet. Por tanto, a internet não é simplesmente uma tecnologia, mas, também, uma forma de organização da atividade humana.

Sob esse ângulo, as TIC, tendo como elemento preponderante a internet, constituem o eixo central para a busca, avaliação, armazenamento, criação da informação e a produção do conhecimento. Nas práticas informacionais e mediações tecnológicas, as TIC ganham

um significado fetichizado na sua suposta capacidade de protagonizar o enorme processo de transformação econômica e social. Os efeitos que a difusão dessas tecnologias produz sobre o resto dos setores das economias impactam a vida das sociedades, dando-lhes a oportunidade de alcançar um percurso mais democrático, e ao mesmo tempo, evidenciam a ampliação da exclusão entre as comunidades, sociedades e nações.

Também, sob efeito do capitalismo, em todas as suas expressões, vale considerar que essa nova economia não se desfaz da ideologia dominante sustentada pela democracia liberal e a economia de livre mercado. Consequentemente, uma transformação crucial vem ocorrendo, com a substituição progressiva dos chamados 'valores coletivos e públicos' tradicionalmente coordenados e mediados pelo Estado, pelos valores individuais e empresariais. Nesse contexto, as sociedades tendem, cada vez mais, a ter muitos dos seus aspectos regulados pelo mercado em vez do Estado (BOLAÑO, MASTRINI, SIERRA, 2005). Daí pode-se perguntar: Pode o mercado, no entanto, como uma organização social, expandir e aprofundar a democracia?

Uma dessas transformações é a criação, uso, difusão e extensão da 'rede das redes', a Internet. Hoje as questões ligadas a sua governança, não podem ser consideradas, de nenhuma maneira, como um problema exclusivo de empresários vanguardistas, industriais ou pesquisadores universitários que costumam especular sobre os possíveis limites da economia digital e as transformações sociais que acompanham o advento da sociedade da informação. De uma abordagem mais ampla, hoje, a internet e a sua governança se consideram como um assunto de Estado, uma questão de interesse público para a cidadania.

### **3.4 A sociedade da informação e do conhecimento e o desenvolvimento territorial**

A sociedade da informação, como sociedade globalizada, rompe com as práticas tradicionais; a sua aplicação, ao nível local, está em constante contradição com uma das características dos territórios, isto é, o peso do social, da história e das culturas (SANTOS, 2012). Um dos fatores de explicação mais relevante desse fato está relacionado ao lugar do Estado. A noção da sociedade da informação e do conhecimento se insere no marco de uma política pública nacional que se manifesta na década de 1990 através de várias ações: um plano de ação do governo, um plano de ação ministerial, a preparação de um marco regulamentar, uma consulta pública, entre outras. Esses elementos são, no entanto, excêntricos à vida local (OVERMAN. CAHILL, 1990; BENDER, 1993; DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009).

A noção atende ao ceticismo ou às vezes à reação de resistência à mudança por parte dos usuários de novas tecnologias e, mais especificamente, da internet ou de serviços das telecomunicações. Essas resistências, para retomar uma expressão da sociologia dos usos, baseiam-se em vários argumentos, tais como: o investimento financeiro em relação à rápida obsolescência dos dispositivos tecnológicos, em termos de tempo e habilidades em comparação com os resultados que aparecem geralmente desfocados, a falta de sociabilidade e de tempo de apropriação provocado pela rapidez das novas técnicas (SANTAELLA, 2007; TRIVINHO, 2007).

A noção de sociedade da informação e do conhecimento tem uma dimensão econômica que avoca às preocupações dos decisores e iniciativas locais. A questão que se aborda sempre é saber como as técnicas de informação e comunicação podem auxiliar um plano de desenvolvimento local de um território. A forma como as comunidades locais se apropriam desta questão é indicativa da evolução territorial e, especialmente, das políticas locais (CANCLINI, 2004). De fato, uma das orientações lideradas pelos atores locais se assenta sobre o papel que desempenham a Educação/formação e a pesquisa no desenvolvimento local (MALINVAUD, 1994; SEN, 2000). Mas, para que as relações entre esses três indicadores: Formação, Pesquisa e Economia local, se considerem como fontes e matrizes de produção de riqueza, elas têm que ser de naturezas transformadoras e orientadas para a ação mercantil.

Isto corresponde às contradições da sociedade da informação e do conhecimento; o desenvolvimento territorial passa menos pela instalação de novas empresas ou dispositivos socioculturais e tecnológicos de todo um território que pela proximidade física que os atores possam manter e favorecer (CANCLINI, 1996; 2004). É neste sentido, que se faz necessário que a noção da sociedade da informação e do conhecimento se desenvolva numa perspectiva mais humanista, enfatizando sobre a dimensão social da inovação, o papel das autoridades locais na capacidade de organizar o tecido social de relações e parcerias.

A sociedade da informação e do conhecimento marca, também, novas formas de territorialização da atividade social e organizacional. Conforme as recentes experiências do atual regime político dominante, ela se assenta sobre uma profunda e constante transformação do Estado em vários aspectos; pois, a política pública neste campo é diferente da dos anos 80: o Estado-operador deixou lugar cada vez mais ao “Estado heterogêneo” (SANTOS, 1994), “Estado labiríntico” (RUIVO, 2000), “Estado avaliador” (HENKEL, 1991), “Estado animador” (DONZELOT E ESTÈBE, 1994), “Estado sábio” (MASSARDIER, 1996), “Estado parceiro” (SCHWEYER, 1996), e o “Estado empreendedor” (MAZZUCATO, 2014).

Esse fato resulta em uma tendência de forte política de labelização implementada em várias direções: a labelização dos espaços públicos digitais que se amplia pela criação de espaços públicos digitais de proximidade criados nos subúrbios ou em áreas rurais, a labelização de 'cidades-internet' mais conhecidas como 'cidades inteligentes', que enfatiza o compromisso das autoridades locais na prestação de locais de consulta; a labelização existe também no campo da Educação com a criação de escolas e estabelecimento constante absorção de regras e regulamentações.

## 4 MEDIAÇÃO E AÇÕES POLÍTICAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

*“Tudo não é política, mas a política está interessada em tudo”.*

Nicolas Machiavel

A última revolução industrial agrega à definição do atravessamento da noção da informação novas direções políticas como marco estratégico dos estados, empresas e organizações. Essa visão define um novo paradigma político focado, essencialmente, sobre a adaptação das estratégias nacionais de desenvolvimento aos novos métodos de fornecimento e uso de recursos de informação.

Sob esse prisma, os decisores reconhecem cada vez mais que a adequação dos recursos e serviços de informação para as necessidades econômicas, sociais e políticas depende da eficácia e eficiência de seus planejamentos e iniciativas. Dessa abordagem surge um crescente interesse na formulação de projetos e programas de informação que orientam o desenvolvimento das atividades de informação em diversos países do mundo. Infelizmente, esta atitude tomada por alguns governos, organizações e blocos político-econômicos, tais como: os Estados Unidos da América, União Europeia, Organização das Nações Unidas, entre outros, há vários anos, é apenas emergente em outros países e tem se fortalecido nas últimas décadas.

No ocidente, o período pós-segunda guerra mundial marcou o início da definição formal de políticas nacionais de informação na direção em que o acesso à informação científica e tecnológica passa a ocupar um lugar central no desenvolvimento econômico, sendo um pilar da inovação e condição para a competitividade. Este movimento encontra o seu vértice num documento conhecido como Relatório Weinberg, intitulado *“Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information”*, tendo como relator Alvin M. Weinberg, diretor do *Oak Ridge National Laboratory* nos Estados Unidos da América (TERRA, 2013).

Essa concepção de política para a informação foi adaptada por várias instituições internacionais, dentre as quais a UNESCO (2003) que promoveu os serviços de informação através da criação de uma estrutura burocrática, incluindo serviços descentralizados e coordenados por um órgão de tutela, visando a configuração de um sistema em rede, e programas de execução específicos. E, dessas iniciativas, pode-se apontar as influências das orientações e avaliações dos desafios que se criam, quando as políticas e práticas nacionais escondem a preservação de privilégios e desigualdades que negam a democratização da cultura e a realização da cidadania. Neste caso, o aspecto mais

relevante a ser ressaltado se relaciona ao problema fundamental do ocidentalismo, eurocentrismo ou americanismo presente ou subjacente nas diretrizes e realizações dessas agências (EVANGELISTA, 1999).

Diante do desafio das necessidades de apropriação, acesso, disponibilidade, uso da informação e sua comunicação neste modelo de sociedade globalizada, tais iniciativas supõem, antes de tudo, um marco regulamentar consistente e eficaz, um governo ao alcance da cidadania e disposto à mudança com o uso de novas tecnologias, a possibilidade de contar com recursos e sistemas de informação eficientes, mas também um grande esforço em qualificar os indivíduos em relação à cultura da informação e, pleitear com isso, a inclusão na economia do conhecimento que esse modelo de sociedade está experimentando.

Esta seção discute o contexto político da mediação da informação e do conhecimento no interior do projeto da sociedade da informação e do conhecimento. A este propósito, procura-se, num primeiro momento, conceituar as noções: política, política de informação e políticas nacionais de informação, as suas variáveis analíticas na perspectiva da Ciência da Informação. Em seguida, descrevem-se os níveis e temas dos programas e projetos de informação desde o olhar que fundamenta a sua tradição de pesquisa na área. É revisada, finalmente, a dimensão dos programas e projetos de informação à escala global, promovida pelas agências internacionais e as suas concepções na sociedade-mundo. Para conformar a estrutura teórica da seção, institui-se um traçado sobre diversas teorias interdisciplinares, além das evidências teóricas de suas contextualizações no campo da Ciência da Informação.

#### **4.1 Política, políticas de informação e políticas nacionais de informação.**

No âmbito da Ciência da Informação, a noção da política, como noção de intervenção sobre os domínios, estratos e modalidades das ações de informação num regime de informação (UNGER; FREIRE, 2008; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003), atravessa uma perspectiva tradicional herdada do positivismo, pois a Ciência da Informação, de acordo com Borko (1968, p. 1), “[...] é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”.

Por esse motivo, a noção da política para a Ciência da Informação não deve ficar vinculada apenas a uma concepção posta pelo modelo positivista de Ciência. De fato, é importante considerar a multidisciplinaridade sobre o próprio termo, subordinado ao estudo

do dinamismo informacional da contemporaneidade que, a sua vez, se caracteriza por uma extrema variedade (OVERMAN, CAHILL, 1990; BENDER, 1990; BRAMAN, 2004; JARDIM; ALBITE SILVA; NHARRELUGA; 2009).

Com isso, a dimensão plural da conceituação da noção política nesta área de conhecimento e a complexidade das relações de poderes que ela envolve, apelam à sua raiz inglesa para identificar as nuances do termo e evidenciar da melhor forma a sua inserção nas estruturas teóricas mais ou menos explícitas, como novas configurações nos processos de produção, organização e uso da informação. Pois, num estudo associado à informação e seus fenômenos, é conveniente não perder de vista essa abordagem.

Independentemente da abordagem que se queira dar à questão, é necessário distinguir e considerar simultaneamente

- a dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- a dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. (FREY, 2000; *apud* RODRIGUES, 2012, p. 26).

Em grande medida, como no que se assenta o compromisso do Estado, a dimensão e esfera da noção da política podem ser entendidas como a gestão do Estado, suas intenções e suas ambições (DYE, 2005; OGECIME, 2016); uma espécie de poder organizado pela/para a comunidade nacional ou internacional; é, também, a arte de dominar ou controlar um real coletivo (PHILIPPE, 2018); embora que a realidade não seja independente do seu desenvolvimento linguístico-discursivo, teórico, cultural ou histórico. Ela é articulada a partir de uma construção e um conjunto de mediações entre sujeitos e agências. Contudo, a noção de política, aqui em discussão, não embarca necessária e completamente as mediações do pensamento, intenção e ação, para a sua necessidade de responder ao imediatismo do real.

A noção de política aqui considerada está em estreita relação com as iniciativas das agências envolvidas, não se trata de uma construção absoluta e definitiva, pois, se fosse o caso, tornar-se-ia uma pura representação arbitrária e, portanto, uma espécie de ficção inteiramente controlada e pragmática: essa ficção seria uma espécie de negação do

dinamismo da realidade e perderia seu significado e seu imperativo, objeto à noção de análise.

A análise da noção da política é entendida, na maioria dos casos, como o significado de um processo em constante desenvolvimento, um processo de realização que pode ser tomado entre dois aspectos: o da interioridade da linguagem e o pensamento que constrói a realidade do seu significado e o da exterioridade e da alteridade da realidade que não deve ser reduzida às representações que provêm dela. E, para um fenômeno associado ao setor informacional que no âmbito do Estado está associado ao entendimento e a medição da dimensão plural da sociedade, as políticas podem desenvolver-se em nível orgânico ou institucional (micropolítica) ou em nível nacional, regional ou internacional (macropolítica). (MONTVILOFF, 1990; OGECIME, 2016).

Sob essa perspectiva, a noção da política como iniciativa de intervenção de uma entidade/agência decisória sobre uma realidade social se materializa e usa, através de iniciativas, planos, projetos, programas e instrumentos tecnicamente e praticamente políticos para concretizar-se. E, conforme os instrumentos para a sua implementação,

As políticas estão contidas nos chamados “instrumentos de política”. Estes podem ser das seguintes classes: instrumentos legais (Constituição, leis e decretos do Parlamento, regulamentos, tratados internacionais, etc.) e instrumentos profissionais (códigos de conduta, ética, etc.) e instrumentos culturais (costumes, crenças, tradições, valores sociais, etc.) (MONTVILOFF, 1990; *apud.* OGECIME, 2016, p. 43).

Neste contexto, é pertinente focar sobre aquelas iniciativas, instrumentos e mecanismos que, ao nível do Estado, estão diretamente relacionados aos serviços e sistemas de informações do país, bem como às políticas dos campos que convergem com elas e que permitem que a informação seja acessível para a sociedade. Pois, estabelecer políticas de informação que supõe orientar as ações em prol do desenvolvimento e das novas configurações nos processos de produção, organização e uso da informação é já um assunto amplamente reconhecido à escala global.

Devido à complexidade da noção da política como conceito de intervenção transversal sobre a informação, pode-se dizer que é relativamente difícil definir exatamente do que se trata as políticas de informação. Portanto, a definição trazida por Montviloff (1990), mesmo problemática pela sua abrangência na perspectiva de enquadrar as ambições nacionais de um Estado-Nação, vem se destacando pelos profissionais da informação durante os últimos anos. Segundo o autor, uma política de informação é,

[...] a orientação para a concepção de estratégia e programas de desenvolvimento e utilização de recursos, serviços e sistemas de

informação. O que chamamos de política de informação é uma série de políticas deste tipo. Uma política de informação pode ser formulada em nível institucional, nacional, regional ou internacional (MONTVILOFF, 1990, p. 12, nossa tradução<sup>15</sup>).

No contexto da cidadania do século XXI e da condição moderna de civilização, as políticas de informação desempenham uma função preponderante para o Estado de direito; não pode haver vigência do Estado de direito sem 'Direito à informação'; pois, é sobre isso que se emana o compromisso da liberdade de pensamento, de expressão e o direito à vida privada. Sem o direito à informação, tampouco seria possível o controle cidadão da gestão pública. Neste sentido, se entende que: "uma política de Informação é instituída por um conjunto de diretrizes que regem um país para a consecução do direito à informação para todos os seus cidadãos". (OGECIME, 2016, p. 42).

Em uma sociedade, discursivamente, cada vez mais globalizada e sob o pleno e constante efeito de uma mudança radical na estrutura das organizações, onde as tecnologias passam a ter um papel estratégico preponderante, não se devem considerar apenas as políticas de informação relacionadas com os arquivos e bibliotecas, mas também aquelas políticas dos campos convergentes, como as das tecnologias da informação e telecomunicações.

Desta concepção, é importante ressaltar que é dever do Estado assumir o protagonismo do sistema e do regime político para atender à cidadania no contexto dessa mudança. Para os governos, isso significa objetivar-se ao dever de garantir que o cidadão e as diversas instituições de um país tenham disponibilidade e acesso aos meios de comunicação e assim, poder incluir-se plenamente na sociedade.

Conforme às diversas iniciativas que são concebidas em todos os campos do setor informacional, como planos integrados do Estado,

Devem-se estabelecer políticas de informação que sejam compreensivas com as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e que também sejam suscetíveis às implicações da Era da informação na que estamos imersos. (MÉNDEZ RODRÍGUEZ, 1999; *apud* OGECIME, 2016, p. 41).

As políticas de informação devem cobrir os planos nacionais de desenvolvimento que contemplam os programas de saúde, educação, cultura, economia, agricultura, alfabetização em informação e a produção de conteúdo, e o bem-estar geral. Pois, se a informação é um recurso de desenvolvimento, crucial para todos os indivíduos, grupos

---

<sup>15</sup> "La orientación para la concepción de una estrategia y de programas destinados al desarrollo y uso de recursos, servicios y sistemas de información. Lo que llamamos política de información es una serie de políticas de este tipo. Una política de información puede formularse a nivel institucional, nacional, regional o internacional".

sociais e organizações; então, a sua transversalidade em todos os campos convergentes requer uma sinergia que augura os melhores resultados das iniciativas concebidas em prol do desenvolvimento. É por isso que,

As políticas de informação estão estreitamente relacionadas com as políticas gerais de um país, com as políticas públicas sobre a Educação e cultura, e com as realidades históricas e sociais da nação. (MORALES CAMPOS, 1999, p. 2, nossa tradução<sup>16</sup>).

O estudo das políticas de informação, mencionado por Browne (1997a) como campo disciplinar do modernismo, mostra que estão relacionadas às políticas públicas, e define o seu âmbito de ação como a atividade investida dos poderes públicos. Também são

[...] um conjunto de concepções, critérios, princípios, estratégias e principais linhas de ação a partir das quais a comunidade, organizada como Estado decide enfrentar os desafios e problemas que são considerados de natureza pública, elas definem campos de ação não só para o governo, mas também para os atores dos setores públicos e privados e se expressam em decisões adaptadas em forma de instituições, programas específicos, critérios, diretrizes e padrões em prol do setor informacional (México, 2001, *apud* OGEICIME, 2016, p. 46).

De uma ótica utilitarista e sequencialista da noção da política e suas implicações (CORREIA, 2012), os interesses para entender a comunidade política consideram a política como uma variável onde os interesses devem, naturalmente, harmonizar-se ou considerar-se como um apelo para a implementação de recursos ou meios políticos para harmonizar os interesses divergentes (VALLÉS, 2007). Neste contexto, os projetos intervencionistas, particularmente em questões sociais, podem possibilitar o logro do objetivo da sociedade através do acesso à informação e ao conhecimento, para melhorar a qualidade de vida e assim, se desenvolver.

Esse objetivo foi e continua sendo a meta a ser alcançada pelos países que se comprometem em participar nas cúpulas realizadas em prol da sociedade da informação e do conhecimento. Neste sentido, o objetivo de uma política de informação consiste em "fortalecer o bem-estar geral através da disponibilidade, a toda a sociedade e à economia, os benefícios da informação e das tecnologias associadas a ela" (DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009, p. 4).

Nesta perspectiva, entende-se que para atender as demandas de todos os setores da vida social do indivíduo, as políticas de informação supõem o estudo das orientações e diretrizes que regem a atuação dos diferentes setores ou grupos da sociedade na

---

<sup>16</sup> "Las políticas de información establecidas deben estar en estrecha relación con las políticas generales de un país, así como en las políticas públicas sobre educación y cultura y con las realidades históricas y sociales".

transferência da informação, sua disponibilidade, seu acesso e recuperação como meio de comunicação de informação entre pessoas geradoras e usuários da informação (OGÉCIME, 2016).

Dessa concepção, o interesse sobre o estabelecimento e planejamento adequado de políticas de informação torna-se um aspecto de crucial importância. Para qualquer país, uma política de informação é inerente para cobrir as necessidades de informação e conhecimento dos membros da sociedade. Com ela, é possível obter uma utilização efetiva da informação necessária, bem como a elaboração de ações planejadas para garantir o acesso universal à informação para a realização de todos os tipos de atividades (sociais, econômicas e políticas), contribuindo, assim, ao logro dos objetivos de desenvolvimento de um país.

## **4.2 As políticas de informação e suas variáveis**

Garantir que o planejamento estratégico dos recursos da informação seja de alta qualidade é de extrema importância para os membros de uma sociedade. Por isso, se deve colocar uma grande ênfase na formulação das políticas de informação que impactam os diversos setores onde a informação possui um valor significativo.

O acesso oportuno à informação relevante para as diversas necessidades dos usuários da sociedade civil, a coordenação e o controle social do sistema global nacional de informação, a melhoria da complementaridade e os mecanismos de controle entre as diversas legislações relativas ao fornecimento de informação, supõem possibilitar um melhor impacto às implicações no novo modelo de desenvolvimento do setor da informação e uma participação mais efetiva nos sistemas e redes regionais e nacionais de informação. A este propósito,

O acesso público à informação, mais que um direito amplamente reconhecido pelos principais tratados internacionais de direitos humanos, é, sobretudo, um imperativo ético sobre o qual deve se assentar qualquer Estado Democrático de Direito. Não há que se reconhecer a democracia em ambiente onde o cidadão não é capaz de acessar a informação que se encontra sob a guarda do Estado, e, conseqüentemente, onde o agente público não presta contas do exercício de sua função (MOURA, 2014, p. 13).

Com essa abordagem, considera-se que, no âmbito do Estado, três variáveis definem uma política de informação: a sua finalidade, os seus objetivos e as suas funções (MAIA DO AMARAL, 1991; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; CITMA, 2002; SINAY; MICHELSON, 2006; DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009; OGÉCIME, 2016).

Na perspectiva de Hill (1995), as políticas de informação são concebidas para atender às necessidades e regular as atividades dos indivíduos, a indústria e o comércio de todos os tipos de instituições, organizações e governos nacionais, locais e supranacionais. Elas supõem normalizar a capacidade e a liberdade de obter, possuir, armazenar as informações, usá-las e divulgá-las; pois "uma política de informação é um plano para o desenvolvimento de dados, recursos e serviços de informação e a sua ótima utilização" (DANTE, 1993; *apud* GALÁN, 2009, p. 3).

Entretanto, deve-se lembrar que uma política define que tipo de sociedade deve existir; mas, um plano determina apenas o que se faz para lograr este objetivo, durante um determinado tempo. A política aponta para a essência; o plano, para as atividades. A política identifica o "quê" e o "por quê"; e o plano o "como". (Ibidem, p. 4).

As recentes experiências com o regime global da informação mostram que o desequilíbrio entre o local e o global tende a ser cada vez mais gritante; a desigualdade na produção, acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento marca, infelizmente, uma fronteira distintiva entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas (OGÉCIME, 2016), os países inforricos e infopobres e as comunidades: centros e periferias (HAYWOOD, 1995; FEATHER, 2004). Nesse sentido, a **finalidade** de uma política nacional de informação deve apreender a necessidade e a importância de garantir,

[...] o acesso e o uso otimizado de conhecimentos especializados e profissionais, informação científica, técnica, social e econômica, e técnicas desenvolvidas ou disponíveis no país e/ou globalmente como um recurso destinado a resolver problemas e para o desenvolvimento em todos os setores da sociedade (MONTVILOFF, 1990, p. 9).

No interior da sociedade da informação e do conhecimento, pressupõe-se que o acesso ao conhecimento é a meta principal a ser alcançada para favorecer o desenvolvimento; pois, si se eliminam as barreiras que impedem um acesso equitativo e igualitário à informação para realizar as atividades econômicas, sociais, políticas, sanitárias, culturais e científicas e facilitar o acesso à informação do domínio público constituiria, assim, uma sociedade acessível para todos. Neste contexto,

As políticas e estratégias de informação podem e devem contribuir decisivamente a um desenvolvimento sustentável da sociedade baseado nas oportunidades que são concedidas aos indivíduos, para autogerir o seu próprio desenvolvimento através do compartilhamento da informação e conhecimento (COLLAZO, 1998, p. 34).

Pela natureza transversal da noção da informação, ainda mais fundamental no âmbito do Estado e na sociedade da informação e do conhecimento, a manutenção

constante dos equilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos não deve vislumbrar-se que através de um plano integrado e um planejamento eficaz da mesma. Portanto, os **objetivos** de uma política nacional de informação devem identificar os requerimentos de informação do país e garantir que estejam satisfeitos, na medida em que permitem os recursos escassos, de forma ampla e rápida, econômica e apropriada (DÍAZ; VEJA VALDÉS, 2003).

O conteúdo de uma política de informação está naturalmente relacionado com fatores políticos e de cobertura territorial em função do objetivo que lhe é atribuído. De acordo com Montviloff (1990), deve-se lembrar de que para todos os casos e conforme o país, existem características comuns a cada grupo de políticas. Portanto, é crucial identificar as necessidades específicas e concretas de uma nação, bem como a influência que elas exercem e o alcance a ser contemplado.

As intenções que devem mobilizar as necessidades de um marco regular integrado dentro de uma nação em prol do setor da informação devem evidenciar os seus propósitos, seus impactos e seus alcances. Para a sociedade da informação e do conhecimento, o seu determinismo tecnológico e seus aspectos multissetoriais, as políticas de informação evocam a necessidade de conter a realidade das transformações digitais e a sua função na inclusão social. Segundo Sebastián et al. (2000; *apud* OGEICIME, 2016, p. 50), a conceituação das políticas da informação deve oferecer uma nova e ampla visão sobre:

[...] a convergência das mídias, tecnologias e serviços que, cada vez mais, estão demandando o estabelecimento de uma ordem política que sirva para regular essa convergência; e a "articulação de fé" amplamente aceita que sugira que uma política de informação tem o potencial de contribuir positivamente ao bem-estar econômico e social.

Neste caso, entende-se que as políticas de informação tendem a responder a estímulos específicos em um determinado período de tempo e, portanto, devem ser flexíveis. Pelas transformações digitais, elas se tornam um conceito renovado e concebido para as/pelas tecnologias. Assim, para as apostas deste trabalho, considera-se essa conceituação fundamental para assentar as suas evidências teóricas.

Os sistemas de informação e tecnologias da informação são elementos que convergem para auxiliar e agilizar o processo de organização, tratamento contextualizado, proteção e socialização do conhecimento e da informação digital e em que os dispositivos tecnológicos estão permitindo uma gestão eficiente desses recursos e um uso mais pontual para/pelos indivíduos. Isso contribui, em maior parte, à otimização de um tipo de capital imaterial que empreende um valor de informação que, a sua vez, decorre e institui um: capital cultural (BOURDIEU, 1998a; 1998b), um capital informacional (BRAMAN, 2006b), um

capital intelectual (GALBRAITH, 1969; FEIWEL, 1975), um capital humano (MACHLUP, 1980) e implica redes de comunicação baseadas em instituições e relações de confiança (BOURDIEU, 1998A; 1998B; PUTNAM, 2001; DAVENPORT; SNYDER, 2005, APUD BRAMAN, 2006B; CASTELLS, 2011). A este propósito, as políticas devem cumprir com as funções de (o/a):

- ✓ Análise da situação que prevalece.
- ✓ Definição dos objetivos a alcançar.
- ✓ Estabelecimento dos critérios de atuação.
- ✓ Formulação, capacitação e atualização da sociedade.
- ✓ Promoção do acesso e uso da informação.
- ✓ Seguimento das políticas implementadas. (Citma, 2002).

É necessário empreender o entendimento das condições, situações e impactos que entrem em jogo no momento de estabelecer uma política de informação; pois, no plano macro, ter consciência sobre o valor da informação invoca o dever, o compromisso e a capacidade dos políticos e decisores sobre o fato de entender que os conhecimentos disponíveis sejam usados ampla e adequadamente para guiar o desenvolvimento econômico e social.

Por isso, é importante destacar e tomar em consideração todas as iniciativas, projetos, propostas, planos e programas que se relacionam com:

- ✓ O aspecto tecnológico e informático, devido à irrupção das TIC que tem modificado as antigas práticas informacionais dos/pelos usuários.
- ✓ O armazenamento, seleção, recuperação e disseminação da informação pelas instâncias responsáveis; neste caso, as bibliotecas, as instituições arquivísticas e instâncias afins que a manipulam, inclusive os profissionais da informação;
- ✓ As competências com as quais o usuário deve contar na hora da busca, uso e apropriação da informação.
- ✓ Os conteúdos que devem ser oferecidos aos usuários e que respondem às suas necessidades de informação.

Adicional a isso, deve-se contar, também com uma avaliação constante das políticas, já em aplicação, com a finalidade de dar-lhes seguimento, e, assim, contribuir para a sua evolução coerente na prática. Nessa etapa, a qualidade dos instrumentos analíticos é crucial na direção de um melhor entendimento sobre os processos que permeiam as relações entre Estado e sociedade na reprodução de políticas públicas e na consolidação da democracia.

Despertar a consciência sobre o valor da informação em um país implica a instigação da capacidade dos políticos e decisores que devem garantir que o conhecimento disponível seja usado plena e adequadamente para concretizar o desenvolvimento econômico e social.

Em todas as etapas, a política de desenvolvimento do setor informacional inclui a política e o planejamento científico, técnico e econômico nacional.

### **4.3 Pesquisa em políticas de informação: um campo de estudo extenso e um domínio**

A noção de políticas de informação causa certas dúvidas no que permeia as atividades relacionadas a si mesmas; partindo da sua concepção à sua aplicação, ela conota complexidade. Os conceitos que sustentam os seus estudos se apresentam com um alto grau de "pluralismo teórico"; pois existe, portanto, grande confusão sobre a própria noção de "política", que numa prática social, carrega um imperativo intersubjetivo na comunicação das consciências individuais (ALMADA DE ASCENCIO, 1999; ARENDT, 2005).

Muitos cientistas do campo da Ciência da Informação consideram que o empreendimento de um estudo sobre políticas da informação é muito complexo; o que implica uma certa dificuldade para formular uma política consistente e coerente conforme à realidade de um país. Embora haja exceções; por exemplo, nos Estados Unidos, "mais de 225 leis relacionadas a várias facetas de políticas de informação já haviam aparecido desde 1977 e, durante esse período, a atenção dada a elas estava em ascensão" (CHARTRAND, 1986, p. 10).

Nota-se um amplo consenso sobre a ideia de que o estudo das políticas de informação pode ser realizado a partir de diferentes perspectivas, ótica, visões, fases de instrumentação ou impacto na sociedade (CHARTRAND, 1986; BENDER, 1993; SEBASTÍAN et al., 2000; WEBSTER, 2002; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN, 1989, 2004; SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005; DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009; OGÉCIME, 2016). E, todas são concentradas em grupos de políticas, subtemas ou categorias em que se trata de abordar e incluir a noção da política de informação conforme a suas perspectivas (DOSA, 1997).

O cientista da informação Sánchez Vanderkast (2005), no seu estudo sobre as políticas de informação, evidenciou que há anos que o campo das políticas de informação tem explorado muitas temáticas relacionadas com a sociedade da informação. Através do seu estudo, podem-se identificar diferentes métodos propostos para estudar a noção das políticas da informação, na perspectiva da Ciência da Informação.

O autor destacou a análise paradigmática de Browne (1997a), no qual se aborda o valor crítico e paradigmático para o estudo das políticas. Conforme o autor, deve-se analisar o sistema de valores do lugar de fala do pesquisador; pois o seu sistema de valores pode

influir/intervir na gestão, concepção e formulação de uma política. Então, pode-se perguntar: Como e onde se constroem esses valores? Quais são os valores do pesquisador? e que papel esses valores desempenham na sua pesquisa para poder confrontar e entender metodologicamente os seus métodos?

Partindo de uma abordagem interdisciplinar, o autor afirma que, através de uma coleta sistemática de dados, podem-se empreender as diferentes perspectivas de análise e interpretação das variáveis que intervêm no estudo das políticas de informação em diferentes níveis. Isso é, para que, desta forma, se tornem informações que favorecem uma visão mais clara do trabalho de pesquisa em políticas de informação; e assim, poder propor metodologias mais concretas em sua análise.

O autor ressalta os diferentes métodos de coleta de dados identificados entre 1984 e 2004, adotados pelos pesquisadores para abarcar a análise das políticas de informação. Dentre os dados encontrados estão: análise paradigmática (BROWNE, 1997a, 1997b); valores no discurso (WEBSTER, 2002); análise de valores em políticas de informação (OVERMAN; CAHILL, 1990); análise dos protagonistas (BURGOYNE, 1994); Natureza da sociedade (EISENSCHITZ, 1993).

Esses dados, coletados de uma forma sistemática, servem, gradualmente, para construir, evidenciar e fazer previsões, explicações, interpretações e aplicações, e ajudar a gerar conhecimento minucioso sobre a análise das referidas políticas. Isso gera na ciência, uma certa constância na descoberta de novos elementos que permitem a construção e a consolidação de uma abordagem teórica robusta (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Conforme o autor, em virtude do fato de que o estudo das políticas de informação não desperta um interesse transversal como em outras temáticas, se pode propor metodologias mais originais para realizar pesquisas. Pois, a metodologia de pesquisa sobre as políticas de informação determina-se numa flexibilidade sistemática conforme os critérios predefinidos e de interesse.

Além disso, as políticas de informação seguem sendo um campo de estudo pouco atraente para os profissionais da área da informação devido que elas abrangem múltiplas aristas (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Também, é deixado de ser abordado no âmbito do Estado, como um plano de ação integrado; pois os interesses já consolidados pela normalização do neoliberalismo não devaneiam as lógicas políticas de desconstrução de um mundo já funcional para as elites que detêm a dominância informacional na sociedade globalizada. E, ainda, surgem algumas interpretações que focam na atuação de alguns pesquisadores e cientistas que exorbitam demais o caráter flexível e particular das políticas de informação.

Para as atuais transformações socioculturais, político-econômicas, é necessário a implementação de uma série de políticas para garantir que os serviços e sistemas estratégicos de informação sejam desenvolvidos da melhor maneira possível (MOORE, 1993). Por tanto, é importante considerar o trabalho de classificação realizado por Rowlands (1996). Conforme o autor, o estudo das políticas de informação pode-se agrupar na seguinte forma:

- A proteção da informação abrange a segurança nacional, o sigilo governamental ou oficial, privacidade sobre a segurança da informação e proteção de dados e fluxos de dados transfronteiriços.
- O mercado da informação, que aborda as questões: mercado da informação, propriedade intelectual, copyright, fluxos de dados transfronteiriços, proteção de dados, transmissão de rádio e serviço universal de informação.
- A radiodifusão e as telecomunicações, que agrupam a liberdade de expressão, as telecomunicações, legislação de mídias em geral, serviço universal e a radiodifusão.
- O acesso à informação governamental: depósito legal (arquivos), bibliotecas nacionais, políticas de informação, liberdade e acesso a informação, publicações governamentais, gestão de fontes de informação ou recursos de informação governamentais, sociedade da informação.
- A sociedade da informação e infraestrutura: a indústria da informação, a infraestrutura da informação e a sociedade da informação (ROWLANDS, 1996, p. 18).

Por isso, a análise das políticas de informação requer uma abordagem ampla sobre os diversos métodos, planejamentos e propostas a serem considerados, independentemente dos interesses que as mobilizam. Neste contexto, podem-se considerar três tendências em que se assentam a necessidade sistêmica de elaboração de um quadro político que possa apoiar o uso eficiente da informação como um recurso econômico, social e político nacional: “a expansão das indústrias da informação; o crescimento do uso da informação como um recurso corporativo; o uso da informação como um elemento da cidadania” (MOORE, 1993, p. 282).

As políticas de informação supõem abranger um número de áreas diferentes, cada uma das quais supõe considerar os efeitos da rápida mudança tecnológica. Neste sentido, torna-se necessário desenvolver um conjunto de políticas que considerem cada aspecto particular da informação e os seus usos. A este propósito, é fundamentalmente importante especificar, a priori, as áreas a serem cobertas pelas políticas.

Segundo Moore (1993), é possível analisar as necessidades de políticas em três níveis: o industrial, o organizacional e o social. O nível social das políticas de informação abrange essa responsabilidade que os indivíduos tenham acesso à informação que necessitam para desempenhar o seu papel de cidadão na sociedade e usufruir dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento. O autor identifica também cinco

elementos comuns a cada um desses níveis: Tecnologia da Informação, Engenharia da Informação, Mercado da Informação, recursos humanos e legislação e regulamentação.

Da complexidade das políticas de informação, entende-se que, para empreender a análise das mesmas, é necessário o uso de esquemas e/ou instrumentos que permitem representar as situações de maneira específica (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Contudo, além do panorama vislumbrado, muitos autores têm assumido estudos das políticas de informação, no âmbito do Estado e de blocos político-econômicos, em que se assenta um plano integrado de desenvolvimento pelo setor da informação.

Pela abordagem que se queira dar à questão aqui discutida, é fundamental colocar ênfase sobre o trabalho de Bender (1993) sobre os países e nações europeus, em que propõe analisar as políticas de informação desde os assuntos relacionados à/ao/às/aos:

- ✓ Tecnologias da informação;
- ✓ Fronteiras da informação;
- ✓ Proteção de Dados;
- ✓ Direitos intelectuais;
- ✓ Indústria da informação, público e privado;
- ✓ Informação científica e técnica;
- ✓ Telecomunicações;
- ✓ Standardização do uso da informação;
- ✓ Educação e Formação. (Bender, 1993, p. 214).

As nações do mundo têm se entrelaçado numa sociedade globalizada, onde as noções de crescimento e prosperidade dependem das melhores políticas e práticas socioculturais cujas aplicações ficam cimentadas a um âmbito internacional independentemente das condições e realidades locais. Não obstante, supõe que muitas das melhores práticas são documentadas em informação nas bibliotecas, centros de arquivos e de informação e nos sistemas globais de informação. Para tratar e apropriar dessas informações da melhor forma possível, tornou-se fundamental considerá-las de uma maneira diferente, como um recurso global de governança (MONTVILOFF, 1990; OVERMAN E CAHILL, 1990; BENDER, 1993; OGÉCIME, 2016).

Assim, uma política de informação contempla não apenas aquelas relacionadas com arquivos e bibliotecas, mas também aquelas que convergem com outros campos de estudo para possibilitar aos cidadãos o cumprimento de seu direito à informação. Pois, ao consolidar o novo modelo de sociedade, onde a informação adquire um papel relevante que atravessa todos os setores sociais e econômicos, não pode haver uma regulamentação rígida deste setor (o da informação) senão a prevalência da interdisciplinaridade da mesma; pelo que a sua governança deve ser integrada. (GARCÍA MARTÍNEZ, 2003).

É fundamental o investimento contínuo de pesquisa nessa temática com a ideia de poder contribuir na produção de conhecimento sobre as políticas de informação, seu planejamento e sua implementação efetiva. Pois, a "informação gerada sobre esta temática, em alguns anos abundantes e em outros nem tanto, foi lenta porque se trata de um tema com muitas arestas e poucos avanços na pesquisa" (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005, p. 154).

O uso de teorias elaboradas a partir dos estudos sobre a informação e ciências afins pode contribuir para vislumbrar novas possibilidades de aprofundamento em alguns temas ou subtemas das políticas de informação, fortalecendo, assim, a pesquisa básica e aplicada na maioria dos estudos sobre esta noção.

Também, consideram-se as análises das políticas de informação, uma das temáticas mais cobiçadas na contemporaneidade devido à interdisciplinaridade da noção da informação, o seu valor e os distúrbios que vêm pontuando os desafios multifacetados dos fenômenos infocomunicacionais para/pelos governos, instituições, organizações, entre outras entidades. A atribuição da particularidade dos estudos complexos de análise das políticas de informação no âmbito do Estado segue, veementemente, assumida e solicitada pela Ciência da informação, por ser uma ciência transdisciplinar que articula diversas áreas e disciplinas de distintos pensamentos científicos em nome do estatuto **social** do conhecimento científico.

#### **4.4 Mediações políticas da informação em prol da sociedade da informação à escala global**

Na contemporaneidade, o papel desempenhado pelo conhecimento e informação e o uso das tecnologias da informação e comunicação para a sua melhor distribuição, circulação, organização, tratamento e armazenamento necessários para o desenvolvimento das pessoas, é amplamente entendido nos níveis mais altos das instituições. Essa ideia tem tido o seu impacto em escala internacional. Vários organismos se dão o compromisso e a missão de desenvolver, promover e disseminar o uso das tecnologias e a cultura sobre o valor da informação e do conhecimento que permitiriam a cada indivíduo do mundo participar na nova economia e potencializar plenamente os seus talentos e suas habilidades. Para o melhor entendimento dessa nova visão, apresentam-se algumas das iniciativas que foram implementadas para atingir esse objetivo em um plano global.

#### 4.4.1 Nações Unidas

A agenda internacional para a criação de sociedade da informação em escala global e a implicação do uso das TIC para o desenvolvimento, se iniciou com a 'Força-Tarefa de Oportunidade Digital (DOT Force)'. Este grupo de trabalho, organizado pelo G8 em julho de 2000, tinha como objetivo integrar a cooperação dos Estados participantes em relação às TIC em uma ampla gama de estratégias internacionais (CANADA, 2002).

Em seguida, nasceu a Força Tarefa sobre as TIC das Nações Unidas (The UN ICT Task Force), criada em novembro de 2001, pelo ex-secretário General das Nações Kofi Annan, com uma margem operacional de três anos. Esta iniciativa surgiu desde 1999 a pedido do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em março do mesmo ano e desde então, tem colaborado estreitamente com o processo da 'DOT-Force' junto com outras iniciativas, como o Fórum Econômico Mundial. Essa iniciativa procura, primordialmente, apoiar e fortalecer os esforços a favor da redução do abismo digital em diferentes regiões do mundo. Pois, objetiva-se,

[...] em atribuir uma dimensão verdadeiramente global aos diversos esforços mobilizados para reduzir a exclusão digital global, promover oportunidades digitais e, assim, colocar firmemente as TICs ao serviço do desenvolvimento para todos. (ABU-GHAZALEH, 2003, p. 22, nossa tradução<sup>17</sup>).

##### 4.4.1.1 Dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio à Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio fazem parte de um plano pactuado e conveniado pelos Estados-membros da ONU e as instituições de desenvolvimento mais importantes e influentes a escala mundial na esperança de acabar com os problemas urgentes do século XXI que mais afetam a vida e o pleno desenvolvimento das pessoas no mundo. As iniciativas abraçam desde a redução pela metade a pobreza extrema, até a interrupção da propagação do HIV / AIDS e a consecução do ensino primário universal até 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2001). As iniciativas têm sido focadas, principalmente, na população mais pobre e menos afortunada.

Esta aliança de nações surgiu em setembro de 2000; depois de várias cúpulas das Nações Unidas, nas quais se reuniram os líderes mundiais para aprovar a Declaração do Milênio, e em que se reconheceu que os benefícios da globalização estão distribuídos de

---

<sup>17</sup> “To lend a truly global dimension to the multitude of efforts to bridge the global digital divide, foster digital opportunity and thus firmly put ICT at the service of development for all”.

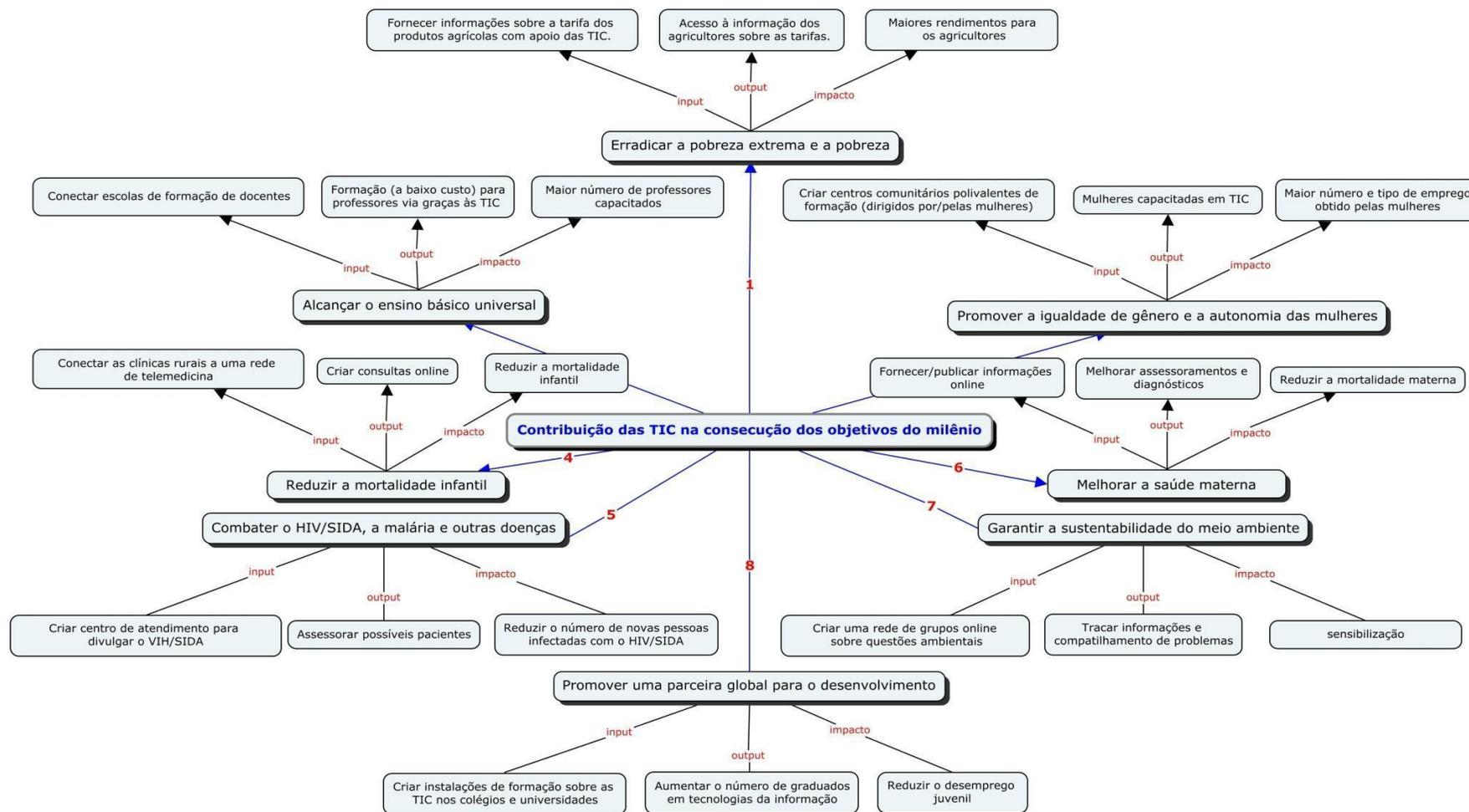
forma muito desigual; daí a maior importância de repensar os planos de efetivação e redistribuição dos mesmos através de planos mais equitativos (NAÇÕES UNIDAS, 2001).

Em consonância aos objetivos de desenvolvimento do Milênio, projetou-se propiciar elementos essenciais para o desenvolvimento humano em todos os aspectos principais e imanentes a esse processo. Se baseando sobre os direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os objetivos do milênio perspectivam se consolidar através do direito à alimentação, educação, saúde e um padrão adequado de vida (NAÇÕES UNIDAS, 2001). A este propósito, os países ricos e pobres viram-se engajados na garantia do cumprimento desses direitos econômicos, sociais e culturais.

Sob essa perspectiva, a União Internacional das Telecomunicações projetou que as tecnologias da informação poderiam ajudar na consecução dessas metas, permitindo às sociedades menos desenvolvidas terem acesso a diferentes serviços; tais como: capacitação, serviços médicos telemáticos, comunicação mais eficaz com os seus governos, entre outros; e, com isso alcançar a potencialização da participação ativa dos membros da comunidade, principalmente com o uso da internet (VICENTE CUERVO; LÓPEZ MENÉNDEZ, 2008).

Desta perspectiva tecnocrática, se desenhou um quadro conceitual que destaca três indicadores e elementos essenciais: “input, output e impactos”. A seguir, pode-se observar a idealização de suas supostas contribuições pela consecução dos objetivos do milênio:

**Figura 1-** Mapa da avaliação da contribuição das TIC na consecução dos objetivos de desenvolvimento do milênio.



Fonte: UIT, 2006; apud VICENTE CUERVO; LÓPEZ MENÉNDEZ, 2008, p. 284. (elaborado pela autoria, 2020)

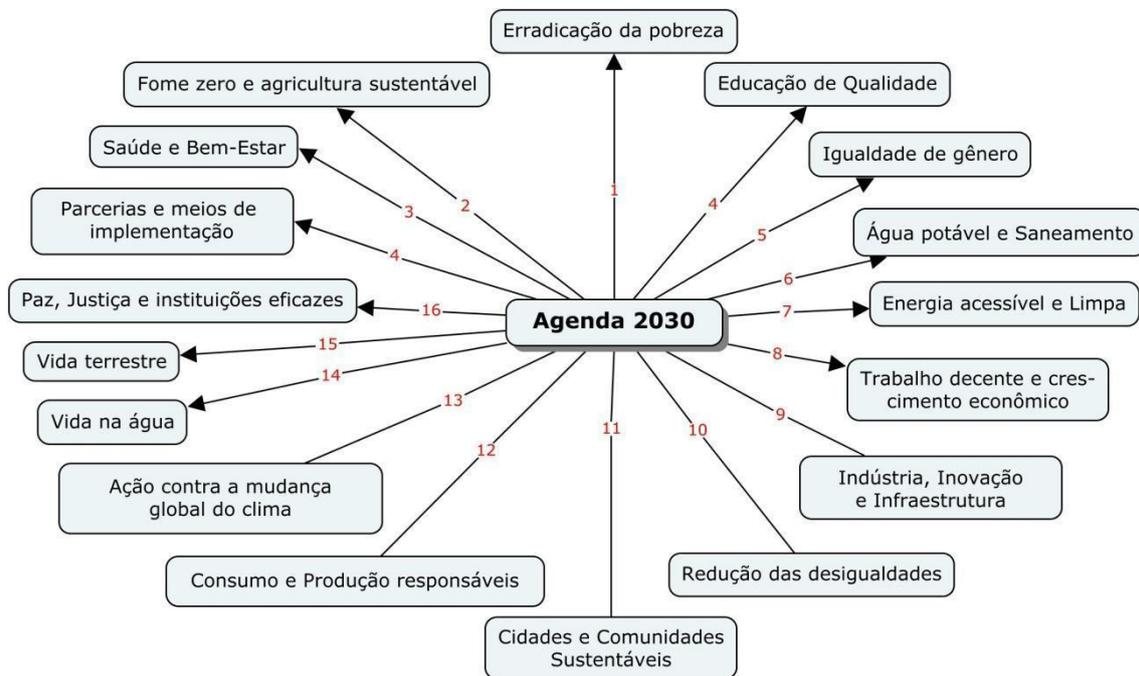
A natureza sistêmica das políticas internacionais de informação e as recentes experiências adquiridas sobre as suas implementações pela consecução dos objetivos do milênio, mostraram claramente que as iniciativas idealizadas para criar um mundo mais justo, contendo as desigualdades entre as nações e segmentos sociais, não foram suficientes para atingir as metas traçadas. A persistência da concretização deste sonho, junto com novas preocupações e questões globais, levaram os Estados-membros das Nações Unidas em adotar, em setembro de 2015, um plano para, hipoteticamente, transformar o mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2016a).

De uma perspectiva globalizada do mundo, a Agenda 2030, como plano idealizado de desenvolvimento global, segue com as propostas e características do paradigma de desenvolvimento até agora predominante; prometendo reconhecer o caráter multidimensional do desenvolvimento sustentável e a integralidade de sua implementação. Em sua camada global, ela prenuncia três princípios básicos: integralidade, universalidade e o grande desafio de “**não deixar ninguém para trás**” (ONU, 2016) e, com/para a manutenção e consolidação dos fundamentos dos objetivos do milênio, pré-aparelhou os compromissos de acabar com as desigualdades e a exclusão.

Na agenda 2030, vislumbra-se um caráter **integrado**, buscando equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: inclusão social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental, para alcançar a prosperidade econômica e melhorar a qualidade de vida das pessoas; e, um caráter **universal**, pois a mudança de paradigma para um modelo sustentável de desenvolvimento social, econômico e ambiental supõe implicar um compromisso universal; isto é, um compromisso a ser assumido por todos os Estados-membros (países desenvolvidos e em desenvolvimento) e envolve atores da sociedade civil, o setor privado, a academia, e a cidadania.

Da sinergia entre os processos dos Objetivos do Milênio e a agenda 2030, idealiza-se uma nova fase para o desenvolvimento dos países, que busca integrar oportunamente todos os componentes do desenvolvimento sustentável e projetar os esforços de todos os Estados-membros na construção de um futuro ideal em que prenderia garantir a:

**Figura 2 - Mapa dos objetivos da Agenda 2030**



**Fonte:** BRASIL, 2015. (elaborado pela autoria, 2020).

Diante deste grande desafio, entende-se que os dispositivos de informação, tais como: bibliotecas, centros de arquivos, entre outros desempenhem uma função importante nas iniciativas de desenvolvimento nacional. O acesso público à informação supõe, neste contexto, apoiar a criação de sociedades de conhecimento e abranger as infraestruturas, as TIC e as mídias, bem como as diversas competências que as pessoas precisam para usar a informação de forma eficaz e organizá-la, tratá-la e armazená-la com fim de garantir um acesso pontual e permanente às gerações futuras. Para tal efeito, o locus da questão é colocado sobre as políticas e mecanismos que garantiriam o acesso à informação e ao conhecimento onde o Estado seria este agente mediador, garantizador e protagonista dessas ações e práticas informacionais.

#### 4.4.1.2 Aliança Global para as Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento (GAID)

A Aliança Global para as Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, é uma iniciativa lançada pelo Secretário Geral das Nações Unidas em 2006, que foi colocado em marcha a nível mundial após extensas consultas com os governos, o setor privado, sociedade civil, comunidades técnicas e da Internet, e o mundo acadêmico. Ela é uma plataforma aberta e inclusiva que permite ampliar o diálogo sobre os mecanismos inovadores de aproveitamento

das TIC para o desenvolvimento. Ela idealiza a integração das TIC às políticas nacionais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A GAID é uma resposta conjunta às questões intersetoriais vinculadas às TIC nos planos de desenvolvimento. Ela sustenta uma sociedade da informação baseada no talento humano e o conhecimento, apostando que:

As TIC podem melhorar o perfil dos negócios e a eficiência dos mercados, capacitar os cidadãos e as comunidades, aumentar o acesso ao conhecimento, e ajudar a fortalecer e redefinir o governo ao nível institucional. Uma aproximação aos múltiplos interessados poderá definir a responsabilidade de todos e promover a participação dos governos, o setor privado, a sociedade civil e todos os outros grupos importantes (UN, 2008; *apud* OGECIME, 2016, p. 54).

Segundo este convênio, os países-membros da ONU supõem estar comprometidos a: demonstrar liderança através do avanço do acesso universal às TIC; aumentar a consciência dos decisores políticos sobre as questões de desenvolvimento do programa “TIC 4” que objetiva: facilitar a identificação de soluções tecnológicas para os objetivos específicos de desenvolvimento; criar soluções práticas, compartilhar as melhores práticas e conhecimento para colmatar a brecha digital; se engajar nos debates políticos sobre as temáticas específicas de interesse mútuo; compartilhar modelos de negócios inovadores para os investimentos em favor dos pobres, o crescimento econômico e o empoderamento das pessoas que vivem na pobreza (UNITED NATIONS, 2013).

#### **4.4.2 UNESCO**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), como agência das Nações Unidas, tem como objetivo principal de contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e a liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo (DISKIN, 2002). Desde a sua criação em 1946, e hoje, com seus 195 Estados-Membros e 11 membros associados, ela estabeleceu acordos globais em diferentes áreas, uma delas é a da informação, considerada como um elemento essencial para o desenvolvimento. Ela também desempenha um papel como centro de troca de informações e conhecimento, ajudando seus membros na construção de suas capacidades humanas e institucionais nas suas diferentes áreas de performance (UNESCO, 2008).

Seus campos de ação empreendem-se em torno de cinco esferas de atuação: Educação, Ciências Naturais e Exatas, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação. Os programas da UNESCO buscam promover a livre circulação de ideias

através da palavra e imagem e propõem contribuir na criação de uma verdadeira sociedade do conhecimento, baseada na distribuição de conhecimento, incorporando todas as dimensões socioculturais e éticas do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2015a). Nesta esfera, os tópicos e níveis de informação que supõem orientar as ações e práticas informacionais são associados ao: Acesso à informação, desenvolvimento de capacidades, desenvolvimento de conteúdo, liberdade de expressão, desenvolvimento de mídia e memória do mundo.

Sob esse ângulo, as ações em prol das esferas de comunicação e informação abrangem: a promoção à autonomia através do acesso à informação e conhecimento com ênfase especial na liberdade de expressão; a promoção do desenvolvimento da comunicação e a promoção do uso de tecnologias de informação e comunicação para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2015b).

Para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas para o ano 2015 e os objetivos do desenvolvimento sustentável da 'Agenda 2030', a UNESCO continua oferecendo apoios às secretarias de dois programas intergovernamentais: o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) e o programa "Informação para todos (Information for all - IFP)", integrado ao programa "objetivo 4 para o desenvolvimento sustentável".

#### 3.4.2.1 Do programa 'Educação para Todos' para a Educação de Desenvolvimento Sustentável

Desde a década de 1980, a comunidade internacional assumiu, audazmente, o compromisso de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos do mundo para o ano 2000. Inspirada no princípio do direito de todas as pessoas receberem uma educação básica, a promoção para uma "Educação para Todos (EPT)" foi concebida como uma agenda universal que compromete todas as sociedades do mundo. Ela foi baseada em uma percepção ampla da educação básica que cobre a educação formal e não formal para alunos de todas as idades.

Este compromisso foi ratificado no Fórum Mundial de Educação, onde foram reformulados seis objetivos relativos à proteção e o desenvolvimento da primeira infância, educação primária, alfabetização e o desenvolvimento de competências para jovens e adultos, igualdade entre os gêneros e a melhoria da qualidade da educação básica (UNESCO, 2000). O programa 'EPT' vem substituindo aos anteriores: o Programa Geral de Informação (PGI) e o Programa Integrado em Informática (PII) dos anos 1980 que

objetivaram o intercâmbio de ideias, conhecimento e a intensificação das relações entre os povos (UNESCO, 1985).

Considerando a consecução destes programas e projetos nos países subdesenvolvidos, no ponto quatro (4) do documento elaborado, contempla-se que:

[...] a intensificação da convergência tecnológica da informação e informática não é necessariamente propícia para valores éticos, culturais e sociais compartilhados globalmente, nem para o desenvolvimento de acesso equitativo à informação para todos. Particularmente, as pessoas nos países em desenvolvimento devem, a todo custo, ser capacitadas para participar plenamente da sociedade global e obter o máximo benefício do acesso efetivo e eficiente à informação (UNESCO, 2000, p. 9, nossa tradução<sup>18</sup>).

Este programa propõe, por um lado, se tornar uma plataforma para o debate internacional sobre as políticas e ações que promovam o acesso equitativo e universal à informação e às novas tecnologias; e, por outro lado, ser o cenário de reflexão sobre as consequências éticas, jurídicas e sociais do uso das mesmas.

Para orientar o planejamento e a execução desta iniciativa 'macro', foi constituído, no mesmo ano da sua criação, o Conselho Intergovernamental cujo mandato seria as questões relacionadas com a sociedade da informação e a aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação para o desenvolvimento. O Conselho é composto por vinte e seis membros; embora nas reuniões, também, participam os representantes das organizações internacionais como: a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) ou CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e, como observadores, delegados dos Estados-membros da UNESCO que não pertencem ao Conselho Intergovernamental.

A este propósito, as linhas de ação são distribuídas em diferentes áreas e consistem em: incentivar e ampliar o acesso através da organização, digitalização e preservação da informação; apoiar a produção de conteúdos locais e promover a disseminação do conhecimento autóctone através da alfabetização básica e a iniciação às tecnologias da informação e comunicação; fornecer suporte para a capacitação, educação continuada e aprendizagem ao longo da vida e, em termos de comunicação, informação e tecnologia da informação: promover o uso de padrões e práticas exemplares sobre comunicação, informação e informática nas áreas de competência da UNESCO; promover a constituição

---

<sup>18</sup> "Increasing technological convergence of information and informatics is neither necessarily conducive to globally shared ethical, cultural and societal values nor to the development of equitable access to information for all. Particularly people in developing countries must, at all cost, be empowered to participate fully in the global society and to gain maximum benefit from effective and efficient access to information".

de redes de informação e conhecimento nos planos local, nacional, regional e internacional (UNESCO, 2000).

Esses programas e projetos de informação refletem claramente a orientação da sociedade da informação e do conhecimento para um projeto de digitalização e/ou informatização das sociedades onde as infraestruturas relacionadas às telecomunicações instituem a centralidade da questão do desenvolvimento. A predominância desta visão tecnocrática decorre do movimento da substituição da UNESCO pela UIT na ordem mundial sobre a informação, o conhecimento e as tecnologias (OGECIME, 2016). Assim, a preferência dos Estados-membros desenvolvidos e influentes da ONU de transferir o debate para outra arena mais técnica e mais pragmática, onde as noções de desenvolvimento como: a pobreza, democracia, boa governança, educação e comunicação seriam no centro das discussões, leva à intensificação das antigas relações de poder que implicam a circulação unilateral de informação do Norte para o Sul sobre o espectro da técnica. Isto resulta, a sua vez, na apropriação dos benefícios desta ordem mundial por um pequeno número de empresas, todas americanas.

Seus eixos de atuação se sustentam no (a): elaboração de políticas internacionais, regionais e nacionais de informação; desenvolvimento de recursos humanos e suas capacidades para adaptá-las à era da informação; fortalecimento das instituições como pontos de acesso à informação e serviços eletrônicos; desenvolvimento e implantação de ferramentas e sistemas de tratamento e gestão de informação; tecnologias da informação ao serviço da educação e a cultura.

No entanto, em 2015, se reconhecia a necessidade de ampliar a perspectiva dessas políticas na agenda vigente de desenvolvimento global. De fato, em consultas sobre desenvolvimento após 2015, admitiu-se que vivíamos em um mundo caracterizado por tendências paradoxais de desenvolvimento global e que os padrões de crescimento econômico global não eram sustentáveis e levaram a uma crescente pressão sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas. A criação de riqueza foi explicitamente associada a padrões crescentes de vulnerabilidade, desigualdade e exclusão. Devido ao fato que o mundo estava se tornando cada vez mais interconectado e interdependente, também foram percebidos níveis progressivos de tensão, intolerância e violência que prejudicam a coesão social (UNESCO, 2015b).

Consolidando os planos básicos das políticas e ações anteriores, na agenda 2030 a educação é concebida como um objetivo essencial para o desenvolvimento sustentável (ODS 4). Pois, a Agenda 2030 visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. É um compromisso global para garantir a igualdade de oportunidades idealizando a educação

dentro de uma perspectiva holística e uma aprendizagem ao longo da vida, em uma abordagem humanista em que a educação seria percebida como um direito fundamental e um bem público (UNESCO, 2015b).

Conforme essas estratégias, considera-se o acesso à informação como pedra angular de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O acesso público à informação permite a tomada de decisões iluminadas que supor-se-iam melhorar vidas. Nele assenta a criação de sociedade da informação e do conhecimento e abrange as infraestruturas, as TIC e as mídias, bem como as diversas competências que as pessoas precisam para apropriar-se eficazmente da informação. Mais que um direito amplamente reconhecido pelos principais acordos, convênios e tratados internacionais de direitos humanos, o acesso à informação é, sobretudo, um imperativo transversalmente ético-político sobre o qual se deve assentar o desenvolvimento de qualquer Estado.

Destas variáveis que orientam o plano da emancipação do milênio, podemos dizer que a sociedade da informação e do conhecimento faz-se um tema de escolha das instituições internacionais, pois permite que os problemas “Norte-Sul” sejam transpostos para as problemáticas microeconômicas do uso das tecnologias de informação. É assim que os relatórios dessas instituições costumam descrever muitas experiências nas quais as TICs, a informação e o conhecimento aumentam a produtividade das atividades e abrem perspectivas de desenvolvimento. Esta visão otimista do impacto destas categorias de produção parece-se escapar a muitas questões e condições que padecem essenciais ao desenvolvimento, se considerando como a instalação de um crescimento de longo prazo acompanhado de transformações sociais e políticas substanciais, como a redução das desigualdades que constituem um dos eixos centrais dos Objetivos do Milênio.

Além disso, esta perspectiva esbarra na percepção da economia da informação e do conhecimento como geradora não de igualdade, mas de intensificação da assimetria induzida pela desigualdade de acesso à informação, ao conhecimento e às tecnologias e, que tende a ser reforçada e não reduzida. Mesmo que ela ofereça novas possibilidades de disseminação, simultaneamente, uma sociedade cada vez mais baseada na informação e no conhecimento aumenta as desigualdades.

No entanto, esses processos não são inerentes à informação e ao conhecimento em si, mas ao contexto institucional em que eles ocorrem. A questão relevante para a relação entre informação, conhecimento e desenvolvimento diz respeito, portanto, aos contextos institucionais e políticos. Portanto, as apostas sobre uma economia baseada na informação e no conhecimento não supõem reorganizar, fundamentalmente, os benefícios em prol de mais oportunidades para os países em dificuldade. Então, por que as instituições

internacionais colocam tanta esperança nas TICs, especialmente para os países subdesenvolvidos? Trata-se aqui de "pular uma etapa" no processo de desenvolvimento econômico, para passar da fase pré-industrial à pós-industrial sem ter que passar pela fase de industrialização, ainda que ela (esta fase) seja incontornável para este modelo de economia globalizada? Quais impactos reais da configuração de um modelo econômico desta natureza na sociedade haitiana?

## 5 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: UMA MANUTENÇÃO OU TRANSIÇÃO ECONÔMICA NO HAITI?

*“O capitalismo financeiro não é capitalismo produtivo; ele parasita este último desviando Capital do setor produtivo a favor da especulação. Mas, o capitalismo produtivo está atualmente pervertido pela produtividade e competitividade”.*

Stéphane Hessel

Em dezembro de 2003, representantes de governos, entre os quais membros do governo haitiano, empresas multinacionais e atores da sociedade civil se reuniram em Genebra para a primeira Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Durante este fórum, o lócus dos debates esteve nas novas tangentes do quadro de desenvolvimento dos países, desde uma perspectiva globalizante da Economia mundial. Com a alegação de "representar os povos do mundo" (WORLD SUMMIT..., 2005), o encontro teve por objetivo o desenvolvimento da sociedade da informação, apostando-se nas possíveis mediações do desenvolvimento de tecnologias do conhecimento, informação e comunicação (TICs), para a inclusão dos países, entendidos como periféricos, em uma economia globalizada.

Para o Haiti, sendo considerado país periférico, esta abordagem pressupõe que a repartição dos frutos do crescimento alimentado pelas TICs possa contribuir à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento sustentável, à criação de empregos de qualidade, à distribuição equitativa da riqueza no país e a uma melhor reorganização do trabalho na sua essência internacionalizada; além de um melhor equilíbrio tecnológico com o 'outro' desenvolvido, desde a apreensão de um arranjo econômico organizado pela matriz: informação-conhecimento-tecnologia (WORLD SUMMIT..., 2005).

Deste ponto de vista, a sociedade da informação e do conhecimento torna-se natural e necessária ao país (GOUVERNEMENT..., 2012). Esta nova sociedade passa a ser justificada pela suposta capacidade de melhorar as condições materiais e sociais de existência da população. A articulação da fé torna-se mais esta questão amplamente aceita, sugerindo que o simples fato de existirem informações disponíveis faria as pessoas acessarem e usufruírem delas, criando atividades capazes de fazê-las viver melhor e de forma plena. Cogita-se ainda que, através da disponibilização de informações e da aquisição de tecnologias de informação e conhecimento, demandas diretas por aumento da igualdade social e distribuição de renda seriam alcançadas (OGÉCIME; MOURA, 2019b).

Entretanto, a análise do contexto histórico e das iniciativas decorrentes deste modelo econômico reforça as suspeições de que a economia da informação seja apenas um bom

álibi para as instituições internacionais, o governo e os agentes econômicos quanto à situação de subdesenvolvimento do Haiti; isto é, deslocar a centralidade das causas reais do problema, as transferindo nos desdobramentos externos invocando as categorias: a informação, o conhecimento e as tecnologias.

Desse modo, esta seção busca recuperar, à luz da crítica imanente, as propostas e aspirações do capitalismo informacional na sua expressão emblemática e social mais recente em forma de sociedade da informação e do conhecimento no país. As categorias “informação-conhecimento-tecnologia” seriam os condicionantes principais da organização econômica e do desenvolvimento do país. Portanto, realiza-se a análise dessas propostas e aspirações a partir da filosofia política que orienta os modelos desta ideologia geral no Haiti, confrontada com os problemas decorrentes da economia industrial e a crise do “Estado-providência”.

### **5.1 Economia da informação e do conhecimento: um fator determinante do desenvolvimento no Haiti?**

Considerar o pressuposto de que, tanto no Haiti como na esfera global, a convergência das tecnologias da informação e da informática seja um fenômeno crescente não nos conduz, necessariamente, à identificação de valores éticos, culturais e sociais intrínsecos; e nem mesmo de um acesso equitativo à informação (seus atributos e propriedades) para todos. Ao contrário, observa-se um novo modelo de organização socioeconômica que tende a possibilitar novas condições ao capitalismo global, através da instrumentalização das tecnologias da informação e comunicação, para desenvolver novas formas de exploração ainda mais sofisticadas (BASSO, 2005).

Relacionada às novas mutações estruturais da economia globalizada, na sociedade da informação e do conhecimento se hipotetiza que a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) de um país possa ser gerada pelo setor da informação, superando assim outros setores da economia (MOORE, 2014). Tal organização social supõe que a grande parte da população economicamente ativa trabalha em atividades relacionadas com a produção, a comercialização, os serviços e sistemas de informação. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, em 2016, entre a metade (1/2) e dois terços (2/3) da força de trabalho esteve diretamente ou indiretamente ligada ao setor da informação (ÉCOLE..., 2020). Sob este ângulo, as telecomunicações e a informação tornaram-se um recurso vital para o bem-estar social, a segurança nacional e a competitividade do país (AGUADERO, 1997).

Ao contrário, de 2000 a 2012, produziu-se no Haiti um efeito paradoxal às teses de BELL (1978) e TOURAINE (1970) no que diz respeito ao fundamento de uma sociedade

pós-industrial como substituto natural de uma sociedade de serviços. Durante esse período, observou-se uma diminuição do valor agregado de 22,64% a 17,73% do valor do PIB para o setor da agricultura; de 9,6% a 6,60% para o setor da fabricação, de 43,03% a 24,76% para o setor de serviços; e, um aumento considerável de 30,85% a 55,20% do setor da indústria (ÉCOLE..., 2020).

**Gráfico 1** – Evolução do valor agregado por setor



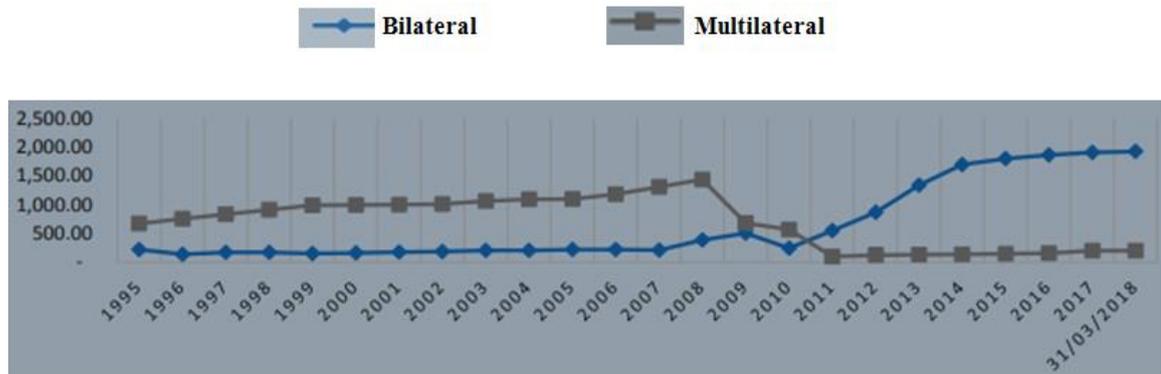
**Fonte:** ÉCOLE ..., 2020 (elaborado pela autoria, 2020)

No país, a hipótese da normalização de um novo capitalismo de natureza informacional pode-se constituir em um modelo de economia que se assenta na mediação complexa do desenvolvimento de novos mecanismos de exploração do valor produzido pelo trabalho, através da instrumentalização das TICs. Esta intensificação da espoliação sobre a força de trabalho, bem como o desenvolvimento sem precedentes de uma acumulação de tipo financeiro resultam-se no endividamento maciço dos governos e das famílias (SANTOS, 2013; MEF, 2017).

Consequentemente, há mais de 20 anos, as despesas do governo excederam suas receitas. Esta situação pode ser explicada pelo desejo do Estado de adotar uma política orçamentária expansionista com o objetivo de estimular o crescimento econômico e a criação de empregos desde a perspectiva das novas mutações estruturais do projeto capitalista globalizado (MINISTÈRE..., 2017). Para preencher a lacuna entre a receita doméstica e as despesas públicas, os sucessivos governos não tiveram escolha a não ser de recorrer ao financiamento por meio de empréstimos (internos e externos), além de

doações, particularmente, das agências internacionais, para aumentar a atividade econômica (RIDORÉ, 2011; LABOUSSIERE, 2013).

**Gráfico 2** – Evolução do estoque da dívida externa em milhões de dólares



Fonte: Haiti, MEF, 2018.

Esta política provocou um aumento substancial da dívida soberana que levou ao cancelamento da dívida do Haiti por credores internacionais (cancelamentos: PPME - países pobres muito endividados e pós-terremoto). Em quase sete anos após o último cancelamento, que ocorreu em 2010, o estoque da dívida pública do Haiti atingiu o nível anterior ao processo de cancelamento (MEF, 2017). O aumento persistente do estoque da dívida externa do país, nos últimos 25 anos, é resultado das escolhas econômicas para a tentativa de normalização da economia aos moldes da terceira revolução industrial (EMILE, 2017).

Decorrente desse cenário, atrair a produção de baixa renda para este país nunca foi tão efetivo (BUREAU..., 2015). A estratégia de crescimento dos países desenvolvidos, historicamente herdada da forte presença da burguesia desde a internacionalização da primeira revolução industrial, parece se tornar, cada vez mais, o caminho ideal do empoderamento econômico baseado na eficácia da transferência da manufatura (BOST, 2007; BUZENOT, 2013). Para o Haiti, este critério se subordina tanto ao mundo das finanças como à economia real. No contexto da globalização financeira, esta concepção de transferência da violência e da política de transposição da interdependência sistêmica acarreta esta dupla dimensão: a noção do valor torna-se estritamente dependente do seu corolário, a finança, e abrange indissociavelmente os bens com valor de mercado (OGÉCIME; MOURA, 2019b).

Isso pressupõe que o desenvolvimento de uma economia baseada na informação deva ser condicionado pela sua capacidade de produzir valor de mercado. Nessa perspectiva, os países periféricos como o Haiti se caracterizam por operar, estritamente,

mudanças estruturais nas suas economias, visando a aumentar as suas quotas de mercado no comércio mundial de bens e serviços, bem como a abertura global destes mercados financeiros (PORRAS, 2015; VENTURA; BRONER, 2016).

De fato, desde 2000, tem-se observado um crescimento na economia do Haiti, recentemente aberta às novas interfaces financeiras decorrentes da transposição dos efeitos estruturais na economia do centro, no que diz respeito à exportação. De 2000 a 2018, as exportações do país aumentaram mais de 243% (ÉCOLE..., 2020); enquanto a participação dos países desenvolvidos diminuiu de 66% para 53% no comércio mundial de 1980 a 2011. Este foi o caso dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014).

Paradoxalmente, o país importou 427% de produtos de primeira necessidade durante esse mesmo período, consequência direta do déficit normativo do setor agrícola (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014). Diante desse cenário se pode perguntar: o que origina tal efeito paradoxal, associado de um lado ao aumento drástico na exportação do país, por outro lado, ao aumento na importação e também, à persistência da pobreza?

Uma tentativa de resposta a essa pergunta pode ser relacionada às hipóteses que resultam dos mecanismos de penetração de mercado. Deste fundamento, entende-se que a penetração do capitalismo não é linear. As relações capitalistas de produção não substituem as relações de produção não capitalistas. A penetração do capitalismo os destrói parcialmente e os adapta. Ela é efetivada na/grças à violência (OGECIME; MOURA, 2019a). Essa violência é o veículo de penetração das relações de mercados. Tal observação pode não parecer exclusiva dos países subdesenvolvidos. Mas, é importante enfatizar que esse tipo de violência permite o desenvolvimento e a intensificação de mecanismos e instrumentos de acumulação desregularizada de lucros nos países subdesenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos, a violência extrai a sua especificidade da penetração brutal e massiva das relações de mercado. Esta penetração é impulsionada e reforçada a partir do exterior (OGECIME; MOURA, 2019a). Esse exterior é a economia do centro no início da sua especialização internacional. No Haiti, ela é constituída pela transposição econômica, inserção dessas economias na economia mundial e pela política do Estado subordinada aos interesses do mercado - devido à desvalorização das economias locais/nacionais, à sofisticada ressocialização da força de trabalho e à extinção das antigas economias (COLLIER et al., 2002). Neste estágio, as leis de mercado parecem soberanas e, portanto, sobrepujam qualquer alternativa que não esteja vinculada a elas.

Em termos estruturais, as leis deste mercado, nos seus estágios de internacionalização, trans-posicionaram a economia do Haiti cujo setor agrícola

representava, no século 19, cerca de 95% na sustentação econômica do país para apenas 23% do PIB em 2009, em prol do setor de serviço que é dominado, à sua vez, pelos pequenos negócios. Este efeito é produtor da "heterogeneidade estrutural" que caracteriza a economia do país. No entanto, o setor de serviço passou de menos de 5% a 60% do valor do PIB, no mesmo período (PAUL; DAMEUS; GARRABE, 2010). A desmaterialização da economia (GALLOUJ, 1994) do país para as atividades econômicas do setor de serviço (com complexa apreensão de valores de mercados: instituições financeiras, transportes e comunicação, serviços domésticos e empresariais) resultou, no interior do país, em uma (re)mecanização do capitalismo dilacerada pela relação centro-periferia cuja atividade econômica do centro é reprodutora de cidades predatórias.

## **5.2 Os contornos do capitalismo informacional e a institucionalização da economia de violência no país**

Do quadro referencial anterior, é entendido que a lógica da concorrência internacional na sua determinação em forma do incentivo: à competitividade, a necessidade de uma configuração constante da centralidade do Estado subordinado às leis soberanas do mercado global e as suas agências, vêm acelerando o ritmo das cadências sobre os mecanismos de transferência de tecnologia, tornando-se variáveis de otimização dos processos de produção. Os países tanto subdesenvolvidos como em desenvolvimento, chamados de periféricos em outras instâncias, orientam não apenas processos técnicos (máquinas, modos de operação, know-how), mas também, adquirem uma organização social de trabalho e relações sociais específicas dos países capitalistas industrializados.

Nesta esfera, a intensificação da precarização das condições e possibilidades de desenvolvimento na periferia, a inserção excessiva e constante dos processos sofisticados de produção nas chamadas "fábricas inteligentes", (VASCONCELLOS, 2016) para maximizar o lucro, podem aprofundar ainda mais as discrepâncias entre o Haiti e esses países industrialmente desenvolvidos. Este resultado, junto à desvalorização e à extinção, em alguns casos, das economias regionais/locais, pode acelerar ainda mais os fluxos migratórios de haitianos aos países centrais e impactar as condições de vida dos menos afortunados (OGECIME; MOURA, 2019a).

Essas decorrências econômicas são reprodutoras de formas de tensões locais persistentes que impactam a inteligência coletiva e econômica, e se materializam em: instabilidade política, violência econômica na vida nacional e dependência do capital externo. Se na esfera global, a globalização financeira produz certo deslocamento, reconfiguração e substituição gradual das relações de poderes na institucionalização do

aparato do Estado em um espectro globalizante; na periferia, a questão da busca de outros segmentos de readaptação da autoridade do Estado produz, a sua vez, certa violência perpetrada pelos diversos atores que buscam a tomada do controle do aparato do Estado no seu espectro nacional.

No Haiti, as tangências das correlações destes poderes, resultaram em um modelo de economia chamada por Jean (2018) de “Economia de violência”. Conforme o autor, isto decorre da perda do poder do Estado, no seu espectro nacional. Para manter e configurar os monopólios nos diversos canais de investimento, o Estado precisa de força (GRAMSCI, 1968, 2008). No entanto, no país, não é o Estado, sua autoridade nacional e sua institucionalização formal, que detém essa força (JEAN, 2018).

Sob esse ângulo, pode-se dizer que no interior do capitalismo informacional se dá, no Haiti, uma nova direção de causalidade que é estabelecida entre grupos de interesse, instituições políticas e econômicas; e a captura do Estado que resulta dela se torna o “modus operandi”, com seus efeitos perversos na criação e distribuição de riqueza na economia.

Sufocado pela violência externa e pela incapacidade de preservar os principais equilíbrios econômicos e sociais, janelas de "oportunidade" se abrem para todos os tipos de derivas antieconômicas e antissociais. A violência, em seu estágio interno, é instalada como um instrumento de apropriação de mercados, um elemento fundamental que imprime o funcionamento geral do sistema haitiano e, em parte, o bem-estar coletivo. Sua violência não surge das mudanças modernas na relação econômica com o mundo exterior, mas sobrevoa os grandes momentos históricos e os fatos econômicos mais marcantes (JEAN, 2015; ROSA, 2016).

Estes distúrbios de enfoques normativos para a alteridade econômica não são recentes, chegam ao país desde a instituição da nação no segundo estágio da internacionalização do capitalismo industrial. A dívida da independência submeteu o país a um regime de restrições financeiras que deixaram seu legado na economia (DALEMBERT, 2010). Sua forma contemporânea, em pleno capitalismo informacional, assume um caráter técnico, com aparências inofensivas, configurações morosas com intuito de projetar, intensificar e consolidar a liberalização dos mercados que desestabilizam produtos locais, incluindo preços agrícolas subsidiados desde seus poderosos países de origem (PLATEFORME..., 2008).

A dimensão histórica deste Estado violento se configurou com o surgimento de novos empreendedores e estruturas de controle: da década 90 até 2000, numa economia cada vez mais dominada por importações, privatizações dos bens e serviços públicos e pelo enfraquecimento do Estado nacional (PAUL; DAMEUS; GARRABE, 2010; JEAN, 2018); e,

de 2000 até 2018, numa nova forma de coabitação do Estado com o setor empresarial. Como se fosse possível pular o estágio da industrialização para se entrar diretamente na era pós-industrial, em que as considerações sobre a aquisição de objetos e instrumentos ligados à plataforma tecnológica passam a ser compreendidas como prova da disseminação da sociedade da informação e do conhecimento. Neste rumo à suposta economia de prosperidade compartilhada, determinada pelos fluxos de importações e pelo enfraquecimento do Estado, o problema da invasão fica evidente para a experimentação de outras fases da colonização passiva do mercado haitiano (DUPUY, 2018; JEAN, 2018).

Das apostas mistificadas da sociedade da informação e do conhecimento como uma “transição econômica”, desde uma perspectiva epistemológica geral, entende-se que a economia da informação e do conhecimento e a financeirização da economia estão intimamente ligadas. As aporias que se empreendem sobre a financeirização como modalidade de um novo capitalismo tendendo se tornar independente da restrição da acumulação de lucros mediada pelo trabalho abstrato, concedem o sentido às instituições financeiras como matrizes de criação de riqueza e emanção das decisões de repartição das receitas do Estado (OGÉCIME; MOURA, 2019b), sob a lógica de que são esses lugares de poderes que definem as relações de troca entre os diferentes operadores econômicos e os diferentes grupos sociais. Há, portanto, um outro diálogo que se impõe aos avanços tecnológicos.

Se novas plataformas tecnológicas decorrentes do processo de produção do capitalismo informacional impõem outras relações causais entre instituições, também é necessário empreender a função dessas instituições e o escopo das decisões que emanam delas. A proposta normativa da democratização da informação e do conhecimento por meio de novas tecnologias leva essas potencialidades tanto aos lugares de construção de saberes e conhecimento, como aos lugares de intensificação da violência. Conforme Thermidor (2021), as diversas manifestações da Economia da violência e o problema do subdesenvolvimento do Haiti resultaram em uma situação tão endêmica, sistêmica e estrutural que uma simples abordagem que tende à implementação de novas tecnologias sem considerar a ampla, profunda e complexa dimensão do problema pode levar o país do “problema das tecnologias às tecnologias dos problemas”, robustecendo e sofisticando ainda mais essas violências políticas à efeitos e impactos diversificados no país.

A partir da economia do conhecimento, estimulada pelas tecnologias da informação e comunicação, há motivos para esperar ou explorar possíveis soluções para lidar com essa economia de violência; mas, as competências para a efetivação desse propósito se encontram nas possibilidades e condições de desenvolvimento capitalista que configuram a concepção da governança local nos ideais da filosofia da competitividade entre as nações e

agentes econômicos cujo efeito concreto se assenta, até então, na busca da coesão exclusivista do Estado nacional (OGÉCIME; MOURA, 2019a).

### **5.3 Da anormalidade imaterial da economia à aberração instrumento-informacional**

No país, ondas sucessivas de crises financeiras, principalmente no final da década de 1990 e nas últimas décadas, revelam os desequilíbrios entre estruturas de produção fracassadas e demandas incompreensíveis de uma população em crescimento exponencial (THOMAS, 1989; PAUL; DAMEUS; GARRABE, 2010; EMILE, 2017). A apreensão destas revelações se enquadra nos excessos de modos obsoletos de governança que estão fora de sintonia com estes enfraquecimentos manifestados na economia.

Desde a ótica da compreensão da dinâmica da política internacional, entende-se que apenas fatores exógenos (NATIONS UNIES, 2006; GOUVERNEMENT..., 2012; DEPARTEMENT..., 2017) garantiriam intervalos mais confortáveis. Esta tendência reflete a incapacidade da ordem instaurada no país há 214 anos, objetivada a renovar os mecanismos que sustentam o equilíbrio interno do sistema. As consequências destes modos de instrumentalização do capitalismo ganham formas nas mutações cíclicas de uma história econômica sem fim, que decorre da relação da economia do país com a economia mundial (HECTOR, 2006; DESPINAS, 2008).

Esses instrumentos e mecanismos são entendidos como o culminar de um modo parasita de acumulação de renda; o marco de referência de um ciclo de degradação do aparato produtivo, intercalado com alguns períodos de viabilidade. No interior do capitalismo informacional, esses modos de acumulação continuam entretendo o trauma da história econômica do país; trauma decorrente das primeiras mutações do estágio de internacionalização do capitalismo mundial na sua manifestação colonial mecanizando-se na: renda sobre a “importação-exportação”, renda sobre o intercâmbio de dinheiro, etc. Estes instrumentos evoluem na coabitação, com a dominação de uma ou de outra conforme a evolução dos mecanismos de geração de lucro na economia informacional, mas nunca em exclusividade (EMILE, 2017).

Este regime de acumulação, reconfigurado pelo capitalismo de vigilância, encontra seus condicionantes nas redes financeiras de acumulação e se manifesta através do controle que estas redes exercem sobre o comportamento do mercado e, portanto, sobre a distribuição (RIDORÉ, 2011; ALLIANCE..., 2013). No entanto, a ordem de exclusão aparece esgotada, pois dela emana um aparato produtivo deficiente na economia global do país (DESPINAS, 2008). Em consequência, esta ordem não conseguiu estabelecer um ambiente

para o surgimento de um nicho considerável de produção de valor com um padrão de geração de renda acima da linha da pobreza, o que sustentaria os aparentes êxitos do projeto capitalista no país.

Em termo de normalização econômica, o sistema não se preocupou em transformar os seus agricultores, em maior parte, descendentes de escravos e negros, em empreendedores reais; o que lhes permitiria assumir o controle e, eventualmente, formar uma classe “intermediária” capaz de estimular o desenvolvimento conforme as demandas concretas e reais do país (BAZIN, 2006; DESPINAS, 2008; EMILE, 2017). Além das promessas do desenvolvimento sustentável, na sua expressão mais moderna em “sociedade da informação e do conhecimento”, o potencial permanece inexplorado e as crises recorrentes refletem a anormalidade deste modo de acumulação.

Na tentativa de normalizar a sociedade da informação e do conhecimento no país, este regime se desdobra e se consubstancia em um certo “empreendedorismo” glamourizado - herdado, de um lado, da intensificação e propagação da ideologia da propriedade privada e, de outro lado, da consolidação gradual das grandes propriedades e redes corporativas privadas que permutam as violências globais das malhas financeiras para as esferas individuais.

A demarcação de operabilidade ontológica deste “espírito de sobrevivência” é proporcionalmente tênue à exacerbação dos limites de exteriorização da realização da vida, que se substancia, cada vez mais, nessas matrizes econômicas: “informação-conhecimento-tecnologia”, cujas dimensões abrangem sentidos: antropológico, psicológico, social e espiritual na formação do homem haitiano.

Esta perspectiva individualista na economia do país decorre, exatamente, da filosofia central das novas mutações do neoliberalismo; dela, as condições de realização da vida se permutam, gradualmente, da propriedade privada às margens das grandes redes de finanças e de produção de valor que se torna, cada vez, mais abstrata.

Brisson-Lamauthe (1996; 2005) nos seus estudos sobre a economia informal nos bairros populares da cidade de Porto-príncipe buscou compreender as mediações dadas entre as redes econômicas e o sujeito da periferia na tentativa de organizar as suas vidas nas “comunidades-centro”. Conforme a autora, as atividades informais, decorrentes da precarização das condições de trabalho, reluzem a incapacidade do aparato do Estado em fornecer uma estrutura legal capaz de integrar e incluir a maioria dos pobres.

Nessa dimensão, a “economia de violência” se alicerça numa cultura operacional e estrutural que obriga os mais pobres a “manufaturar a vida” (FASS, 1990) para comer, pagar aluguel, etc. Este sistema se cristaliza num Estado que toma as aparências modernas da “Democracia” cujos instrumentos são incapazes de garantir o acesso à criação de riqueza

desde uma perspectiva de igualdade e equidade. Sob esse ângulo, a precariedade pode ser vista como uma ruptura, um enfraquecimento em relação a um estado de estabilidade e de segurança mais ou menos considerável. Isto é o resultado do funcionamento do capitalismo financeirizado e globalizado, que transformou a instabilidade e a crise em seu “modus operandi” nos últimos quarenta anos (PRADO, 2005a; 2005b; BASSO, 2005; BERGER, 2009).

As discrepâncias decorrentes da globalização financeira e intensificadas pelas tecnologias da informação e comunicação ganham formas de lutas por salários, redução do horário de trabalho e de oportunidades de trabalho decente para todos no país (BUREAU..., 2015; MINISTÈRE..., 2016). Estas lutas se absorvem, na maioria das vezes, na complexidade das mediações, aparentemente invisíveis do sistema que tende a solidificar cada vez mais a apreensão da violência em alienação e estranhamento.

Se na Era neoliberal, os mecanismos de controle são mais estritos pelas capacidades e condições mitigadas pela comunicação horizontal; no país, estes mecanismos alimentam as tensões devido às profundas transformações efetivadas na organização e gestão dos processos produtivos, em oposição direta aos objetivos das lutas sociais entre os anos 1950 e 1987 no país (BAZIN, 2006). A busca pela emancipação se opõe à autonomia controlada da terceirização e economia de plataforma. A cooperação social não hierárquica é subsumida e explorada através das novas formas de organização da produção. A crítica anti-burocrática é combatida pela desregulamentação do trabalho e pelas novas práticas neo-gerenciais. (BASSO, 2005; MÉSZÁROS, 2011).

Para mediar esta passagem com a informalidade do trabalho, estima-se que a grande maioria dos empregos no Haiti deriva da substituição gradual do setor agrícola (47%), setor em déficit normativo desde as primeiras propostas internacionalizantes da economia industrial, ou nos setores não agrícolas informais (45,1%) (MINISTÈRE..., 2016). O emprego nos setores público e privado formais é raro, 4,5% e 3,4%, respectivamente. Mesmo que se trabalhe no setor formal, na ausência de um sistema de proteção social, a maioria das oportunidades de emprego ainda é informal. Em consequência, quase todos os empregos no Haiti (93,6%) são classificados como informais, tornando quase impossível alcançar condições de trabalho decentes.

Com enfoque sobressalente destas discrepâncias entre os grupos sociais, em 2012, a força de trabalho do Haiti foi estimada em 8,2 milhões, equivalente a 75% da população total do país. Destes, estima-se que 56,9% são economicamente ativos (empregados ou desempregados). As mulheres têm menos probabilidade de pertencer à força de trabalho; representando apenas cerca de 30% dos empregos no setor privado formal, no setor público e no setor agrícola (BUREAU..., 2015). A posição desfavorecida das mulheres no mercado

de trabalho é parcialmente explicada pela distribuição desigual de tarefas domésticas: as mulheres relatam gastar duas vezes mais tempo no trabalho doméstico (15,4 horas por semana) do que os homens (menos de 7 horas por semana).

A hipótese da flexibilização do tempo de trabalho que resultaria na decência do trabalho mediado pelas tecnologias da informação e do conhecimento se enquadra numa certa aporia que se justifica nas teorias da economia dos países e comunidades centrais que conseguem se permutar da economia industrial às fábricas inteligentes (VASCONCELLOS, 2016); e, que por consequência, produz a exportação da violência na periferia seja na re-industrialização com valorização remotamente miserável ou na dificuldade de normalização ou reprodução dos padrões estruturais da economia do centro na periferia.

Conforme Bureau (2015), a maioria dos trabalhadores no Haiti relatam exercer uma atividade de trabalho remunerada, com exceção dos trabalhadores familiares (aqueles agricultores familiares cuja modalidade de Agricultura é de subsistência) que representam 13,9% da força de trabalho ativa. Os trabalhadores familiares não remunerados estão amplamente representados na agricultura rudimentar (45,7%), seguidos pelo setor informal não agrícola (16,2%). Existe uma grande desigualdade de renda entre os setores de atividade econômica: os setores agrícolas e não agrícola informal, que acolhem a grande maioria dos trabalhadores haitianos e os setores público e privado.

A incapacidade de normalizar o mercado de trabalho haitiano para gerar empregos formais suficientes para sua força de trabalho converte de fato o Haiti como o país mais desigual do continente americano, com um coeficiente de Gini de 0,76 em 2012 (um aumento de 15% em comparação a 2007). Dados esses números, não é de surpreender que 59,2% de todos os trabalhadores relatam ter renda muito instável e que 32,2% de todos os domicílios se endividam para sobreviver (BUREAU..., 2015). Deste efeito da desigualdade, MINISTÈRE... (2016) estima-se que, em 2015, 1% da população mais rica detenha o mesmo nível de riqueza que 45% da população mais pobre.

A estruturação da violência econômica, na sua expressão e operacionalização internas, reproduz o mesmo esquema da orientação geográfica da teoria geral até então evidente na globalização financeira. No país, a pobreza é mais intensa nas zonas rurais. De fato, 80% dos pobres vivem em zonas rurais, 38% dos quais vivem em extrema pobreza, em comparação com 12% nas áreas urbanas e 5% nas áreas metropolitanas (MINISTÈRE..., 2016).

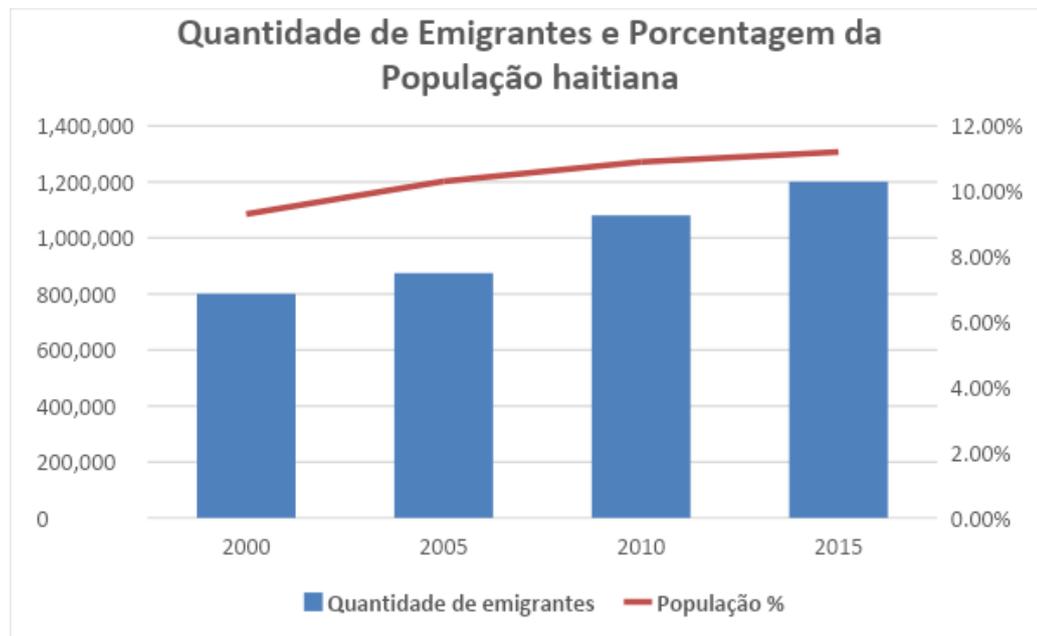
Decorrente destes cenários, no Haiti, o atrito entre aspirações de labelização do chamado “empreendedorismo” e outras mediações, tais como: os métodos econômicos complexos de exploração do valor do trabalho e as condições reais de trabalho faz com que

um número crescente de pessoas, principalmente jovens, escolhe a precariedade, entendida como a criação de condições de trabalho para a autonomia e para o exercício das próprias aspirações. Os trabalhos terceirizados são frequentemente usados para fortalecer mecanismos e condições de trabalho que permitem operacionalizar atividades não remuneradas, autônomas, “criativas” ou menos valorizadas (ZANUSO, ROUBAUD, TORELLI; 2014).

### **5.3 Da desmaterialização das economias locais ao culto à imigração**

Dado os desequilíbrios econômicos registrados entre os países do centro e os da periferia, observou-se, em 2017, que aproximadamente 258 milhões de pessoas da população mundial viviam fora dos seus países de origem e cerca de metade delas vivia nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em 2017, mais de 5 milhões de pessoas migraram para os países ricos da OCDE (OGÉCIME; MOURA, 2019a). Isso representa mais de 7% em relação ao ano anterior. Este é o quarto ano consecutivo em que os países ricos registram um aumento em seus fluxos migratórios. Além disso, em 2016, mais de 4 milhões de trabalhadores estrangeiros em condição de estadia temporária chegaram nos países da OCDE para preencher a escassez de algumas habilidades específicas (OGÉCIME; MOURA, 2019a).

Desta perspectiva, o Haiti é entendido como um país de emigração significativa, com um número crescente de emigrantes: em 2015, cerca de 1,2 milhão de haitianos viviam no exterior, ou quase 11% da população (UNITED NATIONS, 2015). A quantidade total de emigrantes e o número de emigrantes em relação à população aumentaram nas últimas décadas. Em 2000, era de cerca de 650.000 (9,3% da população). A instabilidade política, as práticas perversas de governança, a opressão econômica e/ou desastres naturais ampliaram os fluxos de emigração.

**Gráfico 3 – Quantidade de emigrantes e porcentagem da população haitiana**

**Fonte:** United Nations, DAES, 2015.

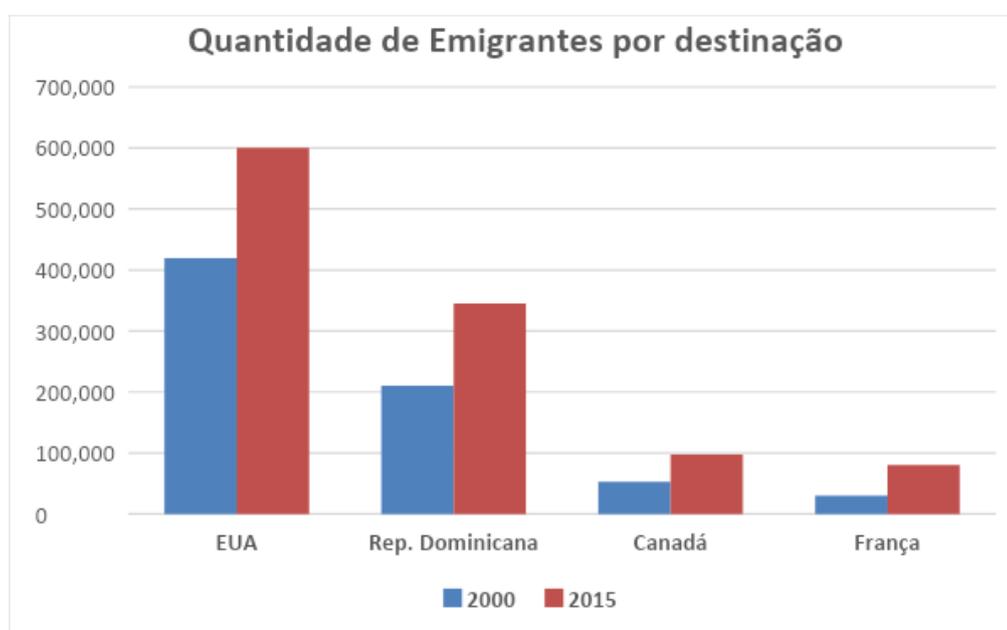
Na mediação deste cenário, entre os equilíbrios econômicos dados entre os países do centro e os da periferia, observa-se um aumento, ao longo do tempo, nos fluxos de emigração dos haitianos para os países desenvolvidos (UNITED NATIONS, 2015), à exceção da República Dominicana, que conforme Larose (2016) configurou uma nova relação Norte-Sul com o Haiti. Tal relação se organizou tecnicamente nas práticas estruturais remotas deste país com a economia global. Embora, para o período pós-terremoto, tenha sido registrado um aumento considerável do número de emigrantes haitianos que vivem em países em desenvolvimento, particularmente os países da América do Sul. (NIETO, 2014; ORGANIZACIÓN..., 2017).

**Quadro 1** – Quantidade de emigrantes e porcentagem de emigrantes que vivem em países industrialmente desenvolvidos

	2000	2005	2010	2015
<b>Total</b>	792 805	957 722	1 092 025	1 195 240
<b>Países desenvolvidos</b>	505 872	617 857	702 804	780 962
<b>Países subdesenvolvidos</b>	286 933	339 865	389 221	414 278
<b>Porcentagem de emigrantes que vivem em países desenvolvidos</b>	63.8	64.5	64.3	65.3

**Fonte:** United Nations, DAES, 2015.

Conforme dados das Nações Unidas, em 2015, os Estados Unidos são o primeiro país de destino, acolhendo cerca de 600.000 migrantes (quase metade da quantidade total de emigrantes haitianos no mundo). No entanto, outras fontes relatam um número muito maior entre 1 e 2 milhões, levando em consideração a migração ilegal (INTERNATIONAL..., 2007; BATALOVA; SCHULZ, 2017).

**Gráfico 4** – Quantidade de emigrantes por destinação

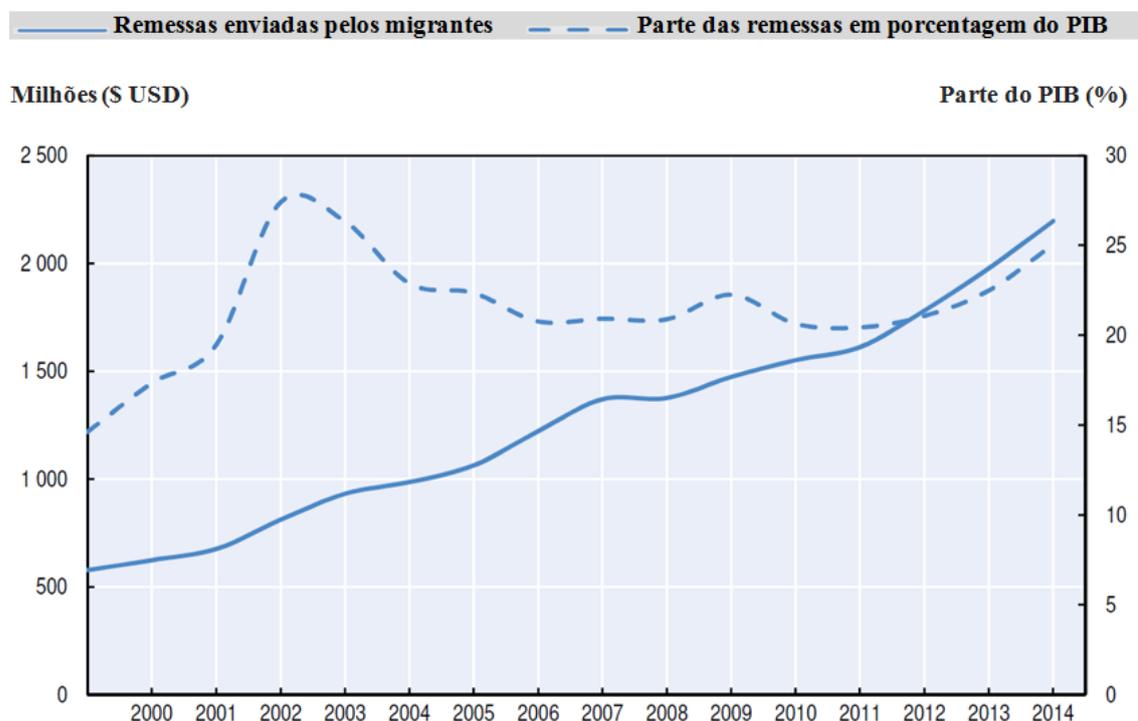
**Fonte:** United Nations, DAES, 2015.

Neste registro, tanto na esfera global como no Haiti, as dificuldades e distúrbios da institucionalização e organização do capitalismo informacional, encontrados em alguns países para surfar sobre as novas mutações e entretenimentos de impactos positivistas da

globalização financeira, desafiam os intelectuais, governos e agências internacionais a empreender, por meio de novas interpretações funcionalistas, essas interações entre as migrações e o desenvolvimento tanto nos trabalhos de pesquisa como nos programas nacionais de desenvolvimento.

No Haiti, esse 'modus operandi', protagonizado e intensificado pelas organizações internacionais para a compreensão do fenômeno da emigração desde uma perspectiva utilitarista e positivista sobre a diáspora, como agências e entidades de remediação aos problemas de desenvolvimento no país, não é novo. A história mais recente desta abordagem remonta às persistentes tentativas de compensação e mensuração dos efeitos das migrações haitianas em envio de remessas, que na realidade consistem em uma categoria específica de migrantes que fogem da repressão política ou crise econômica e incapacidade do Estado de se normalizar diante as contradições complexas do projeto global de desenvolvimento. Isto se resultou, também, em uma urbanização predatória e população rural pobre desde as primeiras mutações do capitalismo na sua versão informacional.

**Gráfico 5** – Remessas enviadas pelos emigrantes e parte dessas remessas, em porcentagem, do produto interno bruto.



Fonte: CHARLES; ST-FLEUR, 2014.

Este fundamento funcionalista nas abordagens globais das migrações já consolidado na ideologia neoliberal, mostra claramente a minimização dos valores éticos sobre os debates das migrações, legitimando o status quo da ordem da finança mundial e suas complexas mediações ontológicas da realização de vida dos migrantes.

Isto é, desde o fundamento da economia informacional defendido por Castells (2011), o entendimento do fenômeno da migração dos países periféricos para os países do centro como uma medida paliativa de ajuste estrutural econômico pró-cíclico, capaz de contribuir para as deficiências materiais já evidentes em sociedades pobres, como o Haiti (GREENIDGE, 2015) ou em comunidades que podem ser formatadas para suas mutações. Vistos os impactos da globalização e as crescentes e contraproducentes desigualdades que ela pode causar, e que foram particularmente dolorosas no caso do Haiti (GREENIDGE, 2015), agências internacionais objetivaram programas civilizatórios de austeridade. Tais iniciativas (re)produzem as práxis de dominação da economia política que organiza a ordem internacional.

Relacionada à sociedade da informação e do conhecimento como aposta política, da qual decorrem as metas de desenvolvimento do milênio para 2000-2015 (UNITED NATIONS, 2015) e a agenda 2030 (UNITED NATIONS, 2016b), uma pluralidade de perspectivas sobre o problema da migração levou a um duplo objetivo estratégico: reduzir os impactos negativos da migração e promover seus impactos e aspectos mutuamente positivos para os Estados-membros e seus cidadãos, considerando os valores básicos da Organização. Nesse sentido, as Nações Unidas e seus órgãos multiplicaram iniciativas em termos de produção e promoção de instrumentos de direito internacional, programas de pesquisa e ações em direitos humanos (econômicos, políticos e sociais) de migrantes, e programas de capacitação em gerenciamento da migração (INTERNATIONAL..., 2018).

Além dos esforços envidados, os países de imigração padeceram em determinar que tipo de política poderia ter um impacto benéfico nos países de emigração como o Haiti, promovendo as interações entre migração e desenvolvimento. Isto decorre da incapacidade de (re)descoberta de um paradigma, no interior da filosofia de desenvolvimento, uma essência de inteligência operacional que seria capaz de superar as categorias de: concorrência, competitividade entre as comunidades e nações e exploração do outro.

Neste fundamento, ainda as relações e condições sociais e econômicas observadas desde as configurações materiais da economia industrial aparentam produzir sentidos da razão científica para a compreensão do desenvolvimento econômico nos países periféricos além do controle dos fluxos de migração. No entanto, uma das dificuldades que enfrentam estes países é provavelmente aquela que afeta diretamente os seus cidadãos em mobilidade, cujos recursos financeiros e culturais são considerados “mais limitados” e que

são confrontados com importantes barreiras de emancipação econômica (DE WENDEN, 2017). Para um país como o Haiti, que deve se reconstruir após um desastre natural, essas interações cruciais exigem forte vontade política e persistência em um contexto internacional muito difícil.

O entendimento do papel das migrações nas estratégias nacionais de desenvolvimento, a partir da perspectiva da governança multinível (PEREIRA, 2014), se delimita no esforço de fomentar o desenvolvimento econômico dos países de origem dos imigrantes: uma responsabilidade compartilhada, em um clima e cenário de desconfiança internacional, pela simples e boa razão da preponderância da filosofia da competitividade entre os estados nacionais que modelam a ideologia do desenvolvimento no interior da cultura ocidental.

### **5.3.1 A fuga de capital intelectual – interações entre migrações e desenvolvimento**

Em contraste à teoria geral do capitalismo informacional, que supõe estimular a produção de conteúdos (informacionais ou culturais, em termo stricto sensu) determinantes na organização social de trabalho (LAZZARATO; NEGRI, 2001) das comunidades e países configurados como periféricos, no Haiti, a emigração se procede, em grande medida, da oferta de trabalhadores para o exterior (LOUIDOR, 2017). A oferta é promovida principalmente pela deterioração significativa do mercado de trabalho para a juventude, como força potencial de trabalho, que muitas vezes é obrigada a escolher entre: de um lado, o desemprego desprotegido, o emprego informal, o subemprego e a precariedade; por outro lado, a emigração.

De 2000 até 2019, notou-se um aumento de 20% nas taxas de matrículas nas instituições de educação superior; e, de 2010 até 2019, registraram um aumento de 147%, 140%, 337% nas respectivas taxas de matrículas do ensino infantil, básico e médio (BANQUE MONDIALE, 2020; ROBLIN, 2020). A associação destas estatísticas com a constante e longa crise de desenvolvimento que enfrenta o país mostra, claramente, que as apostas e a correlação da sociedade da informação e do conhecimento ao setor educacional como instância globalizada de produção de competências, de conteúdo informacional e cultural não produziram os efeitos esperados sem as suas integrações estratégicas na base material da produção social do país; isto é, a incapacidade e necessidade de incorporar os seus impactos sobre a produtividade e o crescimento da economia local.

É relevante também ressaltar que em prol desta economia informacional no país que resultou em falta de oportunidades de emprego para uma juventude formada; a fuga de cérebros continua experimentando um crescimento exponencial.

Em 2000, entre os 419.395 haitianos identificados nos Estados Unidos da América (gráfico 4): 61,7% (de 25 anos ou mais) já haviam concluído pelo menos o ensino médio. O fator mais sobressalente e incisivo deste cenário é que 13,5% possuíam diploma universitário, mestrado ou doutorado. Portanto, só 20,4% deles tiveram a oportunidade de exercer atividades gerenciais, profissionais ou outros tipos de trabalho qualificado (BATALOVA; SCHULZ, 2017).

Para mediar os efeitos deste cenário, sendo elementos essenciais para a configuração e transformação do capitalismo informacional sob as lentes das condições e possibilidades de efetivação e de competitividade na globalização financeira; em 2000, apenas 1% dos haitianos que vivem no Haiti possuíam diploma universitário. Em 2010, já havia 16,7% dos emigrantes haitianos nos Estados Unidos da América que possuíam diploma universitário, mestrado ou doutorado (BIDEGAIN, 2012).

A demonstração da perpetuação das relações desiguais entre os polos sul-norte ou centro-periferias, se reconfigurando no interior do capitalismo informacional por meio do capital intelectual como vetor de desenvolvimento, intensificando a filosofia da competitividade entre as nações, blocos e comunidade, fica evidente no estudo de Bidegain (2012) que apontou o direcionamento incisivo da fuga de cérebros entre os emigrantes haitianos para os Estados Unidos da América e Canadá, e não para a República Dominicana.

Desta lógica que nutre a competitividade entre as nações, o crescimento econômico é atrelado à emigração de pessoas qualificadas nos países mais desenvolvidos, afetando drasticamente a periferia que já sofre de grave escassez de recursos humanos especializados. Da leitura geral da inteligência econômica, os países desenvolvidos precisam cada vez mais de duas categorias de imigrantes: aqueles que estão dispostos a aceitar empregos difíceis e mal pagos, um tanto desprezados por seus próprios nativos, e profissionais altamente qualificados em áreas de alta competitividade organizada desde dentro como áreas-chave na organização internacional de trabalho (BIDEGAIN, 2012).

Para que os recursos humanos com alto potencial de conhecimento permaneçam nos seus países - eles devem encontrar emprego, responsabilidades, níveis de remuneração suficientes e condições de trabalho adequadas para colocar em prática seus conhecimentos e, para os pesquisadores, também são necessários recursos orçamentários e logísticos; condições que se escasseiam em um país empobrecido como o Haiti.

Neste estágio, a migração internacional, entendida como um dos componentes da mundialização, continua sendo uma prerrogativa com a qual os Estados preferem lidar apenas dentro do regime nacional (GAGNON, 2010). A governança da mobilidade, diferentemente das relações comerciais e financeiras é, portanto, descrita como um “não-regime” (GAGNON, 2008). Da hipótese da influência direta das mudanças estruturais de natureza econômica dos países centrais sobre os países periféricos, o quadro ético contraproducente aponta à necessidade de novas referências reais e concretas. Isto supõe o gerenciamento dos fluxos migratórios na mesma dimensão que os fluxos comerciais ou financeiros, o que poderia incentivar os governos a adotarem uma forma de concertação interestadual e a desenvolverem uma política global desde os critérios reais de emancipação humana (GAGNON, 2010).

Da ideia da propagação do bem-estar e mudanças estruturais efetuadas no país, que encontram as suas raízes tanto nas apostas da sociedade da informação e do conhecimento como nos fundamentos da globalização financeira, é entendido que a construção de uma estrutura operacional para lidar com a migração haitiana envolve uma certa complexidade e requer a implicação de uma abordagem multidimensional de um evento social mais abrangente e dinâmico.

Conforme Kahanec (2008); Metzner (2014) e José (2015) a apreensão desta complexidade abrange duas abordagens: uma, de discriminação interseccional; e outra, da proteção complementar. A abordagem da discriminação interseccional faz-se evidente nos países de destino onde a situação: causa e possibilidades de emigração se encontram em condições de vulnerabilidades; nesses países, os desafios são produzidos pelo acúmulo de várias condições de discriminação: por etnia e racialização cultural, idioma, situação econômica, posição social, nível de educação e status de imigração irregular, gênero, dentre outras.

Se as desigualdades que as migrações produzem são geralmente sistemáticas, diversas experiências mostram que as políticas públicas destinadas a combatê-la, em geral, apontam para uma ou algumas causas de discriminação e não para o efeito geral que sua acumulação produz (CLEMENS, 2014; DE WENDEN, 2017). Nesta esfera, um dos principais postulados da interseccionalidade é a disputa de qualquer forma de universalização que considere as experiências das pessoas e das estruturas como objeto internacionalizante. Nesse sentido, pode-se perguntar, realmente, em qual estágio da política internacional há o enfrentamento destes efeitos desde uma abordagem universal de Direitos Humanos na prática e de seus entendimentos sistêmicos nas práticas econômicas empobrecedoras dos países chamados de subdesenvolvidos?

A este propósito, fica evidente que, apesar da proliferação institucional nos níveis regional e internacional, a experiência dos migrantes haitianos durante o século XX e após o terremoto de 2010 mostra a natureza anárquica e inconsistente da governança global da questão da migração. Algumas dessas experiências infelizes incluem: o massacre de dezenas de milhares de migrantes haitianos na República Dominicana em 1937 (MADEIRA DA SILVA, 2016); a detenção extrajudicial de refugiados haitianos na base militar dos EUA na Baía de Guantánamo entre 1991-1993 (PAIK, 2013); a exigência de vistos de entrada por outros países membros da CARICOM em relação aos cidadãos haitianos, em violação direta às disposições de mobilidade sem impedimentos incluídos no Tratado de Chaguaramas (1973) e no Tratado Revisado de Chaguaramas (2001); a exportação extrajudicial de crianças haitianas para adoção estrangeira durante o terremoto de 2010; a apátrida de vários cidadãos dominicanos de origem haitiana em 2013 (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2016).

Em última instância, esses acontecimentos refletem as diversas situações de desigualdade em que se encontram grupos e comunidades haitianos historicamente discriminados e desprivilegiados em diversas partes do mundo. Eles se (re)configuram em desigualdade que, por sua vez, constrói-se historicamente racializada e dinamizada a partir do século XIX, mutando-se em noções disseminadas de raça e cor, desde a perspectiva ocidentalocêntrica, nas regiões consideradas como periféricas. Essas noções ocidentalizadas de diferenças fundam construtos que desvalorizam identidades, grupos “não brancos” e comunidades que não encontram rumo nas suas normatizações, reproduzindo modelos e padrões econômicos e de vida propostos (GÉRARD, 2007; TEHINDRAZARIVELO, 2009; ROSA, 2016). Esses grupos e comunidades sofrem discriminação em várias esferas importantes como nos países industrialmente mais desenvolvidos, escolas, trabalho e ascensão social.

Da predominância do pensamento eurocêntrico na sua estruturação ocidentalizada e na sua atividade teórica da perspectiva de dominância, a economia organizada pela matriz informação-conhecimento-tecnologia é vista como uma saída do subdesenvolvimento para países que ainda não entraram em um processo de emergência. No entanto, no Haiti, muitas condições devem ser atendidas para alcançar esse objetivo. Elas se relacionam, em particular, com o grau de desenvolvimento institucional, com a qualidade do ambiente técnico e cultural, apesar de depender em grande parte do nível de desenvolvimento econômico.

Conseqüentemente, o desejo de institucionalização e normalização do capitalismo informacional no país, através da natureza de sociedade da informação e do conhecimento, não pode se esquivar das condições materiais de sua produção. De fato, a ideia da

economia da informação e do conhecimento parece muito incerta, na medida em que procede de uma redução do trabalho e da produção para a única dimensão cognitiva ou informacional, desconsiderando, assim, a sua dimensão material. Extensão das diversas mutações da economia informacional, a sociedade da informação e do conhecimento se inscreve, portanto, como parte da preocupação de uma "superação" de ideologias marcadas pela expansão do capitalismo nos países e comunidades periféricas e se reduz a um determinismo tecnológico abstraindo a dimensão da história.

Sob as lentes da economia política, a real análise dos mecanismos econômicos de configuração da sociedade de informação e de conhecimento no Haiti se deve empreender na busca das significações imaginárias entre o país e a economia globalizada. As implicações desses imaginários abrangem o entendimento de que o desenvolvimento nacional está enraizado na hipótese central que sustenta a ideia de que o subdesenvolvimento econômico do país, como forma social-história, seria demarcado por condicionantes sócio-históricos decorrentes das suas relações ao "outro-externo" na sociedade globalizada e ao "outro-interno" no interior do país.

Deste fundamento, a abordagem imanente do enquadramento da sociedade da informação e do conhecimento e suas dimensões econômicas no país, considerada como sistema dinamicamente globalizado de significados estabelecidos, requer a distinção de duas esferas de entendimento. A primeira esfera de compreensão de significado é o da apreensão imediata da sociedade haitiana como sociedade subdesenvolvida (sentido imediatista e funcionalista da sociedade da informação e do conhecimento). Isto é o nível de apreensão da sociedade haitiana subdesenvolvida como descrito nos discursos sócio-históricos; uma sociedade configurada por múltiplas hierarquias, divisões imaginárias e materiais, dilacerada pelas desigualdades de acesso a recursos, exclusão da maioria das esferas de poder e as incapacidades das instituições públicas e indivíduos sócio-históricos.

A segunda esfera se enquadra no significado histórico desta realidade. É a esfera da análise do processo de configuração das categorias analíticas da sociedade haitiana subdesenvolvida, nas dinâmicas e processos de transformação dos constituintes capitalistas de organização econômica através da matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologia, como um trabalho histórico-social. Neste estágio, entende-se que é fundamental a demarcação dos momentos do processo de configuração da sociedade haitiana subdesenvolvida na dinâmica da sociedade globalizada e a descoberta da lógica sócio-histórica subjacente às etapas de transformação do imaginário que constitui este modelo de sociedade. De fato, a sociedade haitiana subdesenvolvida como sistema de significados institucionalizados é compreensível na dinâmica de alteração de ordem do significado da sociedade expressada em **ordem colonial, ordem neoliberal e ordem internacional**.

Nesse quadro político globalmente instituído, a realização do capitalismo informacional, no seu estágio de sociedade da informação e do conhecimento, em uma real transição econômica no país, depende efetivamente das condições e possibilidades de sua alteridade tanto política, cultural como econômica nesta ordem mundial. Portanto, a cristalização funcional e correlacional entre estas ordens: "colonial, internacional e mundial" que orientam os modelos de desenvolvimento e de emancipação socioeconômica gera obstáculos para os avanços específicos nos países periféricos, desde uma perspectiva de dignidade e autoridade política que decorre da filosofia do Estado nacional que, até então, estrutura a governança econômica em um cenário de cooperação internacional de desconfiança e de violência política.

No Haiti, os ideais de progressos sejam econômicos, políticos e culturais emanados no interior do capitalismo informacional estão enraizados nos ideais modernistas, como esfera de demarcação das relações de poderes, que se resultam na apropriação da natureza de sociedade por grupos privilegiados, absorção de culturas não ocidentais - reproduzindo as diversas formas de violências, do exterior ao âmbito nacional, em formas proporcionais de desigualdade, pobreza e opressão em relação ao grau de normalização referencial das comunidades.

## 6 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO HAITI: O (CO)AGENCIAMENTO DOS IMAGINÁRIOS COLONIAIS, NEOLIBERAIS E INTERNACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO HAITIANO

*“A civilização está estrangulada no espartilho de ferro do Estado, seja proletário ou burguês”.*

Pol Vandromme

As apostas para a concretização da sociedade da informação e do conhecimento como projeto político procedem da tomada de consciência sobre as consequências do subdesenvolvimento na sociedade-mundo. Na periferia, tais consequências são o efeito histórico e acumulado da crise civilizacional nas relações entre as diversas sociedades integradas à sociedade-mundo. Neste processo, a sociedade da informação e do conhecimento é entendida como projeto de manutenção destas relações que nutrem a sociedade-mundo. Nela, as iniciativas até então vislumbradas se materializam por meio de métricas para o alcance do desenvolvimento nas comunidades chamadas “periféricas” (WORLD SUMMIT..., 2005).

No Haiti, essas iniciativas permanecem, portanto, soluções inapropriadas (GOUVERNEMENT..., 2012; BAUER, 2016). A persistência e pertinência desta inadequação decorrem do simples fato de que os aspectos relacionados ao fenômeno da sociedade da informação só podem satisfazer as condições da teoria matemática da medida, ou métricas para ressaltar esta noção mais comumente usada para este contexto. Para o estudo da dimensão antropológica da cultura que ela emana e suas propriedades, as medidas matemáticas padecem irrelevantes e inconciliáveis à relação funcional da apreensão da dimensão social-histórica de uma sociedade (CASTORIADIS, 1992, 2002).

No contexto desta apreensão, a filosofia política que orienta o pensamento civilizacional originária da modernidade *eurocentrada* permanece nessas iniciativas deterministas que obscurecem a dimensão cultural e política do subdesenvolvimento e negligenciam a relação entre sociedade subdesenvolvida, cultura e política. Na experiência da implementação da sociedade da informação e do conhecimento, como em outros projetos civilizacionais da modernidade ocidentalo-cêntrica, as relações de poder também são relações de significado e, portanto, relações culturais que podem ser identificadas no discurso sobre o “outro” e as relações com o “Outro” na práxis da colonização e da cooperação internacional que inventam a representação do: escravo, bárbaro, “não civilizado”, país subdesenvolvido, país pobre, periférico ou qualquer outro registro de diferença.

A configuração desta natureza de organização política só é operacional no interior das instituições e significados sociais imaginários que tais estruturas incorporam e trazem à existência nos diversos modos de organização do mundo (CASTORIADIS, 2002). A *sociedade-mundo*, dinamizada em sociedade da informação e do conhecimento como ordem internacional, é entendida como a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída nas dinâmicas da globalização. E conforme Castoriadis (1992), ela é contraditoriamente unificada, na qual todas as culturas e todos os povos estão em interação, onde o co-pertencimento das sociedades do norte e das sociedades do sul à sociedade mundial faz parte da instituição própria e originária desta sociedade.

Historicamente, esta interpretação estrutural institui, dimensiona e se desdobra em vetor de organização geopolítica e cultural do mundo. Conforme Dussel (1994), esta polarização Norte/Sul não é originária da década 60, mas sim de 1492, com a invasão das Américas, entendida como primeira ação concreta do projeto civilizatório da modernidade ocidentalo-cêntrica. Efetivamente, 1492 originou a *sociedade-mundo* com a conquista espanhola da ilha chamada Hispaniola e hoje, o ocidente, como mundo *social-histórico*, conseguiu se impor a todo o planeta; isto é, criar a primeira universalização efetiva da história, criar a história como realmente universal.

É deste fundamento que se efetiva a condição de existência social do “Ego conquiro” (DUSSEL, 2000; OLIVEIRA; DIAS, 2012). A instituição da *sociedade-mundo* tornou-se uma hierarquia política e de uma desigualdade de poder entre as sociedades do norte e as sociedades do sul, que se desdobram, diacronicamente: entre sociedades do centro e da periferia (VEER, 2009), sujeitos conectados e os “não conectados”, o info-pobre e o info-rico (HAYWOOD, 1995). Este poder não é apenas “poder de”, mas também “poder sobre”. Ter “poder sobre” é ter poder sobre o curso, evolução e orientação central do “Outro” e ter poder para forçá-lo a assumir a forma “decidida” concreta pela sociedade dominante, ou seja, poder sobre o econômico, poder sobre o político, poder sobre o social, poder sobre o religioso; desta forma, ter o poder para impor seus imaginários sociais, sua visão da realidade ao outro como indivíduo ou sociedade (DIS, 2009).

Portanto, as relações entre esses dois tipos de sociedades globais e desiguais na *sociedade-mundo* são relações de poder e de significados, que exigem tanto uma elucidação da práxis de dominação como a práxis que institui/subalterniza. Essa práxis política não visa necessariamente o desenvolvimento da autonomia como um fim, nem usa a autonomia para esse fim como um meio (referindo-se às aspirações da sociedade da informação e do conhecimento). É uma práxis de dominação onde o “Outro” dominado não é objetivado a ser autônomo e, ao mesmo tempo, é considerado como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia (CASTORIADIS, 2007). Desta relação de

dominação, as sociedades do norte exercem e mantêm inúmeras formas de violências materiais e simbólicas e apreendem a práxis da instituição heterônoma do “Outro” (seja como sociedade e/ou indivíduo).

Sob esse ângulo, pode-se dizer que o modo de co-pertença do norte e do sul à *sociedade-mundo*, (re)configurado em países desenvolvidos e subdesenvolvidos na sociedade da informação e do conhecimento, faz parte do modo de instituição desta natureza universalizante de sociedade. Esta *sociedade-mundo* está organizada sob a orientação política materialmente demarcada pela subalternização dos países subdesenvolvidos e pela sua dominação pelo norte; isto é o fato social- histórico de uma coexistência assimétrica e antagônica.

No âmbito nacional, esta violência política do sistema-mundo se subconstancia e intensifica o seu espectro de dominação na organização das instâncias de distribuição de privilégios sociais ou individuais desde a lógica de proximidade do centro à periferia, mas sem perder de vista do seu espectro maior que se assenta nos critérios de emancipação na filosofia civilizatória da modernidade eurocentrada (DUSSEL, 2005). Uma visão da modernidade “em um sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (Suas instituições, Economia, Filosofia, etc)” (DUSSEL, 2005, p. 28). Nela tudo se orienta para Europa como centro da História do mundo e lugar de operação do sistema-mundo e “das possibilidades que se abrem para a sua centralidade na História mundial, e a constituição de todas as outras culturas como a sua periferia” (DUSSEL, 2005, p. 28).

No Haiti, esta violência política se desdobra nas filosofias fundamentais da modernidade que transmuta e orienta as ações emancipatórias em ordem escravagista, racial, patriarcal, internacional, epistemicídio, feminicídio, ecolocídio, entre outras ações que determinam os processos de produção e reprodução da vida (OGECIME; MOURA, 2020a).

Destas filosofias, a ação e trabalho sobre a informação tomam seu lugar; trata-se de considerar, além da dimensão operacional (alfabetização, metodologia, competências e as técnicas), o conjunto de práticas, comportamentos, conhecimentos implícitos e explícitos em jogo nos processos de produção simbólica nos grupos sociais. As funções informacionais e cognitivas que organizam a cultura que decorre desta organização mundial procedem ao caráter simbólico e social destas relações de poderes; elas contribuem para essa introdução e inclusão ao mundo, revelando as leis de pensamento, organização e de categorização da vida nacional, em suas vertentes informacionais particulares.

Trata-se, neste sentido, de uma questão de estado da arte que representa as práticas informacionais e cognitivas e as condições sociotécnicas e tecnológicas que as

possibilitam, pois se o sujeito moderno nasce de relações de saber e de poder e não necessariamente de um movimento contrário, faz-se necessário destacar, nesta dimensão cultural, o movimento da organização e construção do conhecimento e da informação (não apenas desde um ponto de vista epistemológico, mas desde um ponto de vista arqueológico) é o modo como o saber se dispõe que vai se constituindo, fabricando temas, visão de mundo e da realidade e produzindo verdades (FOUCAULT, 1969).

Portanto, esta seção objetiva (re)pensar a sociedade da informação e do conhecimento no Haiti como um fenômeno sócio-político, sócio-antropológico e socioeconômico, por meio da análise dos mecanismos de dominação que mantêm essas estruturas e do estudo das dinâmicas de sua evolução a partir das lutas sociopolíticas e das classes sociais. Trata-se de uma análise da dependência estrutural que procura explicar como os fatores internos e externos da dominação do país interagem dentro da organização social, política e econômica da sociedade-mundo. É uma tentativa de entender os sistemas de dominação local em sua relação com o sistema mundial, pois a sua dependência não é mecanicamente condicionada pelos centros hegemônicos. Existe, portanto, uma dinâmica de interação entre o interior e o exterior.

### **6.1 A (re) departamentalização colonial do Haiti para o sistema-mundo como vetor determinante da organização do estado contemporâneo**

Parte-se do pressuposto de que a apreensão do imaginário sob o qual é instituído o Estado-Nação haitiano requer um exercício holístico de interpretação e de estudo capaz de abranger o (co)agenciamento da ordem colonial, neocolonial e internacional que resultaram na construção de uma realidade social globalmente subdesenvolvida e complexa. Desde a sua gênese no *sistema-mundo*, o país conheceu uma colonização espanhola (a partir de 1492), como primeira intervenção de alteridade e normalização ocidental; uma colonização francesa (a partir de 1697) que intensificou a sua conexão cultural *mundializante* a partir da divisão geoeconômica (África – Santo Domingo – Europa) e resultou à institucionalização do Estado-Nação; e, uma colonização americana (1915) que instituiu no país o vetor neoliberal para a economia globalizada do tipo financeiro.

O reconhecimento do Haiti como nação e dos haitianos como pertencentes à raça humana colidiram inevitavelmente com a realidade objetiva das diferenças que separam seus cidadãos e suas sociedades, com as desigualdades de poder e capacidades dos indivíduos no interior da mesma sociedade e das diversas sociedades. O preço a ser pago pela sua adesão à comunidade internacional e à raça humana foi a assimilação, pois a sua cultura foi deslegitimada (DUSSEL, 1994). Neste sentido, não se tratava de excluí-lo como um “outro”, mas de incluí-lo, negando-o na medida em que é semelhante a si mesmo. Foi o

que aconteceu após a independência do país. As elites políticas se voltaram para o modelo cultural francês como modelo de civilização. Elas adotaram os mesmos significados que seus antigos colonos e mantiveram sua cultura tradicional em um status de subordinação (WEIK, 2015).

[Ou seja] organizar o estado com base no modelo europeu. A grande maioria dos haitianos falava apenas crioulo, mas a língua francesa foi mantida; a grande maioria praticava apenas vodu, mas a religião católica se tornou a religião oficial; o Código Napoleônico, o sistema educacional francês e as estruturas administrativas desenvolvidas na França continental foram adotadas. Na vida pública e na vida privada, modelaram-se uma organização e um modo de vida que só fez sentido para a minoria daqueles que detinham o poder". (BESSIS, 2002, p. 16, tradução nossa<sup>19</sup>).

Portanto, pode-se dizer que, desde a sua concepção nacional, o Estado da nação haitiana foi estabelecido com base na exclusão da maioria nos critérios da linguagem, expressão artística, práticas culturais e religiosas diferentes do cânone eurocêntrico (BESSIS, 2002). Desde o início, houve um divórcio entre o Estado e a sociedade e, especialmente, no que diz respeito à inclusão social, política e emancipação econômica.

É, exatamente, este divórcio que define e orienta as relações de produção (sociais e técnicas) e as classes sociais dinamizadas e permutadas na ordem mundial por meio das políticas do Estado. Para a sociedade da informação cujas instâncias de valor estão instrumentalizadas nas categorias "informação-conhecimento-tecnologia", a compreensão do subdesenvolvimento do país não se deve enquadrar como um estágio, mas de um processo difícil de ser apreendido na concepção global da evolução das suas estruturas. No país, a institucionalização efetiva e materializada desta natureza de sociedade e as formas de ser e de viver dos seus incluídos estão vinculadas às possibilidades e impossibilidades das capacidades/incapacidades que decorrem da dinâmica social-histórica na distribuição de privilégios, chances e oportunidade entre as instâncias sociais e individuais.

Sob esta organização social, estão configuradas as propriedades, funções e atributos da esfera informacional. Tais elementos modelam e definem as medidas matemáticas de desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, sejam: na relação do país ao outro desenvolvido ou na relação do centro à periferia no interior do país, e, são as condições materiais de realização da vida que decorrem desta realidade social-histórica.

---

<sup>19</sup> [En d'autres termes] organiser l'État en s'inspirant du modèle européen. L'énorme majorité des haïtiens ne parlaient que le créole, mais on conserva la langue française; l'énorme majorité ne pratiquait que le vodou, mais la religion catholique devint la religion officielle; le code Napoléon, le système d'éducation français, les structures administratives élaborés en métropole furent adoptés en bloc. Dans la vie publique comme dans la vie privée, on calqua une organisation et une manière de vivre qui n'avaient à la rigueur de sens que pour l'infime minorité de ceux qui détenaient le pouvoir.

Eles definem e condicionam o acesso à Cultura, dispositivos de informação e comunicação, as determinadas competências disponíveis, entre outros indicadores (VICENTE; LOPEZ MENENDEZ, 2003; CITRARO, 2012). Para a realidade do país, entendido como *subdesenvolvido*, eles são considerados como os critérios de avaliação e de referências que produzem seus efeitos perversos próprios, sobre o indivíduo haitiano, a sociedade e sobre o desenvolvimento econômico, social, político e cultural. São configuradores das consequências diretas sobre a Educação, a saúde, a produção, a política e a vida material.

Na sociedade haitiana contemporânea, eles são, heurísticamente, a causa e a consequência da normalização social do tipo informacional. As possibilidades e impossibilidades do país de articular-se, historicamente, ou seja, operacionalizar a inclusão social, econômica e cultural entre as categorias (conectados e não conectados; inferricos e infopobres) que transitam desta congregação histórica dos seus imaginários. Herdado do colonialismo, pode-se dizer que o imaginário do Estado-Nação haitiano é, desde a sua gênese, uma pura ficção e um imaginário vazio (CORTEN; MOLINA, 2015).

Pois o Estado nem se entende como uma instância de unificação de classes e estratos sociais: é pura representação da nação tanto aos olhos da própria população como aos olhos da elite para o mundo “estrangeiro” ocidental; para que qualquer identidade haitiana seja estritamente inimaginável (DUSSEL, 1994). As evidências disto são as ações de violência empreendidas pelo Estado para obstaculizar e/ou negar à população o direito de desenvolver e criar valores sociais sobre suas próprias tradições culturais, diferenciadas daquelas normalizadas desde o olhar do Ocidente (HOFFMANM, 1990; NICHOLLS, 1996).

Conseqüentemente, é desta alteridade que decorre a incapacidade da instituição do Estado-Nação haitiano para efetivar uma aplicação generalizada dos direitos humanos aos seus indivíduos; pois a sua originalidade consiste em negar a nação àquele que ele não para de recorrer. Uma nação que só é real adotando um culto ocidental (HURBON, 2005), uma língua ocidental (POMPILIUS, 1985a, 1985b), um sistema educacional ocidental (BRUYNINCKX; PILON, 2010) e, simplesmente, um projeto civilizatório ocidental (DUSSEL, 1994). Portanto, este Estado-nação é estabilizado numa funcionalidade *transnacionalizada* e *transnacionalizante* que configura a sua essência no constante “mimetismo” dos Estados-Nações ocidentais e se realiza como uma estrutura simbólica formal, na maior lacuna possível com a sociedade civil e, portanto, no maior desinteresse em relação a uma aplicação dos direitos humanos ao povo (BESSIS, 2002).

Esse Estado-Nação fictício instaurado e enraizado nesta aposta *transnacionalizante* não consegue permitir à sociedade nacional determinar suas próprias prioridades. Mas acima de tudo, ele promove uma subjugação (assujeitamento) cultural que parametriza a

marginalização da grande maioria e transposição das demandas da população na esfera da maioria minorizada na agenda do Estado, na direção que efetiva a perpetuação e manutenção das relações de poderes herdadas da ordem colonial (DUSSEL, 1994).

Esta ficção se desdobrou numa organização do poder que produziu, à sua vez, efeitos distorcidos e falhou com as apostas da emancipação do Estado-Nacional. Esses efeitos decorrem da instrumentalização da razão pelo poder colonial, chamado por Dussel (1994) de “Ego conquiro”; a sua essência material surgiu num movimento simultâneo do colonialismo e do capitalismo que molda tanto a formação antropológica do ser haitiano para a *sociedade-mundo* como a institucionalização da Administração pública do país. É este movimento que se intensifica e transpõe as condições de realização da vida no espectro da propriedade privada e a exploração do “outro” como direito de representação dos valores humanos na sociedade haitiana.

Esta configuração cultural tem possibilitado a instauração e manutenção de um sistema político-econômico-social pluto-clepto-genocidiocrata marcado por desigualdades extremas, corrupção endêmica e violência epidêmica. Na administração pública do país, é instaurada uma cultura de governabilidade reprodutora de efeitos perversos de um pensamento político amealhado pelo patrimonialismo, favoritismo, nepotismo e as viciadas práticas de clientelismo, apropriação de fundos e bens públicos, fraudes, tráficos de influências e dilapidação de fundos públicos [...] mascarados pela burocratização do aparato do Estado (BUREAU DE RECHERCHE..., 2007). No decorrer das experiências da administração pública do país, lemas como: “Depenar a galinha, mas, cuidado para que ela não grite”, “todos somos ladrões” e “nadar para sobreviver” costumam normalizar e naturalizar a reprodução da violência do Estado na gestão dos bens públicos (CADET, 2008).

Para as apostas da sociedade da informação e do conhecimento, os distúrbios desta cultura na Administração pública são obstaculizadores à inteligência social, como eixo norteador das novas mutações estruturais em prol da modernização do aparato do Estado. Esta modernização que, se suporia centralizar nas funções da informação como instrumento de controle social se normaliza, infelizmente, nesta filosofia de gestão que permeia todos os níveis da Administração Pública. Portanto, ela é assimilada pela obstrução da dinâmica que daria lugar de destaques aos diversos aparatos de informação do Estado (arquivos, bibliotecas, centros de documentação etc.) para a consecução da democracia participativa por meio da publicização da informação, produto e insumo dos processos de gestão pública. Consequentemente, a corrupção generalizada no país se mecaniza, paradoxalmente, em uma ordem de “dissimulação informacional” e de tentativa de labelização técnica para a publicização da informação pública.

A corrupção generalizada no país, como produto desta construção sócio-histórica, desafia este espírito funcionalista e determinista que orienta a filosofia da sociedade da informação e do conhecimento que costuma centralizar a questão das lutas contra a corrupção no vetor informacional, especulando sobre a capacidade das TICs para a criação de um ambiente de transparência (GOUVERNEMENT, 2012). Do entendimento geral deste fundamento, pode-se dizer que os investimentos em prol do e-government, das tecnologias sociais e das ações sobre a informação constituem, realmente, possíveis ferramentas de abertura e anticorrupção para a sociedade. No entanto, a análise de impactos da corrupção sobre o desenvolvimento do país se encontra em uma abordagem socioantropológica e política (em termos, lato sensu) que supõe superar este funcionalismo, na busca da compreensão das particularidades do fenômeno da corrupção e seus vínculos com as motivações e incentivos econômicos que controlam o poder corruptivo dos agentes e das agências do Estado por meio de regras de diversas formas de desviação de condutas (BRODEUR, 2012).

Neste sentido, combater a corrupção institucionalizada e estruturada no país significa reformar o aparato do Estado desde outra filosofia. Isto é empreender reformas políticas, econômicas e sociais profundas nos serviços que enquadram o domínio público. Nas capacidades de configuração da expansão capitalista, a reforma econômica é um pilar principal e estratégico na luta anticorrupção; a desregulamentação e a expansão dos mercados são ferramentas poderosas na institucionalização da corrupção (WORLD BANK, 1997).

Nesta lente econômica, pode-se dizer que as formas de violência sobre as quais é institucionalizado o aparato econômico do país repercutem nos diversos modos, meios e mecanismos de combate à corrupção e o configuram mais como um instrumento de regulação política, econômica e social do que como um instrumento de desenvolvimento e de emancipação, pois ele carrega objetivos “ocultos”; portanto, estrutura-se em meios de manutenção e a preservação do poder dos aparatos (jurídico, sociocultural e institucional) do Estado em prol da reprodução das anomalias e em detrimento de uma cultura de transparência no sistema de governança (BRODEUR, 2012).

A acumulação das manifestações do imaginário colonial sobre qual é institucionalizado o Estado-Nação haitiano que padece em colmatar a sua brecha com a sociedade civil para a aplicação dos direitos humanos à população e do imaginário neocolonial que impossibilita o divórcio com a lógica de predomínio econômico, político e cultural entre os grupos sociais, resulta-se em um instrumento nas mãos dos blocos oligárquicos para exercer o domínio da esfera pública e o controle de seus agentes (BRODEUR, 2012). Estas manifestações de centralização de poder obstaculizam tanto os

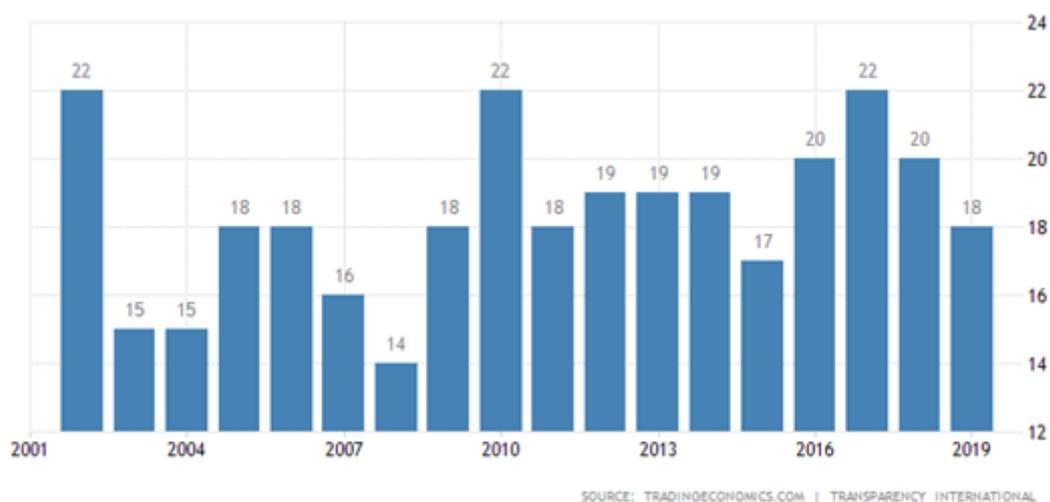
processos deliberativos como os discursivos nos mecanismos de normalização do aparato do Estado, pois a dimensão e o espaço públicos são confiscados por certos grupos políticos e os procedimentos e dispositivos que proporcionariam práticas de transparência são controlados e enfraquecidos.

As manifestações desses estratégias são muito evidentes nas anomalias de normalização da sociedade da informação e do conhecimento no país. Para mediar essa passagem com a importância do acesso à informação como elemento essencial para o respeito aos direitos fundamentais no país, é importante ressaltar que na Constituição de 1987 é dedicada uma seção ao direito à informação no capítulo dos Direitos fundamentais. No entanto, apesar do reconhecimento do direito à informação e de sua importância na Constituição haitiana, não existe uma lei que garanta o exercício efetivo desse direito no ordenamento jurídico haitiano (COMMISSION..., 2015).

De fato, em 2013, no Relatório de Autoavaliação da República do Haiti apresentado ao Mecanismo de Monitoramento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, o governo haitiano reconheceu que o país ainda não possui uma lei definindo o direito de acesso à informação (COMMISSION..., 2015). Além disso, não há um procedimento administrativo no país para responder às solicitações de acesso à informação dos cidadãos haitianos. Portanto, um usuário haitiano não dispõe de uma garantia jurídica suficientemente objetiva para solicitar e obter informação de um órgão público. No mesmo ano, o Parlamento haitiano também previu na Lei de Prevenção e Repressão à Corrupção que “seria adotada uma lei para definir o direito de acesso à informação” e, conforme Comissão... (2015, p. 12) até agora, tal lei não foi adotada.

Os modos de institucionalização da corrupção no aparato do Estado desproveram o país de uma estrutura legislativa que garanta o acesso efetivo à informação, restringindo, assim, a participação do cidadão no sistema democrático ao negar à sociedade civil as ferramentas que lhe permitam participar plenamente na vida democrática. Isto é manifestamente a efetivação dos possíveis mecanismos de controle do aparato do Estado que costumam existir nestes países.

Essas impressões são refletidas, entre outras coisas, ao analisar a evolução do Índice de Percepção da Corrupção no país. De 2001 a 2019, o país acumulou uma média de 18 pontos entre 100 no *cálculo aritmético* do índice de percepção da corrupção (TRANSPARENCY..., 2020). O Haiti figura entre os países mais corruptos do mundo. Isto constitui em um dos problemas sistêmicos que deve enfrentar o país para garantir seu desenvolvimento.

**Gráfico 6** – Evolução do índice de percepção da corrupção no Haiti.

**Fonte:** TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020.

A institucionalização da corrupção tem impactos econômicos e sociais consideráveis sobre o desenvolvimento do país. Conforme Bureau de Recherche..., (2007), há perda de receita em impostos, pois pagar propinas para evitar pagar impostos é uma prática difundida no Haiti. Além disso, o uso indevido e o desperdício de fundos públicos prejudicam seriamente a economia e o desenvolvimento do país. Sob este ângulo, o setor de compras públicas, ou seja: as compras públicas de suprimentos, serviços ou projetos com financiamento externo, representa um setor com alto risco de corrupção (ORGANISATION..., 2011) e onde as perdas são substanciais (com o aumento de preços, adjudicação de contratos a familiares e peculato, etc.).

É necessário ressaltar o papel *transnacionalizante* das agências externas na manutenção e institucionalização da corrupção no país. Considerando o país como “a república das ONGs” (KLARREICH; POLMAN, 2012), pode-se dizer que a responsabilidade pela institucionalização da corrupção decorre da cumplicidade compartilhada de todos os atores presentes no país, ou seja: os cidadãos, autoridades políticas, funcionários públicos e empresas, mas também atores estrangeiros, como organizações internacionais (OIs) e organizações não governamentais (ONGs).

Essa dimensão transnacionalizada da corrupção no país engloba relativamente todos os mecanismos institucionais e estruturais da corrupção. Como consequência direta do liberalismo, ela (re)surge como possibilidade de acumulação primitiva de capital; por tanto, se intensifica em um contexto econômico favorável marcado entre outras coisas pela transposição dos lugares de poder agenciada aos moldes das agências econômicas. E, em

um país empobrecido como o Haiti, essa dimensão pode ser lida desde o pensamento que orienta a relação do país com o “outro” desenvolvido e financiador; o transformando como lugar de exploração do poder político e de institucionalização das práticas de corrupção. É, nesse contexto, que a corrupção se configura em muitos casos, no interior das redes de captação de benefícios, exatamente o *modus operandi* de algumas ONGs nas áreas de desenvolvimento no país.

Como parte da pesquisa de diagnóstico sobre governança e corrupção realizada no Haiti em 2007 - 41% das ONGs declararam pagar (ou seja, "sempre", "quase sempre" e "às vezes") - propinas para obter contratos públicos; e quando as ONGs e demais organizações internacionais foram solicitadas a estimar a frequência com que pagavam propinas para obter serviços públicos, os resultados eram inequívocos (telefone: 17%, eletricidade: 16%, pagamento imposto: 16%, serviço alfandegário: 15%, água: 11%, registro de contratos: 11%, serviços postais: 6%, etc.) (BRODEUR; DELORME, 2011).

A sofisticação da burocracia coordena-se à lentidão administrativa afetam muito o investimento estrangeiro local e dificulta o desenvolvimento do setor privado e a capacidade do Estado-empendedor no país. Conforme Alix (2010), em termos de regulamentação do setor empresarial, o Haiti ocupa o 151º lugar entre 183 países. De fato, pode-se dizer que é muito difícil realizar transações no Haiti e os direitos de propriedade estão muito mal protegidos.

Desta correlação entre a complexidade dos procedimentos de operacionalização econômica e a normalização da corrupção, muitas empresas optam em investir em outros países, dentre as poucas que optam por se instalar no país, grande parte das suas receitas é capturada pelos interesses privados e particulares, em vez de chegar aos cofres do Estado (ALLIX, 2010). A corrupção também tem impactos mais difusos em fenômenos como a inflação. Segundo Honlonkou (2003), a troca de subornos afeta o preço de custo e o preço de venda dos produtos e pode levar a um aumento generalizado nos preços.

Relacionado a esse quadro, o desemprego e alto custo de vida representam, para as famílias haitianas, dois problemas principais do país (BUREAU DE RECHERCHE..., 2007). Sob esse ângulo, a corrupção é entendida como um vetor que dificulta a criação de empregos e contribui para o aumento do custo de vida; situação sobre a qual se sustenta a precariedade das condições de vida no país. Igualmente, o uso indevido e a apropriação indevida de recursos, o favoritismo e outras práticas similares criam situações de injustiça social e alimentam o cinismo popular.

Isto resulta em uma perda de confiança no Estado, nas elites e nos agentes públicos. No entanto, a confiança é a base de qualquer regime democrático, em um ambiente em que o nível de confiança é baixo, é difícil mobilizar as pessoas e realizar mudanças duradouras.

72,6% das famílias haitianas não acreditam que o governo seja coerente em seus esforços no combate à corrupção (BUREAU DE RECHERCHE..., 2007).

Se o desenvolvimento do país exige o fortalecimento do Estado e a adoção de boas práticas em questões de governança. De fato, o estabelecimento de um sistema de governança eficaz e íntegro requer a adoção de boas práticas de gestão, ética e responsabilidade social (BRODEUR; DELORME, 2011) e, nesse contexto, combater a corrupção é um elemento essencial.

Paradoxalmente, o cenário se define na: persistência de um ambiente cultural ancorado na reprodução da violência do sistema-mundo, ausência de um marco jurídico que garante a efetivação do acesso à informação pública, a falta de transparência, centralização de decisões, descumprimento de regras; são práticas contrárias aos princípios da boa governança e que contribuem para a manutenção e o fortalecimento da corrupção. Portanto, uma modernização de Estado centralizada nos aspectos estruturais da infraestrutura reguladora, ou seja, mudanças legislativas e ratificação de tratados, não garantem, por si só, a efetivação do combate à corrupção endêmica e sistêmica no Haiti.

## **6.2 Da colonização “americana” ao extrativismo informacional**

Em prol da implementação da doutrina de Monroe na América Latina e no Caribe, no início do século 20, a colonização como prática das relações do Ocidente com o “outro” se desdobrou em neo-colonização americana. A política americana no Haiti se uniu à das metrópoles europeias em relação às colônias na África subsaariana e no Oriente Médio. Desta idealização neocolonialista, esses países, pertencentes às sociedades periféricas, precisam ser modelados conforme o marco da especialização internacional do trabalho. As dinâmicas dessa especialização internacional do trabalho decorrem da organização econômica do Centro e se consolidam, na contemporaneidade em uma economia cujas matrizes de (re)produção se encontram nas categorias: Informação-Conhecimento-Tecnologia. Portanto, a ocupação americana no Haiti a partir dos anos de 1915, presumivelmente, tendia a uma modernização dos aparelhos do Estado considerados arcaicos e incapazes de produzir uma infraestrutura e uma burocracia adaptada às dinâmicas dessa organização econômica (HURBON, 1987).

Enquanto as nações do Centro estavam se normalizando nas novas dinâmicas da revolução industrial e configurando o projeto da globalização financeira, o Haiti estava absorvendo essa alteridade econômica e uma intervenção político-militar que afetou seu futuro sócio-histórico e o configurou diferentemente. Essa prática constante de alteridade, isolamento, humilhação e inferioridade não é originária da neo-colonização americana, mas

se (re)intensificou com a ocupação estadunidense no país. Desde o exterior, ela é uma das manifestações da violência econômica, o veículo de penetração das relações de mercados (OGECIME, MOURA, 2020a) e uma ação coordenada e de manutenção da expansão imperialista e hegemônica dos Estados Unidos da América, particularmente, na América Latina e no Caribe.

Essa dinâmica se transmutou em uma nova hierarquia cultural entre o país e os de centro. Sob esse ângulo, pode se dizer que o empreendimento de desvalorização continua a forçar a nação haitiana a internalizar sua inferioridade e a exigir tenaz e energicamente a cultura do “*outro*”. Esse movimento de alteridade cultural que orienta esta nova dimensão imaginária na (re)configuração do Estado-Nação Haitiano não é desprovido de efeito no que diz respeito à prática política que os americanos estabeleceram no país. Em um de seus discursos, pouco antes da invasão “*americana*” no país, em 1915, o Secretário de Estado, da Cidade de Lansing nos Estados Unidos da América, baseou a diferença entre barbárie e civilização na questão da raça para etiquetar e justificar a invasão do país:

A raça africana é incapaz de se organizar politicamente. Esta raça carece da genialidade de governo. Indubitavelmente, há nela uma tendência inerente de voltar à barbárie, de sacudir o verniz da civilização à qual sua natureza física é alérgica. Certamente, existem muitas exceções individuais a esse defeito congênito, mas isso é verdade para a massa, como temos experiência aqui nos Estados Unidos (MANIGAT, 1991, 378, nossa tradução<sup>20</sup>).

Esta irrupção na sociedade haitiana é mais uma das manifestações da demonstração do imaginário do “branco salvador” no país para dar soluções aos problemas da sociedade haitiana, considerada como bárbara. A relação entre nação civilizada e nação bárbara estabelecida com base na superioridade cultural é uma relação de poder ou dominação que se estende em todas as localidades de poderes no país. Conforme Dussel (1994), a noção bárbara só ganha materialidade na relação com a sociedade ocidental e civilizada. É uma falta, um vazio, em latência de ser preenchido pela civilização.

A ocupação americana resultou no estabelecimento de uma estrutura de dominação político-democrática. Ela condicionou o poder político em sua organização e seu funcionamento. Cabe ressaltar que aqui, não se faz referência a uma noção de democracia como sistema de organização do poder para e pelo povo; mas de uma noção de democracia como ideologia e estratégia de orientação da economia política do sistema-mundo; nela, são

---

<sup>20</sup> “La race africaine est incapable de s'organiser politiquement. Cette race n'a pas le génie du gouvernement. Sans aucun doute, il y a en elle une tendance inhérente à revenir à la barbarie, à secouer le vernis de civilisation auquel sa nature physique est allergique. Bien sûr, il existe de nombreuses exceptions individuelles à cette anomalie congénitale, mais cela est vrai pour la masse, comme nous en avons l'expérience ici aux États-Unis”.

carregadas capacidades objetivas de organização de mundo aos moldes do capitalismo global.

De fato, a ocupação americana no país se objetivou em estabilizar a vida política haitiana, na fé de estabelecer práticas democráticas na política haitiana; em resumo, adaptando-a mais efetivamente ao novo status de dependência e a integrando ao sistema de subordinação política que eles vieram impor a toda a América Latina (CASTOR, 1974). Isto resultou na instalação das redes transnacionais que se transmutam e desdobram na manutenção das relações de dependência na economia contemporânea do país.

Este movimento orienta este imaginário neocolonial na instância de normalização econômica e política do Estado-Nação haitiano: 1) na fronteira da ideologia liberal, que reduz e deslocou o espectro de operacionalização da mundialização para a hegemonia americana, chamado “americanização” por Galbraith (1997) - uma pura invenção estratégica de penetração econômica nos países subdesenvolvidos e uma atribuição natural do poder explícito do monopólio de significados legítimos da sociedade capitalista; e 2) na (re)institucionalização da hierarquia da cor, o discurso da diferença e as práticas subsequentes cuja origem esteja na filosofia que orienta as instâncias civilizacionais da modernidade ocidental euro-centralizada. Consequentemente, além de que a população haitiana foi composta etnicamente de mais de mais de 85% de negros, a *pigmentocracia* ganhou força como critérios de ocupação dos postos superiores dos aparatos do Estado, paralelamente, à consolidação da posição dos miscigenados no setor econômico do país. (CASTOR, 1974; PIERRE ETIENNE, 2007).

Historicamente, esta instrumentalização da razão e da vida material centralizada pelo poder colonial dificulta a efetivação da integração nacional no que diz respeito à garantia de um acesso igualitário e equitativo à Cultura, Educação, chances e oportunidades na vida econômica e política do país. Ela mecaniza e reproduz, constantemente, uma espécie de desenvolvimento separado, do *apartheid*, na institucionalização do aparato do Estado.

Da reprodução da organização social do mundo, a constatação é que estamos diante de uma sociedade dividida entre quem participa do desenvolvimento e quem está à margem dele. Isto mostra que existe uma raiz genética a este fenômeno da marginalidade. Eis, trata-se da superposição civilizacional e cultural no país, ex-colônia no sistema escravagista onde nunca houve uma verdadeira fusão de cultura e civilização entre as diferentes raças, culturas e civilizações que o compõem.

Esta situação deixa sequela historicamente significativa ao nível socioétnico, étnocultural, econômico e político. Esta estruturação da marginalidade é originária do projeto da modernidade segundo a qual no Haiti, país subdesenvolvido, existe simultaneamente um setor tradicional e um setor orientado a se modernizar. Esta contextualização da

marginalidade se refere a áreas e setores que ainda não assimilaram as normas, valores e formas da modernidade. A marginalidade designa os grupos da mesma sociedade haitiana que não conseguem enquadrar-se na intimidade de suas próprias estruturas. É esta violência histórico-estrutural que ainda dificulta a garantia dos Direitos Humanos para todos no que diz respeito ao acesso à Educação, Saúde, às competências e benefícios desta economia da informação e do conhecimento.

As características desta marginalidade são a falta de pertença e de participação, a falta de integração funcional interna (ou falta de organização); a integralidade por um lado porque diz respeito à situação dos marginalizados em todas as esferas da sociedade e, por outro lado, porque esta realidade configura uma sociedade dual e separada. Este último aspecto situa o problema do subdesenvolvimento nas próprias raízes do marginal. A partir do condicionamento histórico e estrutural, o marginal se torna um sujeito ou comunidade com pouca capacidade de iniciativa e ação.

Desde este prisma, pode-se dizer também que, se a razão colonial fundamentou a questão da cor como categoria de exploração, foi a ocupação americana no país que reintensificou o conteúdo dessa ideologia na reconfiguração do Estado haitiano no início do século XX; pois o Estado precisa alinhar-se aos moldes da lógica da biopolítica da sociedade-mundo para normalizar a sua relação com o “outro” ocidental-hegemônico.

Consequentemente, hoje o país consolidou uma elite econômica à “pele branca” (DORÉLIEN, 2012). Ela é composta na sua grande maioria de descendentes de antigos colonos franceses, alemães e de imigrantes árabes provenientes da Síria e dos territórios palestinos. Conforme Arlandis (2017), 3% desta categoria de afortunados detém mais de 80% da riqueza do país. Isto justifica o fato de que a normalização econômica do país segue a sua lógica de subordinação à administração colonial seja internamente, entre os agentes econômicos nacionais ou, externamente, na relação do país com o ocidente.

Deste cenário, a tese da economia em redes, defendida por Castells (2011), já tinha encontrado a sua efetividade no país com a colaboração dos países ocidentais para a organização do poder da rede financeira global, favorecendo assim o domínio sobre o espaço-tempo para a comunicação dos agentes envolvidos. Esta economia em redes se culminou, graças às tecnologias da informação e de comunicação, à criação e performance de uma elite financeira que se institui em duas oligarquias econômicas se organizando em: uma burguesia comerciante que (re)normaliza a cultura da renda e a institucionalização da corrupção e uma burguesia parasita cuja captura econômica decorre no processo de controle do aparato político do Estado (JEAN-BAPTISTE; ADRIEN, 2019).

É nessa cultura econômica que é matrizada a inteligência econômica e de produção da vida material no país; eis, uma inteligência econômica produtora de “*inteligências*

*operacionais exploracionistas*” voltadas para e pelo exterior; movimento do qual os mecanismos de maximização de lucro normalizam a eficiência das técnicas neo-gerenciais em detrimento da responsabilidade social dos agentes econômicos.

Com a extensão mundial da internet, o desequilíbrio que separava o país com o “outro” desenvolvido se configurou em um novo tipo de colonialismo à manifestação múltipla e complexa. Da consideração de que a internet é o meio mais rigoroso de que dispõe o capitalismo para transmitir os seus modos de relações sociais e culturais, as condições de domínio da informação e seus canais se tornam os atributos da instância do poder que define a desigualdade da disputa cultural. Isto é a sofisticação da prática do **extrativismo** na nova superestrutura, mais comumente chamada de “ciberespaço”. Este **extrativismo** não se resume apenas a uma instância da economia política, mas uma forma de ser, de pensar e de existir (GROSFOGUEL, 2016). Ele é a abstração e a conglobação dos diversos mecanismos e manifestações do predomínio econômico, político e/ou cultural dos países chamados “desenvolvidos” e mais influentes culturalmente no sistema-mundo sobre o “outro” empobrecido e subdesenvolvido.

A dimensão da informação neste processo remonta à prudência Heideggeriana sobre esta noção que não se reduz apenas a uma instância da linguagem, mas que abrange a noção da consciência de si e a essência histórica do sujeito e da cultura (HEIDEGGER, 2012). Trata-se, neste contexto, de um atravessamento de uma filosofia da informação que é, a sua vez, uma filosofia de vida ou do digital (como natureza de sociedade da informação) e uma filosofia da linguagem, da cultura e da existência consciente, aquela que abrange a dimensão do “outro”, da verdade e da História.

Isto é a evocação socioantropológica da dimensão neuronal, social e cultural da memória na construção do ser e da cultura (OGECIME; SILVA, 2019). Uma inter-relação que ganha materialidade na exteriorização do sentido, no olhar sobre o “outro”, na ideologia dominante, nas verdades da época e nos processos muito reais (materiais, técnicos, sociais, econômicos, históricos) que organizam a consciência e seus reflexos cognitivos.

Nos processos econômicos, Grosfoguel (2016) destaca uma transição do extrativismo econômico que era operacionalizado pela acumulação primitiva do capital para um extrativismo ontológico e epistemológico, movimento possibilitado pela consolidação e deslocação histórica do agenciamento do capital nas instâncias culturais. Este movimento é o *modus operandi* que abstrai, subordina e orienta o modo de pensar sociedades desde a negação das prioridades locais para reproduzir o mimetismo em prol do outro desenvolvido, pois é um mecanismo (re)produtor de sentidos e detém o poder de construção de valores na sociedade-mundo. Esse mimetismo está associado à popularização da hipótese culturalista segundo a qual o atraso econômico do Terceiro Mundo pode ser explicado por seu atraso

cultural que esconde um movimento de reciclagem de polarizações etnocêntricas sócio-históricas (*civilizado versus primitivo*, ou *desenvolvido versus subdesenvolvido*). É nesse poder que se materializam as relações sociais sobre a informação e o conhecimento e os diferentes modos de institucionalização e instrumentalização de suas (re) produções.

A abrangência desta lógica extrativista ocupa todos os espaços e instâncias de produção e reprodução da vida à escala planetária. Na sociedade da informação e do conhecimento, as capacidades que se emprestam ao capitalismo cognitivo e informacional de produzir valor e riqueza estão organizadas desde dentro pelas lógicas civilizatórias ocidentais que destroem, subalternizam e apropriam registros de conhecimentos do “outro” não hegemônico e instrumentalizam dispositivos e mecanismos de ação sobre a matriz composta pela *informação-conhecimento-tecnologia* pelos eixos de poder de dominação na sociedade-mundo.

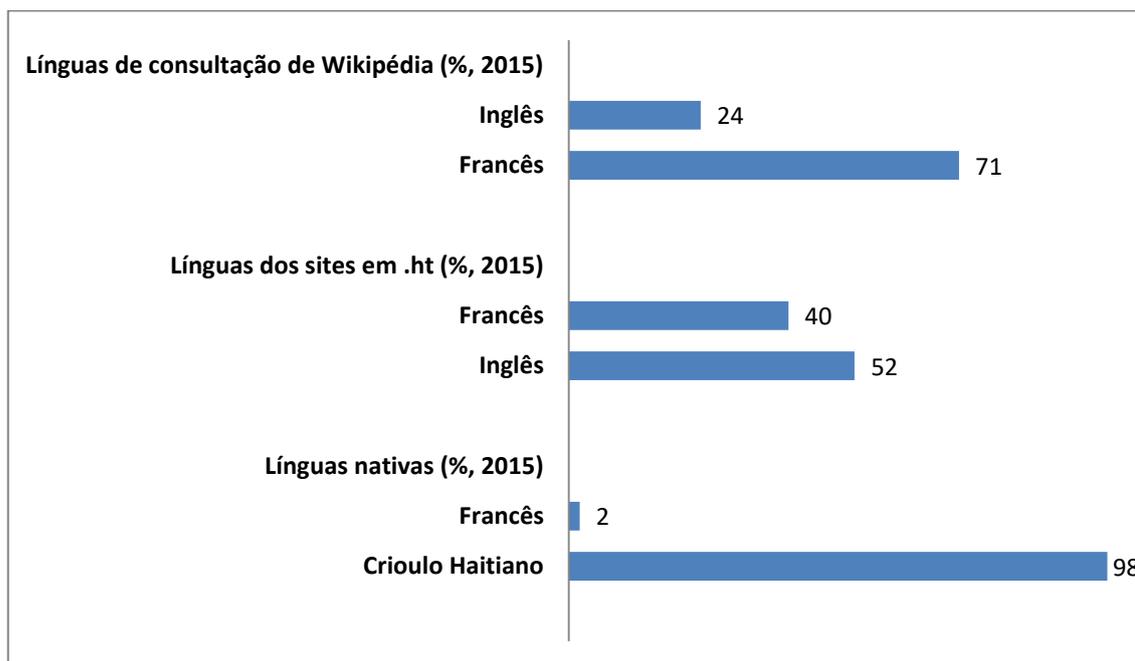
No Haiti, manifesta e historicamente, há uma economia das trocas linguísticas na configuração dessas relações entre o país e o outro hegemônico; uma relação de dominação sustentada pela práxis da linguagem e que se mantém materializada em ferramentas e dispositivos de poder na instrumentalização da informação e do conhecimento pelo poder colonial (seja o poder cognitivo/epistêmico: controle dos especialistas, as diversas competências e/o incompetências – seja também pelo capital cultural consolidado pelos aparatos culturais dos países do centro: visibilidade, reconhecimento e legitimidade, etc.) – Isto é a manifestação de uma capacidade de destituição e subalternização do registro cognitivo e cultural do país. Evidentemente, a língua sendo uma ferramenta de (re)produção cultural é uma dessas fronteiras que separa a cultura dominante e a cultura do país oprimido. Para a economia mundial, o país é coagido a produzir a sua cultura nos idiomas dos países do Centro e as suas disciplinas em vez de pensar desde os problemas que as suas sociedades enfrentam.

Repontuando que, pela lógica colonial, o Haiti consolidou contraditoriamente o francês para configurar o seu Estado nacional. No entanto, apenas 2% dos haitianos têm o francês como idioma nativo e só 40% da população é fluente em francês; o aprenderam durante a escolaridade ou podem ouvir no rádio e na televisão e ler na imprensa (LÉONIDAS, 2015). E, paradoxalmente, em 2015, 52% dos sites com o registro de *domínios .ht* foram em inglês e 40% em francês. É relevante ressaltar nesta passagem que o efeito da ausência e a incapacidade de efetivar uma estratégia nacional integrada em prol da sociedade da informação e do conhecimento no país têm conduzido à constatação de um maior avanço na infraestrutura que na info-estrutura; isto é a consequência direta das mudanças estruturais na economia mundial para a implementação da sociedade da informação e do conhecimento à escala global que, a sua vez, se resultou na privatização

do setor das telecomunicações no país no final da última década do século passado (BUSS, 2008).

A interpretação desta passagem evoca a relação existente entre a linguagem, o desenvolvimento do pensamento e a formação antropológica do ser (Ribeiro, 2011). Nesta relação, a linguagem é esse instrumento complexo e fundamental para a construção das relações sociais em torno do capital comunicacional propício pela interação e as trocas sociais e econômicas na sociedade globalizada. As evidências posteriores sobre o caso haitiano mostram, desde uma perspectiva globalizante, a operação da assimilação coordenada das relações sociais criadas sobre as estruturas de linguagem consideradas hegemônicas para a consolidação cultural do projeto da sociedade da informação e do conhecimento. Portanto, na relação do país com o outro hegemônico se torna, manifestamente, um processo de absorção e sujeição dos instrumentos, dispositivos e estruturas linguístico-culturais em detrimento dos países periféricos, como é o caso do Haiti.

Sob esse efeito, as plataformas digitais de serviços de informação, paradoxalmente de construção colaborativa para a sociedade-mundo e excludentes para a grande maioria da população local, se tornam as unidades de informação mais utilizadas no país pelos novos usuários de informação influenciados pela cultura informacional global. Destes distúrbios de planejamento estratégico do setor da informação, a Wikipédia se torna, a sua vez, uma das maiores ferramenta de pesquisa amplamente utilizado no país; e, nela, em 2015, 71% das consultas realizadas no país foram em francês e 24% em inglês (WIKIMEDIA, 2015; WORLD WIDE..., 2015).

**Gráfico 7 – As línguas no Haiti.**

**Fonte:** LÉONIDAS, 2015; WIKIMEDIA, 2015; WORLD WIDE..., 2015 (elaborado pela autoria, 2020).

Esta ilustração desafia a nova lógica liberal que mistifica a emergência de uma emancipação econômica justa e equitativa na periferia por meio da democratização e a desinstitucionalização da produção de conteúdos através das novas tecnologias sociais digitais. Consequentemente, estamos assistindo, na verdade, à (re)configuração e (re)agenciamento das localidades de poder de categoria informacional que condicionam um conjunto de mecanismos originários do poder simbólico estabelecendo a determinação das relações sociais no poder estrutural da sociedade-mundo. Isto mostra como a problemática da violência econômica é natural do sistema econômico; este sistema econômico é organizado desde dentro pelas lógicas civilizatórias ocidentais que modelam a nossa forma de ser, pensar e estar no mundo na direção dos eixos de poder de dominação. É um sistema econômico insulado que persiste em se reinventar apostando em dinâmicas sem recorrer a um melhor ajustamento da sua filosofia; trata-se de uma filosofia de organização de mundo que se materializa pela invenção e exploração do “outro”.

Na configuração da Economia-política da informação no Haiti, este extrativismo do tipo informacional abrange a justaposição e transição das instâncias de agenciamento do poder sobre os significados que mantém: a unicidade da sociedade-mundo, o uso generalizado das tecnologias de informação e as mediações da informação e dos saberes em prol da manutenção das relações de poder do tipo colonial e neocolonial. A transversalidade funcional destas categorias transforma a camada da interação social do ciberespaço como novo espaço de intensificação da competitividade cultural entre o país e o

*ocidentalocêntrico* originário do sistema-mundo (TRIVINHO, 2003; BLOCH, 2017; UNTERSINGER, 2019).

Deste novo paradigma de violência explícita e ideologia, é entendido que o agenciamento da autonomia e autoridade de significar e atribuir significado para o “que ser e não ser, relação e não relação, sentido e não sentido, do valorizado e do não valorizado” sintetiza e mecaniza o poder de sedução e uma potência de fascínio neste espaço desmaterializado. A “Americanização”, como consolidação hegemônica da monocultura *ocidentalocêntrica*, exerce essa violência pelo fascínio ou pela sedução, para a representação pura e simples da sociedade capitalista que desempenha o papel de modelo universal e materializada pelas ideais e modelos de crescimento e de desenvolvimento, estruturas estatais no país. (GOUVERNEMENT, 2012).

Se na sociedade da informação e do conhecimento, a informação e o conhecimento são explorados para fins mercantis (contribuindo, por exemplo, para a emergência de novos mecanismos e relações sociais de trabalho: como a da medição de audiência) ou imaginários socioeconômicos (objetificando a realização da vida conforme a representação das identidades e humanidades digitais a partir da razão utilitária e da fundamentação hegemônica do contexto sócio-histórico do sistema-mundo para as conquistas das mentes), a cultura informacional se imerge no neocolonialismo pela conveniência circunstanciada pelas mídias digitais conectadas em rede.

Neste cenário, as possibilidades de desenvolvimento do Haiti exigem, portanto, a apreensão de uma reflexão mais ampla sobre a evolução da condição social no país frente à tendência de “consolidação de projetos e iniciativas na qual o centro opera a (re)apropriação das tecnologias sociais e, é o arquiteto legítimo para a extração dos benefícios da unificação das culturas (FIORMONTE; SORDI, 2019, p. 108).

Nessa esfera, as TICs, sendo um pólo de crescimento com o que conta o capitalismo para renovar-se, levam à atualização de um antigo debate sobre a ordem geopolítica das correlações de poder do Estado-Nação haitiano e a questão da sua dependência tecnológica para autogerir unificadamente os seus produtos e as suas infraestruturas nacionais de informação. A polarização do domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação evidencia-se, concorrentemente, na privatização das empresas de telecomunicação do Estado e no poder consolidado pelas empresas das novas tecnologias de informação e comunicação, em sua maioria, americanas que perturbam a ordem econômica e as práticas sociais e culturais com um ritmo vertiginoso tanto no país como no mundo (BUSS, 2008; FIORMONTE; SORDI, 2019).

O quadro das condições e possibilidades do país para o desenvolvimento da sua indústria de informação continua se determinando desde a lógica de reprodução das

relações e administração coloniais. Nesta relação, a metrópole, os Estados Unidos da América, detém a hegemonia sobre o setor das tecnologias de informação e de comunicação e as técnicas autômatas de extração da informação/dados usando mecanismos de diversas naturezas, baseadas em inteligência artificial e definem as relações sociais e econômicas instituídas em torno desta indústria (sejam: a informação, as relações de trabalho e as tecnologias) e, o Haiti, a colônia para a exploração da informação, o mercado de consumo e, simultaneamente, a república dos *precarizados* como nova categoria de classe do setor de serviços e da *uberização* da força de trabalho (WILSON; KELLERMAN; COREY, 2013; FIORMONTE; SORDI, 2019).

Deste relé do globalismo americano unilateral, é importante ressaltar o papel da internet tanto como uma tecnologia que tem revolucionado a indústria digital, como uma ferramenta hegemônica e de poder que nutre a soberania de um país na ciberestrutura. Na sua arquitetura e governança, o gerenciamento de nomes de domínio é fornecido pela ICANN, uma instituição reguladora- técnica da rede global (com sede em Los Angeles), e dez dos treze servidores-raiz estão localizados nos Estados Unidos. Isto é, o reflexo da dominância da camada física que constitui as infraestruturas das infovias que realizam o processo de comunicação e a interação informacional pelas mídias eletrônicas (FIORMONTE; SORDI, 2019).

Este imperialismo digital e neocolonial abrange a dependência das infraestruturas de comunicação do Haiti na camada de aplicação do ciberespaço. Esta camada é composta por programas informáticos permitindo que todos possam utilizar a Internet sem conhecimento profundo da programação de computadores (web, e-mail, redes sociais, motores de pesquisa, plataformas de e-commerce, etc.). As revelações de Snowden, em 2013, demonstraram a problemática do sucesso mundial dos programas informáticos das empresas americanas, às quais os usuários confiam seus dados privados e são explorados engenhosamente pelas equipes de marketing ou serviços de inteligência do país. É deste panorama de controle de sistemas que é emanado o ditado “se é de grátis, o produto é você” que substancia a materialização da indústria informacional (ENRÍQUEZ ET AL., 2017; FANG, 2018).

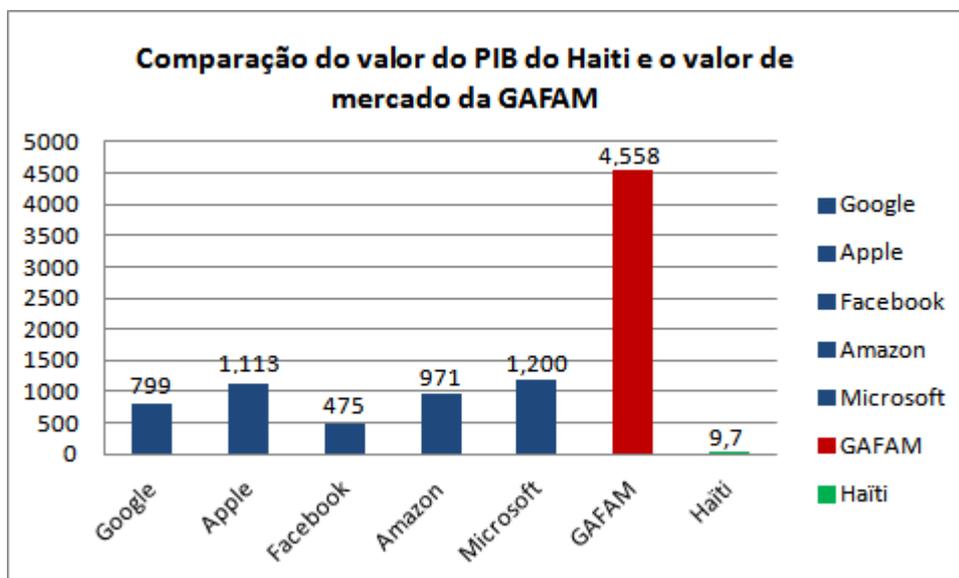
Essa (des)materialização da economia no espectro financeiro decorre da ilusão mantida por essas corporações e empresas na nova economia digital; pois elas não parecem realmente vendedores de novos produtos, mas servem como uma interface; prova disso são os seus valores de mercados. Essas empresas instrumentalizam as análises em contextos e revendas dos dados dos usuários, ou seja, de suas escolhas, gostos e interesses quando eles usam seus serviços na web, particularmente, nas redes sociais virtuais. Assim, elas podem definir seus perfis de consumidor com mais precisão e, em

seguida, ser remunerados, oferecendo às empresas links de publicidade na Internet com impactos comerciais (FIORMONTE; SORDI, 2019).

À medida que o uso da Internet e das TICs cresce, um punhado de pessoas e essas empresas, organizados desde os países do centro ao país, administram e confiscam as promessas de emancipação dessas ferramentas e as monopoliza para seu próprio lucro. Os mais conhecidos são o GAFAM, acrônimo formado por empresas como: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft que se tornaram literalmente essenciais ao usar as tecnologias da informação e de comunicação. Outros gigantes da economia digital poderiam se juntar a eles nesse pequeno império; as empresas da NATU (Netflix, Airbnb, Tesla e Uber), por exemplo, mas o funcionamento dos serviços da maioria deles depende dos da GAFAM: - essas cinco empresas conseguem obter lucros cada vez maiores. Suas capitalizações de mercado nos permitem fazer uma melhor ilustração desta situação.

A capitalização de mercado de uma empresa representa o valor que os mercados financeiros atribuem a ela em um determinado momento. É a quantia que teoricamente teria que ser gasta no mercado de ações para adquirir esse negócio integralmente. Mais do que seu valor real, sua rotatividade ou lucros, este indicador ilustra a confiança dos investidores em seus lucros futuros. Para medir a hegemonia da GAFAM comparada à economia do Haiti; as capitalizações de mercado delas, durante o primeiro trimestre do ano de 2020, equivalem a 470 vezes maior que o valor do PIB do Haiti, considerando o valor do PIB do país em 2018, valor do qual é registrado um decréscimo consecutivo de -1.2% (em 2019) e de -4% (em 2020) - (CEIC, 2020; LA BOUSSOLE, 2020). Embora essa comparação econômica possa aparentar inconsistente para a economia clássica, faz-se uma racionalidade imprescindível para a apreensão das relações e instâncias de poder nas modalidades deste novo capitalismo que se torna, cada vez mais, independente da restrição da acumulação de lucros mediada pelo trabalho concreto.

**Gráfico 8** – Comparação do valor do PIB do Haiti e o valor de mercado da GAFAM (em bilhões de dólares USD).



**Fonte:** CEIC, 2020; LA BOUSSOLE, 2020 (elaborado pela autoria, 2020).

Da intensificação do valor do capital financeiro no interior do sistema de produção capitalista à ocupação do lugar substancial que essas superpotências tecnológicas americanas ganham consideravelmente em nossas vidas digitais, pode-se dizer que quanto mais elas controlam os meios de acesso aos conteúdos informacionais, mais engajam a audiência e a operacionalização de mecanismos sofisticados de dependência dos sistemas nacionais de informação dos países periféricos. Isso gera um poder pluridimensional (ENRÍQUEZ et al.; 2017) sem paralelo que nenhuma mídia tem exercido, até então, na história ocidental; pois ela abrange, universaliza e integraliza as tecnologias da mente, da comunicação, da informação, entre outras, em quase todos os aspectos da vida social do homem na Era digital. Além da dependência tecnológica, isso provoca, no caso do Haiti, um certo deslocamento nas localidades dos poderes para efetivar qualquer protagonismo nacional na gestão eficiente do complexo *"informação-mediação-sociedade"* no desencadeamento dos processos político-econômico-sociais de desenvolvimento do país.

Globalmente, essas empresas usam estes meios econômicos desproporcionais para tentar pesar sobre as legislações dos Estados, adquirir ou fazer desaparecer possíveis competidores para se tornarem cada vez mais hegemônicos. Portanto, se na sociedade capitalista a realização da vida se determina nas instâncias materiais da Economia; com a intensificação do capitalismo cognitivo, a criação de valores sociais sobre as categorias: informação e conhecimento associada com o controle das tecnologias de informação e comunicação pressupõem ganhar um relevante peso instrumentalmente determinante na

formação de subjetividades. Este novo modo de exteriorização da vida e de hegemonia no domínio das tecnologias de informação e comunicação supõem, então, conduzir e possibilitar a estas corporações a capacidade de moldar nossos desejos e comportamentos de acordo com seus interesses.

As suas práticas de corsário de impostos e ambições de controle da economia global constituem uma ameaça para a soberania das nações no que dizem respeito tanto aos modos de institucionalização da esfera financeira globalizada como à dominância informacional de uma Economia centrada, cada vez mais, nas categorias: Informação-Conhecimento-Tecnologia. As recentes ilustrações mais emblemáticas dessas práticas: é o investimento da cooperação Facebook, reivindicando a independência monetária, em prol do desenvolvimento da moeda virtual LIBRA usando as tecnologias de blockchain e as categorias de pessoas que mais lucraram nos últimos anos além da crise persistente da economia mundial (BRÜHL, 2019).

O cenário do Haiti, com seus novos conectados, localizados nas regiões de “centro” do país, coincide com a orientação global desta cartografia no sistema-mundo. Nela, mais de 80% das consultas na Internet em todo o mundo são realizadas, diariamente, desde o navegador da Google (INTERNET..., 2020); o Youtube, transmissor de vídeo na Internet (comprado pela Google em 2006 por apenas US \$ 1,65 bilhão na época) ganha mais audiência que qualquer canal de TV; ele se tornou, desde 2019, o segundo site mais acessado no mundo, uma plataforma digital que atende mais de 2 bilhões de usuários mensais ativos, 70% de seus conteúdos consumidos são determinados pelos sistemas algorítmicos de recomendação, cerca de 500 horas de vídeos são carregadas nesta plataforma a cada minuto, cada visitante gasta, em média, 11 minutos no site todos os dias e mais de um bilhão de horas de vídeo são visualizadas todos os dias; esses dados descrevem um cenário em constante crescimento pela intensificação do processo da transformação digital que se torna cada vez mais um determinante de normalização social (NEWBERRY, 2021). O Facebook, por outro lado, continua registrando cada vez mais usuários, efeito direto desta tendência generalizada da transformação digital no mundo.

Devido que os serviços vendidos são desmaterializados, eles são difíceis de localizar e são comercializáveis facilmente em qualquer país. Isso pode ir além das simples questões comerciais e fiscais. Na verdade, são dados e informações que podem ser organizados em contextos políticos e ideológicos e podem ser sugeridos como uma prioridade específica de consumo para os cidadãos e/ou outros usuários finais. Torna-se então possível manipular opiniões. No Haiti, esta possibilidade decorre das novas formas como a identidade individual e coletiva configuradas pela “tecnologia de si” no uso exponencial das redes sociais virtuais e, como as identidades digitais antigamente esquematizadas pelo Estado, estão conduzindo

e sistematizando os registros digitais de elementos de identificações pessoais, conectados com outros registros de comportamentos dos cidadãos vigiados e controlados por dispositivos digitais.

Esses novos mecanismos relacionadas à cultura digital possibilitam também o estabelecimento de um controle da vida privada por meio destes traços de personalidade, que por sua vez, são objetos geradores de efeitos de perfilação, orientação e captura das mentes e das escolhas dos indivíduos pelos algoritmos, desafiando, assim, a preservação da Democracia. As últimas experiências eleitorais do país evidenciam claramente a fragilidade do Estado-Nação haitiano para preservar-se, coesamente, no interior de um Estado de direito democrático desde esta nova realidade organizada nesta superestrutura formada por dispositivos, aplicações e meios digitais que estão instituindo a sociedade em torno de uma experiência de mundo ditada por algoritmos (JEAN BAPTISTE; ADRIEN, 2019).

Sob esse ângulo, pode-se dizer que o *soft-power* americano da dominância informacional define a instrumentalização e a sinergização destes mecanismos, técnicas e tecnologias que garantem o acesso, tratamento, armazenamento e disponibilização da informação e a comunicação no ecossistema digital para a manutenção e criação das instâncias de valores sobre a informação e o conhecimento no desencadeamento dos processos político-econômico-sociais de desenvolvimento. E, no sistema-mundo capitalista, este desenvolvimento está atrelado, historicamente, à super-exploração da periferia e direcionado pelo sistema hegemônico do capital.

A perspectiva desse cenário nas lentes do amanhã parece assustador quando, essas superpotências, sem contra-poder, sem um quadro ético, cada vez, mais poderosas que os Estados, serão os únicos a possuir e dominar as bases das infraestruturas do século XXI, ou seja: os dados acumulados de bilhões de pessoas, máquinas, plataformas de software, inteligências e habilidades de domínio das técnicas, mas também a maior parte da riqueza do mundo. Nesse quadro, os limites da emancipação real do Haiti, país empobrecido pelo desenvolvimento histórico do sistema capitalista globalizado e hegemônico, encontram-se nas possibilidades de concretizar um projeto de balcanização de suas próprias infraestruturas e info-estruturas nacionais na direção de uma plena defesa de seus interesses nacionais.

O extrativismo informacional, intensificado pela dependência tecnológica, potencializa também o *extrativismo epistemológico* no país. O que significa a espoliação de informações de diversas naturezas para despolitizá-las e (re)significá-las desde lógicas ocidentalo-cêntricas. No país, ainda em busca de uma normalização do seu setor informacional e desprovido de um marco jurídico-legal idôneo para a proteção da

propriedade intelectual, nunca foi tão efetiva a possibilidade da exploração das ideias para comercializá-las e transformá-las em capital econômico ou para se apropriar delas dentro do mercado cognitivo com a finalidade de ganhar capital simbólico e material (EUSTACHE, 2011; HONORE; ASTREL; BORGELLA, 2016).

Para o consumo, os dados e informações de diversas naturezas esquematizados e instrumentalizados do/sobre o país supõem tornarem-se matérias-primas a serem extraídas, tratadas e devolvidas em forma de produtos elaborados. A lógica extrativista supõe efetivar a apropriação das informações e saberes para que as corporações transnacionais e ciberproletários emitam patentes privadas ou para outras agências ocidentalizadas simulam ou beneficiam da propriedade intelectual ou direitos autorais como se fossem próprias ou originais (GROSGOUEL, 2016). Paradoxalmente, isto pode conduzir, de um lado, ao empobrecimento dos operadores culturais do país e, por outro lado, à potencialização da inteligência do “outro” desenvolvido complexificando o seu potencial de fascínio nos elementos culturais que orientam a forma de conhecer, ser e estar do sujeito haitiano o/no mundo.

Se na economia informacional, o patrimônio do Haiti é constituído pelo conjunto de formas históricas que presidem à produção, circulação, apropriação sociais de ideias, de objetos, de sentidos e de símbolos próprios aos saberes e práticas dos seus grupos sociais (Marteleto, 2016); com o imperialismo e o colonialismo digitais, pode-se dizer que é a consolidação geopolítica do conhecimento do norte global que orienta as instâncias de valores destas formas históricas nas localidades de reprodução objetiva dos imaginários (colonial e neoliberal), usando instrumentos da linguagem e ignorando (ou fingindo 'ignorar) a dimensão política desta necessidade de para fins políticos estratégicos.

Para a produção das relações sociais, de valor financeiro, sobre as categorias “*informação-conhecimento-tecnologia*”, tais estratégias complexificam, mecanizam e intensificam a subordinação da indústria cultural haitiana a continuar recorrendo-se e reproduzindo-se nas formas históricas conforme a filosofia instituinte do projeto civilizatório ocidentalocêntrico. Isto é a instauração da tecnicização da violência do sistema-mundo nas relações sociais construídas em torno do progresso das técnicas.

A institucionalização da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti neocolonial é uma questão de sedução simbólica cujas raízes são encontradas em um imaginário ambiente que se baseia nas relações assimétricas que datam da primeira intervenção colonial. O apagamento dos modelos locais e quadros referenciais de identidade produz continuamente a necessidade de recorrer aos quadros de referências da *americanização*. Nessa efervescência, o mimetismo beira a alienação. Os aspectos culturais relacionados a esse modo de institucionalização se encontram e se manifestam nas

relações entre as ações sobre a informação e sua instrumentalização, o ato e proceder de conhecer, a forma de “ser e de estar” no corpo social global, as atuais mídias de massa, o imaginário popular e as práticas sociais. No país, a hegemonia ocidentalo-cêntrica não poupa, portanto, o universo simbólico; e, é nessas relações complexas que a dominação continua envolvendo a instrumentalização do capital simbólico.

## **6.2 O peso do imaginário internacional na configuração do Estado**

Do pressuposto de que “as desigualdades resultantes do desenvolvimento capitalista no mundo geraram a necessidade de se estabelecer uma política de cooperação para o desenvolvimento entre os países” (BRANTES BEZERRA, 2016, p. 107). A cooperação internacional como modo de instituição da relação com o *outro* é tal que se torna um campo de influência unidirecional e desempenha um papel importante no processo de estruturação e configuração permanente das sociedades empobrecidas. Ela é um instrumento de instituição assimétrica do mundo que os países mais industrialmente desenvolvidos e politicamente influentes usam para impor suas ideias e suas visões do mundo. É o predomínio da unilateralidade em termos das soluções propostas.

A cooperação entre os países desenvolvidos e os chamados países subdesenvolvidos se resume ao poder de impor significados imaginários aos países subdesenvolvidos. Sob esse ângulo, a cooperação internacional se entende como operação de imposição do sistema de significados imaginários do ocidente, (re)configurados pelas forças hegemônicas do contexto contemporâneo, a sua vez, orientam o regime de poder que tece a organização política da sociedade-mundo.

Conforme Mende (1975), as motivações da cooperação internacional podem ser amplamente classificadas em três categorias principais: comercial, estratégica e moral. É uma ação de imposição dos sistemas de significados do mundo ocidental e de integração dos antigos países colonizados no sistema mundial. O sistema de cooperação internacional foi criado pelo Norte como mecanismo necessário para a expansão de sua hegemonia (aspectos militares, econômicos, políticos, técnicos). O Norte adquiriu um poder total na sociedade-mundo ao criar uma lacuna intransitável entre o Norte e o Sul sejam nos mecanismos: econômicos, políticos, linguísticos, religiosos, técnicos, etc.; eis, a consolidação da lacuna entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, numa representação mais contemporânea dessas relações de mundo.

Na política internacional, a realidade e as modalidades de integração são marcadas pela desigualdade, pois a integração aqui referida é a integração na subordinação. A sociedade a ser integrada é uma sociedade desqualificada, cujas capacidades sócio-

históricas são desconhecidas. Essa integração é uma forma de participação dependente (TOURAINÉ, 1970) ao poder na sociedade-mundo, que apenas legitima o poder das sociedades hegemônicas. A este propósito, a noção de desenvolvimento como significado imaginário se relaciona estritamente aos valores do progresso, universalismo, domínio da natureza, quantificação da racionalização ocidentalo-cêntrica (LATOUCHE, 2004). Essa nova criação imaginária institui, ao mesmo tempo, novas determinações provisórias (CASTORIADIS, 2002), pois a invenção dos países subdesenvolvidos é a invenção de um atraso a ser compensado para entrar na modernidade econômica e técnica capaz de garantir-lhes progresso material.

Os portadores objetivos e orgânicos da cooperação internacional são as instituições internacionais. Elas formam um aparato burocrático internacional estável, moderno e poderoso. Elas são atores internacionais essenciais na sociedade internacional/global e cumprem os papéis de facilitar a adesão das sociedades chamadas subdesenvolvidas aos sistemas de significados das chamadas desenvolvidas e sua integração assimétrica na sociedade global. As instituições internacionais estão entre as instâncias que mantêm o equilíbrio da sociedade mundial e, provavelmente, a instância irrevogável da dominação efetiva das sociedades subdesenvolvidas.

Deste imaginário, o modo de institucionalização das relações econômicas, culturais e políticas entre os países ricos e países pobres é conduzido pela lógica do: bilateralismo, multilateralismo ou globalismo. Quando seus interesses essenciais estão em jogo, um país rico recorre principalmente ao sistema bilateral. Quando vários poderes compartilham esses interesses ou quando os meios necessários excedem as possibilidades de qualquer um deles, é necessário recorrer à ação conjunta em associações pragmáticas do tipo consórcio. Quando há um desejo de maior despersonalização das relações econômicas, os fundos são canalizados através de instituições em escala global ou regional. E quando se trata de negociações relativas a atitudes e obrigações gerais, ou as regras fundamentais do jogo, o fórum será o do planeta: seja no âmbito das Nações Unidas e seus organismos especializados; seja no âmbito das organizações intergovernamentais criadas para este propósito (MENDES, 1975).

As instituições de cooperação internacional participam na organização do sistema-mundo. Elas desempenham a função de manutenção da sociedade global e de reprodução das relações de desigualdades entre sociedades industrializadas e as outras sociedades. Daí resulta que a institucionalização política seja sempre a institucionalização das relações de dominação. Nunca é um processo neutro; conforme Holly (2003), é deste mecanismo que as instituições de cooperação internacional convertem a relação de poder entre países dominantes e países dominados em uma relação institucionalizada de dominação.

Contraditoriamente, no exercício do poder explícito, essas instituições internacionais não são consideradas evidentemente como árbitras, pois elas respondem aos poderes que as dominam (COMELIAU, 1986).

Sob esse ângulo, pode-se dizer que a sociedade da informação e do conhecimento, como resposta política e modernista, pertence a esta dinâmica de reprodução e manutenção destas relações de poderes em prol da sociedade-mundo. No Haiti, a soma dos imaginários coloniais que materializam o empobrecimento e enfraquecimento do Estado, incapaz de garantir uma vida adequada e digna aos seus cidadãos, abre espaço às práticas da cooperação internacional. Conforme Brantes Bezerra (2016), desde a década de 1950 são instituições internacionais ou não governamentais que se dedicam, progressivamente, “a processar carências causadas por pela ausência e incapacidade do Estado Haitiano” (BRANTES BEZERRA, 2016, p. 111).

Conseqüentemente, o Estado é desacreditado, visto como corrupto e ineficiente. Isto resulta em uma deslocalização gradual das margens de poder do Estado Nacional para a configuração do Estado-parceiro com o setor privado e a abertura de espaço às ONGs.

Na primeira década deste século, este movimento coincidiu com a implementação da agenda internacional para a criação da sociedade da informação à escala planetária, a implicação do uso das TICs e a consecução dos Objetivos Do Milênio (ODM) para o desenvolvimento. Assim, sob a orientação da ONU, se iniciou no país os trabalhos da Força Tarefa da Oportunidade Digital (The Digital Opportunity Force – DOT Force). Esse grupo de trabalho é organizado pelo G8 desde junho de 2000 com propósito de integrar as TICs na cooperação internacional estratégica entre os países-membros (ABU-GHAZALEH, 2003, p. 22).

Como processo natural do imaginário internacional, a criação da DOT Force resultou na criação da “UN ICT Task Force”, supondo atender as necessidades específicas do Haiti e os países mais pobres do mundo. Este plano de ação internacional tem colaborado estreitamente com o processo da DOT Force e as iniciativas do Fórum Econômico Mundial propagando o mimetismo tecnológico no país, surfando, assim, sobre as apostas desta iniciativa que visou operacionalizar a dimensão global à multiplicidade de esforços destinados a diminuir a brecha digital, promover oportunidades associadas à tecnologia digital e, com isso, esperar colocar as tecnologias da informação e comunicação a serviço do desenvolvimento para todos. E, como iniciativa da cooperação internacional, ele supôs primordialmente apoiar e conjugar os esforços sobre o discurso da redução da brecha digital nos países mais pobres (ABU-GHAZALEH, 2003, p. 22).

No país, sob a liderança da ONU, seus departamentos, agendas e sistemas especializados como a: UNESCO, Aliança Global para as Tecnologias da Informação,

Comunicação e Desenvolvimento (GAID); Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA), conselho Internacional de Arquivos (CIA), União Internacional de Telecomunicação; Agenda Digital para a América Latina e o Caribe (eLAC), Observatório da sociedade da informação na América Latina e no Caribe (OSILAC, entre outros – essas iniciativas resultaram em impactos paradoxais (COMISIÓN ECONÓMICA..., 2003) De um lado, elas inspiram progressivamente a promoção do desenvolvimento do ecossistema digital no país mediante este processo de integração e cooperação regional, internacional, fortalecendo as políticas e serviços digitais com o propósito de possibilitar o acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação. Mas, por outro lado, elas não conseguem reduzir a pobreza abjeta e o abismo social no país, como foi projetado nos Objetivos do Milênio (GOUVERNEMENT..., 2010).

Para o Haiti, país empobrecido e considerado como periférico, a associação dos Direitos Humanos e os Objetivos do Milênio é uma operação que carrega dimensões de repressão e de imposição de sistemas de significados do mundo ocidental e de integração como “antigo” país colonizado no sistema-mundo.

O princípio da integração supõe o acesso igualitário às possibilidades da sociedade-mundo e a participação igualitária na ordem comum. Integrar é entrar em pé de igualdade no mundo comum que é a sociedade-mundo. A integração pressupõe o reconhecimento das diferenças e o reconhecimento de uma certa autonomia cultural. É o reconhecimento da igual dignidade de todos os indivíduos e da igualdade de todas as culturas. Seria a integração dos indivíduos e da sociedade na sociedade mundial e a integração da própria sociedade mundial. Não pode haver integração real sem participação na política. A questão da integração é a existência política. É o direito de pertencer a um corpo político, de ter um lugar, é o direito de dar sentido e razão à sua própria ação, assim, à sua própria existência; o direito de ter um passado e um futuro; o direito de se apropriar da possibilidade de controlar o seu presente e futuro.

A realidade e os métodos de integração à sociedade da informação e do conhecimento são marcados pela desigualdade, pois a integração que se trata é uma integração na subordinação (TOURAINÉ, 1970). O Haiti como sociedade a ser integrada é considerado como uma sociedade desqualificada cujas capacidades sócio-históricas são desconhecidas (GOUVERNEMENT..., 2010). Portanto, esta integração é uma forma de participação dependente do poder na sociedade-mundo que apenas legitima as capacidades objetivas das sociedades poderosas: as mais industrializadas e as mais influentes politicamente (PUGH, 2005; VALLER FILHO, 2007).

Como operação natural da cooperação multilateral, a maioria dos planos de ação em prol da sociedade da informação e do conhecimento no Haiti, se realiza e é financiada pelo

sistema das Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial e a OMC (GOUVERNEMENT..., 2010). Nesse sentido, a cooperação internacional se converte em um campo de institucionalização e instituição das relações do país com os países ricos, influentes politicamente no sistema-mundo. Essas relações se estabelecem por meio da cooperação internacional como mecanismo e estratégia do jogo de poder em escala planetária, pelo entendimento de que o dom ou a ajuda internacional é a fonte e a própria essência do poder. Pois o poder reside no fato de doar sem ser devolvido e doar sem receber significa ter um poder unilateral e unidirecional que apenas o contra-dom pode abolir (BAUDRILLARD, 1976).

Numa crítica sobre as formas de institucionalização do poder internacional no Haiti, Klarreich e Polman (2012) mostraram como organizações não-governamentais, agentes doadores e países mais ricos têm configurado um Estado paralelo no país; configuração que tem enfraquecido o poder do Estado nacional. Do ditado: “manda quem pode, obedece quem precisa”; são essas agências que detêm o poder de decisão sobre a maneira que os governos devem investir esses fundos e governar o país a custo de milhares de dólares por ano.

No país, o valor da ajuda internacional varia ao longo dos anos, mas quase sempre representa uma parte significativa no orçamento do governo nacional. Conforme MARQUIS (2004), de 1990 a 2003, o país recebeu mais de 4 bilhões de dólares em ajuda internacional. E, entre 2005 a 2009, a ajuda internacional ao Haiti oscilou entre 113 a 119% do valor da receita total disponível para o governo. Após o terremoto de 2010, o fluxo de ajuda humanitária aumentou significativamente; mais de 5,3 bilhões de dólares foram mobilizados pela comunidade internacional para financiar projetos em diversos setores como: indústria, agricultura, planejamento urbano, educação, saúde, finanças, obras públicas, etc. Daí, pode-se perguntar por que esses investimentos registram muito pouco impacto sobre a pobreza, o crescimento econômico, a governança e, particularmente, sobre o desenvolvimento do país?

Uma possível resposta a essa pergunta pode se relacionar à história de fraqueza e corrupção registrados nos governos do país - um legado, em grande parte, do passado colonial e do presente neoliberal do país, principalmente nas novas formas de configuração das redes e agentes de poder na institucionalização do aparato do Estado. A corrupção e a má gestão de fundos públicos têm causado um declínio na qualidade dos serviços públicos, inclusive em setores básicos que são de responsabilidade do governo como: o sistema judiciário, a Polícia e o fornecimento de infraestrutura básica. Isto resulta em aumento da dívida pública externa do país; e, portanto, o crescimento acelerado da dívida deve-se principalmente à corrupção (LABOUSSIERE, 2013; JEAN-BAPTISTE; ADRIEN, 2019).

O país tem uma história constante de recorrência aos acordos especiais com o FMI para cobrir os déficits públicos decorrentes de projetos de desenvolvimento, déficits da

balança de pagamentos e corrupção. Paralelamente ao endividamento, se fala hoje da incapacidade do poder judiciário para fazer luz sobre os recentes casos de corrupção na Administração pública. Mas, desde o final do século 20, já se pensava numa Economia política da corrupção no país; um movimento de institucionalização de redes financeiras entre agências externas e agentes dos governos na sofisticação da corrupção no país com propósito de possibilitar fugas maciças de capitais para bancos estrangeiros. Este cenário não é novo; segundo Péan (2007, p. 570, nossa tradução<sup>21</sup>), citando as estatísticas do Banco de Compensações Internacionais (BIS), “entre 1978 e 1984, o Haiti depositou no exterior um total bruto de 1, 3 bilhões de dólares, ou uma média anual de 180 milhões de dólares”.

A corrupção incapacita o Estado da sua responsabilidade de instituir a população haitiana como grupos humanos sujeitos de direitos. Legado do neoliberalismo no país, o imaginário internacional intensificou a reconfiguração do Estado em um dispositivo para a instituição das desigualdades sociais, ou seja, para defender os interesses particulares de grupo ou da coalizão no poder, contra os interesses coletivos da nação (PÉAN, 2007). Compreende-se, portanto, porque o Estado do Haiti “não consegue garantir a educação pública, nem a saúde pública, nem a reprodução do meio ambiente, nem as infraestruturas públicas” (PÉAN, 2007, p. 487, nossa tradução<sup>22</sup>); pois, ele não é concebível a ser o destinatário das demandas sociais da população. A legitimação deste Estado não depende dos cidadãos, mas sim dos poderes que o sustentam. Isto é, um campo de possibilidade para a falta de interesse pelas necessidades dos cidadãos e não para ser destinatário das suas reivindicações sociais.

Consequências dessas escolhas pela exclusão da maioria, o Estado haitiano se transnacionaliza na maior brecha com a sociedade civil e, portanto, no maior desinteresse pela aplicação dos direitos humanos para a população (HURBON, 1987). A transnacionalização das funções do Estado como transferência de poder para a cooperação internacional está relacionada ao modo de instituição deste Estado que desde o início é um Estado irresponsável e predatório que perverteu o significado do domínio e patrimônio públicos e controla o imaginário individual e coletivo no Haiti.

É nesta conjuntura de crise de confiança no Estado a nível nacional e internacional e de questionamento da forma de poder e da sociedade instituída que deve-se inserir o deslocamento de poder para as ONGs que servem como instituição para e pela cooperação

---

<sup>21</sup> “[...] entre 1978 et 1984, Haïti a déposé à l'étranger un total brut de 1,3 milliard de dollars, soit une moyenne annuelle de 180 millions de dollars”.

<sup>22</sup> “[...] ne peut garantir l'éducation publique, ni la santé publique, ni la reproduction de l'environnement, ni les infrastructures publiques”.

internacional, pois o Estado tem se mostrado funcionalmente ineficaz e incapaz de atender às necessidades de sua população (PÉAN, 2007). O Estado deve recorrer às ONGs para atender uma parte crescente das necessidades fundamentais de sua população. Isto se torna o último recurso que condiciona a sua existência, colocando seu destino à mercê das instituições internacionais (HURBON, 2004).

O enfraquecimento e a fragilidade do Estado, juntamente com a miséria da sociedade civil legitimam o crescente poder da cooperação internacional e o imenso peso das ONGs no país. De fato, as ONGs invadiram o país; e, estão se constituindo em um pólo de poder perante o Estado e cada vez mais, substituindo as autoridades e capacidades do Estado em quase todos os setores vitais da nação: Educação, saúde, agricultura, desenvolvimento territorial, etc. É desta tendência que se tornam generalizadas as práticas de canalização de financiamento por meio de ONGs pelos doadores bilaterais.

Conforme Klarreich e Polman (2012), o governo haitiano nem tem conhecimento do número exato de ONGs que operam no país. Segundo Bill Clinton, o enviado especial das Nações Unidas ao Haiti em 2010, que expressou arrependimento e pediu desculpas por políticas de comércio dos EUA no país, o Haiti ocupa o segundo lugar na lista (atrás da Índia) dos países com mais presença de ONGs operando no seu território nacional. Ele citou dados do Banco Mundial que estimam que 10.000 ONGs operam no Haiti em 2009. Jean-Max Bellerive, o Ministro do Planejamento na época, estimou que haviam 3.000 ONGs (DEMOCRACY NOW, 2010). Segundo KARUNAKARA (2010), são mais de 12,000 ONGs que operam no país depois do terremoto de 2010.

Com o crescente peso e poder das ONGs, é observado uma mudança no lócus de poder na sociedade haitiana. Há uma transição do Estado oligárquico para as ONGs que estão gradualmente substituindo as instâncias governamentais. A ineficácia e a falência sucessivas dos governos abrem caminhos para um novo pólo de poder no país: o poder da cooperação internacional ou cooperatocracia. A cooperação internacional parece ser a única força funcionalmente eficaz que mantém a sociedade unida e assume a orientação da sociedade haitiana.

Além disso, as ONGs internacionais atraem para si os melhores recursos humanos da sociedade haitiana, que se tornou uma sociedade cooperatocrática onde o setor de cooperação internacional se torna o agente que garante a ordem estabelecida, mantendo o Estado haitiano como máscara e como instrumento. Parece-se que o poder da cooperação internacional é a chave para analisar a sociedade haitiana empobrecida, pois, ela se torna cada vez mais uma instância real e central de tomada de decisões sobre a orientação da sociedade haitiana.

Sob esse ângulo, a sociedade da informação e do conhecimento não pode ser abordada como uma nova orientação para a cooperação internacional para o desenvolvimento sem situá-la no contexto da globalização que trouxe à tona o subdesenvolvimento, as brechas entre as nações, a pobreza e os pobres ao centro dos debates e negociações bilaterais e multilaterais. Na verdade, a globalização é uma realidade construída e institucionalizada por corporações transnacionais, instituições financeiras internacionais e grandes potências internacionais. Entre esses atores, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Organização Mundial do Comércio desempenham o papel de executivo planetário.

Nesse sistema global, as organizações internacionais e agências bilaterais desempenham um papel importante na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do mercado. Embora falemos de integração econômica na globalização, todas as economias do mundo não participam igualmente dessa nova configuração do capitalismo. Trata-se primeiro da tríade: América do Norte, União Européia e Ásia, depois as economias da nova fronteira, como: México, Brasil, Índia, Coréia e Cingapura e, finalmente, as economias marginalizadas, como a do Haiti e a maioria dos países empobrecidos do continente da África.

Na institucionalização do poder global, a maioria das economias em desenvolvimento está excluída. É neste sentido que a sociedade da informação e do conhecimento reproduz o mesmo esquema político da globalização em uma realidade assimétrica, fonte de desigualdades entre os países e criadora de dependências: financeiras, tecnológicas, comerciais, alimentares, etc. É exatamente essas circunstâncias que se resultaram no empobrecimento da Economia do Haiti, cujo Estado está cada vez mais enfraquecido, dependente da caridade internacional e atravessado historicamente por esse imaginário internacional que normaliza a mendicância como primeiro recurso de existência.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da informação e do conhecimento é vista como uma saída do subdesenvolvimento para o Haiti que ainda não entrou em um processo de emergência. No entanto, as análises deste fenômeno no país, mostraram que ele não resultou em uma dinâmica de desenvolvimento, mas sim em uma sociedade reclusa, anômica e frágil. As condições a serem atendidas para reverter esta ordem, relacionam-se, em particular, com o grau de desenvolvimento institucional e a qualidade do ambiente técnico e educacional, embora dependam em grande parte do nível de desenvolvimento econômico.

Consequentemente, apostar sobre o projeto da sociedade da informação e do conhecimento para a superação de desigualdades, de agregação de valor na economia da periferia, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar no país, visto como subdesenvolvido corresponde à desconsideração das condições materiais de sua produção enquanto natureza de sociedade. O projeto de sociedade da informação e do conhecimento revelou-se, de fato, muito incerto, não podendo se desfazer dos constantes esquemas políticos do sistema-mundo e da produção a uma dimensão informacional, desconsiderando, a sua dimensão material. Revelada como relés e extensão do projeto da modernidade, esta abordagem se inscreve historicamente apenas na ideia de uma superação das ideologias marcadas pela expansão do capitalismo dos países desenvolvidos no país e, se reduz a um determinismo tecnológico desconsiderando a importância do contexto sócio-histórico da sociedade haitiana.

Como evidenciada na análise proposta por esta tese, até o momento, a matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologia não dá sinais de ser um fator determinante do desenvolvimento *inclusivo* do Haiti. As promessas de redução das brechas de desenvolvimento só geram aumento considerável de produtividade nos países centrais com parcerias econômicas estratégicas com o país e resultam-se no endividamento maciço dos governos e das famílias. Esta inversão dos termos de troca ao invés de aparecer como uma oportunidade para ajudar o país a aproveitar os benefícios desta suposta modernização econômica, se converte em uma oportunidade para o sistema capitalista se reconfigurar no país sem se comprometer com os desafios sociais do país, um artifício decorrente das estratégias de competitividade que norteiam a filosofia macroeconômica nutrido por um cenário de relações internacionais de desconfiança. As dificuldades subsistem tanto em relação à especialização empobrecedora do país, aos fenômenos de corrupção induzidos pelo fascínio do modelo capitalista e, como à desestabilização do Estado produzida pelas políticas de ajustamento estrutural.

A configuração do capitalismo informacional no Haiti favoreceu o impulso tecnológico em prol de uma cultura digital desgovernada desde dentro que levou à privatização das infraestruturas do país em detrimento de sua info-estrutura, à rápida transferência das indústrias não bem valorizadas nos países mais influentes na ordem econômica e política do sistema-mundo e à urbanização. O que originou, conseqüentemente, a erupção de centros de pobreza nas áreas periféricas das grandes cidades do país; as convertendo em cidades predatórias e intensificando o fenômeno social das desigualdades.

Este modelo econômico relacionado à sociedade da informação e do conhecimento traz um crescimento nos investimentos e no PIB do país, mas não necessariamente o desenvolvimento. O que se originou à uma desarticulação do sistema produtivo do Haiti, como país destinatário deste projeto de sociedade. A configuração da economia, tipo informacional no país, ao focar em determinados setores, produz uma separação entre o setor moderno voltado para as exportações e o restante da economia, que permanece pouco desenvolvida e cujo desenvolvimento é obstaculizado pelo setor dominante voltado para o exterior. Isto intensifica o peso do colonialismo na economia do país que passa depender, cada vez mais, dos países do centro e das administrações coloniais do novo capitalismo. Em um modelo econômico determinado pela competitividade entre as nações, para o Haiti, como país subdesenvolvido e empobrecido que depende do capital externo e das tecnologias de produção do exterior, o curso de ação em prol do desenvolvimento tende a absorver uma forte instabilidade econômica, política e institucional que bloqueia o processo de emancipação.

No Haiti, o projeto político da sociedade da informação e do conhecimento acentua o caráter político dos processos economicistas e não relaciona processos econômicos, políticos, condições estruturais e situações históricas. Neste sentido, o problema do subdesenvolvimento do país se encontra nas estruturas internacionais impostas a ele. A solução não está apenas em reformas institucionais locais, mas sim em transformações radicais da ordem econômica internacional. O modelo de cooperação proposto requer uma transformação das estruturas operacionais para promover a decolagem econômica. A fórmula da cooperação envolve uma mudança desde a visão do Norte em relação ao Sul e vai ao encontro de uma reestruturação das trocas econômicas e sociais em nível global.

Esta temerária situação societal testemunha a longa e profunda crise de desenvolvimento do Haiti. Isso resulta do fato de que os principais subsistemas da sociedade: o subsistema cultural, o subsistema social, o subsistema político e o subsistema econômico não têm sido capazes de cumprir adequadamente suas respectivas funções. Pois, dominados pelas violências políticas do sistema-mundo, eles reproduzem, decadentemente o seus funcionamentos de maneira anacrônica, perversa e caótica.

Sob este ângulo, pode-se dizer que, no país, a sociedade da informação e do conhecimento não consegue estabelecer-se como projeto comum da cidadania democrática compartilhada, se instituindo dentro de uma estrutura cívica de modo democrática, onde as condições de realização da vida e de acesso aos benefícios poderiam ser determinados de forma igualitária. Ela segue o mesmo rumo das violências políticas da organização social, econômica e política do mundo para construir bolhas de experiências distantes entre as classes sociais desiguais, situação resultante da sua própria fundação no ideal neoliberal da globalização e da desregulação das finanças que pouco se preocupam com as desigualdades.

Isto reflete a necessidade de uma reformulação destas questões, fundamentais para o projeto civilizatório contemporâneo, em um novo plano revolucionário de reorganização política do mundo. Estas questões de consecução do bem-estar, superação de desigualdades, agregação de valor na economia e criação de emprego qualificado na periferia tornam-se isoladas pela própria essência total e universal da sociedade da informação e do conhecimento; é uma aposta econômica que segue o rumo político e econômico da globalização neoliberal guiada pelo mercado que acarreta, na sua própria essência, desigualdades e tensões/atitudes de classe e carecem de valores políticos desconexos à coesão social. É uma globalização sem dependência mútua e de poucas solidariedades.

A persistência do subdesenvolvimento no país, além dos esforços conjugados em prol da concretização das apostas do projeto da sociedade da informação e do conhecimento, trata-se, a priori, de uma questão de ordem simbólica, cujas raízes se encontram em um imaginário ambiente que se baseia em relações assimétricas que datam da era colonial. Na sociedade da informação e do conhecimento, esta dominação se transversaliza pela instrumentalização do capital simbólico cuja instância simbólico-material se encontra na matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologia.

Desta perspectiva, a sociedade da informação e do conhecimento corresponde a uma iniciativa instituída e instituinte às relações de poder do sistema-mundo, ela reflete essas relações de poder e imaginárias. Dentre elas, o Haiti deve se desenvolver; e, esse desenvolvimento com a condição *sine qua non* de espelhar o ocidente, é uma possibilidade singular. Neste contexto, a projeção da sociedade da informação carrega em si uma violência política que o concebeu como inferior e para emergir-se de sua objetificação de inferioridade.

Portanto, pode-se dizer que a sociedade haitiana subdesenvolvida como sociedade global é um fenômeno sócio-histórico que tem a ver com um imaginário instituinte sócio-histórico. A configuração material desta sociedade subdesenvolvida está relacionada a um

imaginário social herdado e transmitido de geração em geração. Este imaginário herdado mantém ao longo do tempo as mesmas atitudes e comportamentos que facilitam, por um lado, o monopólio de acesso aos instrumentos e fontes de poder por uma minoria. Por outro lado, estabelece as relações excludentes da maioria ao perpetuar obstáculos e bloqueios ao longo das gerações. Finalmente, a atitude da minoria oligárquica priva o acesso aos recursos à maioria e os impede de participar no campo do poder da sociedade.

Na dinâmica da sociedade da informação e do conhecimento, a sociedade haitiana subdesenvolvida é uma realidade que compreende pela destruição dos sentidos das suas experiências de sociedade tanto na ordem colonial, internacional e neocolonial; ou seja, pela descapacitação e/ou desapropriação dos imaginários instituintes da manutenção destas ordens como efeito de imposição do sistema de interpretação da sociedade dominante. A adesão a estes imaginários e as suas internalizações conseguem destruir as capacidades de criação de sentido, as capacidades de iniciativa, as capacidades de escolha, as capacidades de síntese cultural e as capacidades de uma sociedade apta a se autogerir. Esta capacidade é em si mesma um processo de fazer, criar e instituir deficiências e impossibilidades sócio-históricas por meio de mecanismos de reforço de privilégios, barreiras sociais, restrições e diferenças sociais. De fato, a sociedade haitiana subdesenvolvida é uma sociedade heterônoma controlada remotamente, uma sociedade cooperatocrática, onde o imaginário efetivo é o imaginário colonial, internacional e neocolonial. Portanto, o imaginário nacional é forma vazia e fictícia que, além de ser uma marca identificadora, não se refere a nenhum conteúdo substantivo.

No que diz respeito às três instâncias imaginárias em que é institucionalizado o aparato do Estado Haitiano, pode-se dizer que embora sejam contextos e mecanismos diferentes, há uma continuidade entre as três formas de relações violentas que ignoram a identidade do país e uma semelhança entre essas três formas de relações desiguais de poder que o inferiorizam e o empobrecem como mecanismos de perpetuação da dominação. Estas três formas de relação do Haiti com o outro civilizado e desenvolvido coincidem à três momentos do processo de constituição da sociedade haitiana subdesenvolvida; eis o sentido das instâncias obstaculizadoras e determinantes para concretizar as apostas da sociedade da informação e do conhecimento.

Nas práticas da cooperação internacional no país em prol da normalização da sociedade da informação e do conhecimento, as iniciativas não culminaram, até então, em resultados consideráveis pelo simples fato de que a ação humanitária traz em si esta contradição que, ao declarar que quer responder a problemas urgentes, ao mesmo tempo justifica a sua própria existência. A ação não vem para ajudar, mas para demonstrar sua necessidade. Portanto, é impossível para os trabalhadores humanitários imaginarem seu

desaparecimento. A esta contradição de existir para ajudar e de ajudar a existir, existe uma segunda cujos efeitos são observáveis no Haiti. Na ação humanitária, a ajuda humanitária pode ter parceiros locais, mas não é substituível. Ela pensa nas necessidades do “outro”, e, é objetiva. Ela enfraquece um Estado que já é fraco. Portanto, há necessidade de uma adequação entre discurso e vontade política em prol de uma cooperação livre, escolhida e inteligente. Para enfrentar os grandes desafios contemporâneos, os Estados devem coordenar melhor suas ações desde um lugar de autonomia real e de poder concreto.

A experiência haitiana evidencia claramente que ainda tem-se muito que refletir tanto sobre a sociedade da informação e do conhecimento, seus desdobramentos, como sobre os seus atributos e variáveis organizados na matriz composta pela informação-conhecimento-tecnologia em prol do desenvolvimento econômico e sociocultural dos países, regiões e comunidades considerados como periféricos, pobres e subdesenvolvidos.

Desta perspectiva, destaca-se que a compreensão ampla e crítica acerca da sociedade da informação e do conhecimento e os seus desdobramentos estratégicos em prol do desenvolvimento de um país exige uma apreensão concreta, real e sólida dos aspectos históricos, políticos, geopolíticos, sociológicos, educacionais, antropológicos, técnicos, tecnológicos, sociais e culturais que orientam a ação da informação e da cultura informacional, pois a matriz composta pela informação-conhecimento-tecnológico é produto do trabalho humano. Portanto, a abrangência dessas variáveis exige uma urgente reincorporação dos estudos de seus sentidos teleológicos na agenda de estudo estratégicos das ações sobre a informação na Ciência da informação e áreas afins.

## REFERÊNCIAS

ABU-GHAZALEH, Talal. **The UN meets trademarks at the digital divide**. INTA 125th Annual Meeting. International Exhibition and Congress Centre. Amsterdam, 2003.

AGUADERO, Francisco. **La sociedad de la información**. Madrid: Acento, 1997.

AKUDE, John Emeka. **Knowledge for development. A literature review and an Evolving Research Agenda**. Discussion paper. Die: German Development Institute. German, 2014.

ALMADA DE ASCENCIO, Margarita. **Políticas de información y políticas educativas. Un vínculo importante para el desarrollo hemisférico**. Boletín de Política Informática, Núm. 6. México, 1999.

ALLIANCE FOR FINANCIAL INCLUSION. **Mesurer l'inclusion financière**: ensemble des indicateurs de base d'inclusion financière. Note directrice, no 4, élaboré par le FIDWG, Bangkok, 2013.

ALLIX, Grégoire. Reconstruction d'Haïti: le casse-tête de la corruption. **Le Monde** – Amériques: publication du 02 février, 2010.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **¿Dónde vamos a vivir?** Migración y apatridia en la República Dominicana y Haití. Londres, 2016.

ARENDDT, Hannah. **La condición humana**. Barcelona, España: Paidós, 2005.

BANQUE MONDIALE. Inscription à l'école, enseignement supérieur (% brut). **Institut de statistique de l'UNESCO**. Disponível em: <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SE.TER.ENRR?end=2020&start=1970&view=chart>. Acesso em dez. 2020

BASSO, Pietro. **Modern times, Ancient hours**: working lives in the twenty-first century. London; New York: Verso, 2005.

BATALOVA, Jeanne; SCHULZ, Jennifer. **Haitian immigrants in the United States**. Migration Policy Institute. Migration Information source. New York, 2017.

BAUER, Johannes M. **Inequality in the information society**. Michigan State University. SSRN, 2016.

BAUDRILLARD, Jean. **L'échange symbolique et la mort**. Paris: Éditions Gallimard, 1976.

BAZIN, Marc. **Sortir de l'Impasse**. Manuscrit, Port-au-Prince, 2006.

BELL, Daniel. **The coming Post-Industrial Society**. Madrid: Alianza, 1994.

BELL, Beverly. **Fault Lines**: views across Haiti's Divide. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2013.

BENDER, David. R. A strategy for international information policy. **Libri**. Vol 43, no. 3. Munksgaard, Copenhagen, 1993.

BESSIS, Sophie. **Occidente y los otros: historia de una supremacía**. España: Alianza editorial, 2002.

BERGER, Laurent. **Capitalisme et mondialisation: de l'autonomie des trajectoires locales à l'interdépendance systémique globale**. Paris: La Découverte, 2009.

BIDEGAIN, Gabriel. **Reconstruction et fuite de cerveaux**. Fonds des Nations Unies pour la Population (UNFPA). Port-au-Prince, 2012.

BLOCH, Laurent. L'internet, vecteur de puissance des États-Unis? Géopolitique du Cyberspace, nouvel espace stratégique. **Diploweb**, France, 2017.

BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco. **Economía política, comunicación y conocimiento: una perspectiva crítica latinoamericana**. La Crujía. Junta de Andalucía. Buenos Aires, 2005.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**. v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BOST, François. Les zones franches, interfaces de la mondialisation. **Annales de géographie** 2007/6, n° 658, p. 563-585.

BOUCHERON, Patrick. **Histoire du monde au XVème siècle**. Fayard. Paris, 2009.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris : Éditions du Seuil, 1992.

BRAMAN, Sandra. Defining Information: an approach for policymakers. In **Telecommunications Policy**. September, 1989.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. In: The emergent global information policy regime. Braman. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

BRASIL. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Governo Federal. Pátria Educadora. Brasília, 2015.

BRISSON-LAMAUTHE, Nathalie. Emploi et pauvreté en milieu urbain en Haïti. **Commission Economique pour l'Amérique Latine et les Caraïbes**. LC/MEX/R.882, 2005.

BRODEUR, Magali. Gouvernance et corruption en Haïti: état des lieux, impacts et enjeux. **Haïti Perspectives**, vol. 1; no. 2. Port-au-Prince, 2012.

BRODEUR, Magaly; DELORME, Pierre. Pour une gouvernance locale responsable: Énoncé de gouvernance responsable. **Association internationale des maires francophones (AIMF)**. Paris, 2011.

BROWNE, Mairead. The field of information policy. 1. Fundamental concepts. **Journal of Information Science** 23 (4):261-275, 1997 a.

BROWNE, Mairead. The field of information policy. 2. Redefining the boundaries and methodologies. **Journal of Information Science** 23 (5):339- 351, 1997 b.

BRÜHL, Volker. Libra – a differentiated view on Facebook’s virtual currency Project, CFS working paper series, no. 633, Goethe University Frankfurt, **Center for Financial Studies (CFS)**, Frankfurt a. M., 2019.

BRUYNINCKX, Marielle; PILON, Marc. Entraves au développement et à l’éducation de l’enfant en Haïti. In **Le droit à l’éducation: quelle universalité?** Orgs. PILON, Marc; MARTIN, Jean-Yves; CARRY, Alain. Paris : Éditions des archives contemporaines, 2010.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (1986-1998); Jun 1991; 42, 5; ABI/INFORM Global. pp. 351.

BUREAU DE RECHERCHE. Gouvernance et corruption en Haïti : Résultats de l’enquête diagnostique sur la gouvernance. **Rapport final**. Port-au-Prince, 2007.

BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. **Programme Pays pour le Travail décent en Haïti 2015-2020**. Port-au-Prince, 2015.

BURGOYNE, John G. Stakeholder analysis: In Cassel, C. and Simon G. **Qualitative methods in organizational research**. Sage Publication, 1994.

BUSS, Terry F. **Haiti in the balance: why foreign aid has failed and what we can do about it**. National Academy of Public administration. Brookings Institution Press. Washington, 2008.

BUZENOT, Laurence. **Industrialisation, zone franche et développement socio-spatial dans les espaces insulaires: les cas des îles de la Caraïbe et de l’île Maurice**. HAL: Archives ouvertes. France, 2013.

CADET, Waner. Haïti : le naufrage de l’État : quelle sortie ?, Dakar-Fann, **Panafrika : Silex / Nouvelles du sud**, impr. Sénégal, 2008.

COMELIAU, Christian. **Mythes et espoirs du tiers-mondisme**. Centre de recherches sur l’Amérique latine et le Tiers-monde. L’Harmattan. Paris, 1986.

COMISIÓN ECONÓMICA... Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe. **CEPAL**. Santiago de Chile, julio de 2003.

CANADA. Digital opportunities for all: Meeting the challenge. **Digital opportunity Task Force. Report Card**. KANANASKIS SUMMIT, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Transforming Modernity. Popular Culture in Mexico**. Trans. Lidia Lozano. University of Texas Press. Texas, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **Janela sobre o caos**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sociedade à deriva**. Lisboa: 90 graus editora, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (Volume VI).

CASTORIADIS, Cornelius. **A ascensão da insignificância. As encruzilhadas do labirinto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (Volume IV).

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (Volume III).

CASTORIADIS, Cornelius. **Diante da guerra.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CEIC. **Haiti Previsão: crescimento real do PIB.** Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/haiti/forecast-real-gdp-growth>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook. Central America and Caribbean: Haiti.** Washington, 2018. Disponível: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ha.html> Acesso em: 28 de Maio de 2018.

CEPAL. Panorama social da América Latina 2016. **Documento Informativo. Nações Unidas.** Washington, 2017.

CHALIAND, Gérard. **Mythes révolutionnaires du Tiers-Monde.** Éditions du Seuil, Paris, 1979.

CHARTRAND, Robert Lee. Legislating Information Policy. **Bulletin of the American Society for Information Science** vol. 12, No.5, p. 10. New York, 1986.

CHARLES, Emmanuel; ST-FLEUR, Schmied. Amélioration des données sur les migrations en Haïti: Évaluation et recommandations. **Observatoire ACP sur les Migrations.** Port-au-Prince, 2014.

CHICHILNISKY, Graciela. The knowledge Revolution. The engine of growth is knowledge with profound implications for us all. **The Dryden Press.** New York, 1997. Disponível em: <https://chichilnisky.com/wp-content/uploads/2016/09/The-Knowledge-Revolution-1997.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2018.

CITMA. Cuba. **Política nacional de información.** La Habana: CITMA, 2002.

CITRARO, Leonidas Torres. Métricas para la sociedad del conocimiento. **Revista La Propiedad Inmaterial.** 16 (nov. 2012), 177-208.

CLEMENS, Michael A. Does Development reduce migration? **Discussion paper series.** Bonn: Institute for the Study of Labor (IZA), 2014.

COLLAZO, Modesto Zaldívar. Políticas y estrategias en la sociedad de la información. **Ciencias de la Información.** vol.29, no. 3, 1998.

COLLIER, Paul et al. **Globalization, growth, and poverty.** London: Oxford University Press, 2002.

COMMISSION INTERAMÉRICAINNE DES DROITS DE L'HOMME. La situation de l'accès à l'information en Haïti. Obstacles à la jouissance du droit d'accès à l'information dans le

contexte du développement des industries minière et touristique et de l'exercice de la profession de journaliste. **Mémoire présenté à la Commission interaméricaine des droits de l'homme**. Washington, 2015

CÓRDOBA GONZÁLEZ, Saray. ¿Centroamérica hacia la sociedad de la información? "Sociedad de la Información e Información para la Sociedad". *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN*, 5. Universidad de Salamanca. España, 2004.

CORTEN, André; MOLINA, Vanessa. Le "mauvais sujet" de l'aide humanitaire en Haïti: relance de l'imaginaire social. **Politique et Sociétés**, 34 (3), 2015, pág. 59–79.

CORREIA, Adriano. **Liberalismo versus política: Análise da prevalência moderna do econômico em Michel Foucault e Hannah Arendt**. Natal (RN), v. 19, n. 32. Julho/Dezembro de 2012, p. 135-151.  
Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/viewFile/7566/5629>> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

CUSICANQUI, Silva Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos colonizadores. Tinta Limón Ediciones. Editorial: Retazos, Buenos Aires, 2010.

DALEMBERT, Louis-Philippe. **Haïti, la dette originelle**. Grand angle: Libération, 2010.

DANTE, Gloria Ponjuán. Las políticas nacionales de información en el contexto Latinoamericano: el caso de Cuba. In GALÁN, Ingrid Hernández. **Elementos teóricos generales de la política nacional de información en Cuba**. ACIMED v.19 n.5. Habana, 2009.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **Handbook of qualitative research**. (2 Ed.). Thousand Oaks, California: Sage Publications. 2001.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. 2da Edição, 2007.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The Research Act**. Englewood Cliffs N. J.: Prentice Hall, 1989.

DEMOCRACY NOW. We Made a Devil's Bargain: Fmr. President Clinton Apologizes for Trade Policies that Destroyed Haitian Rice Farming. **Hot Topic**. April 01, 2010. Disponível em: <[https://www.democracynow.org/2010/4/1/clinton\\_rice](https://www.democracynow.org/2010/4/1/clinton_rice)> Acesso em: 30 de agosto de 2020.

DEPARTEMENT FEDERAL DES AFFAIRES ETRANGERES. **Stratégie de coopération suisse en Haïti**: 2018-2021. Port-au-Prince, 2017.

DESPINAS, Jean-Yves. **La pauvreté en Haïti**: contextes historiques et politiques d'ajustement structurel. Port-au-Prince: La Rebelle, 2008.

DE WENDEN, Catherine Wihtol. Les migrants pris au piège d'un monde injuste. Un monde d'inégalités. **Cairn.info**. France, 2017.

DÍAZ, Marlerly Sánchez; VEJA VALDÉS, Juan Carlos. Consideraciones teóricas y estado actual de la implementación de las políticas de información en América Latina. **ACIMED**, v. 11, n. 3. Habana, 2003.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura G. **Paz, como se faz?:** Semeando cultura de paz nas escolas. Governo do Estado de Sergipe, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

DOMÍNGUEZ ARTEAGA, Rosa Amelia. Políticas de información en México: hacia la conformación de una estrategia nacional. *In: CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE BRECHA DIGITAL E INCLUSIÓN SOCIAL*, 2. Madrid, 2009.

DOMÍNGUEZ ARTEAGA, Rosa Amelia. Sociedad de la información e inclusión social de América Latina. **Sociedad, Estado y Territorio** • Vol. 3 No. 1 (5). México, 2014.

DONZELOT, Jacques; ESTÈBE, Philippe. L'Etat Animateur. **Essai sur la Politique de la Ville, Esprit**. Paris, 1994.

DOSA, Marta. **Across all borders: International information flows and applications: collected papers**. Lanham, Md., & London. Scarecrow Press, 1997.

DUNN, William N. **Public Policy Analysis**. USA: Pearson, 2013

DUPUY, Alex. **Haiti in the world Economy: class, race and underdevelopment since 1700**. New York: Routledge, 2018.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del otro: Hacia el origen del mito de la modernidad**. 2. Edición, México: Editorial Cambio XXI, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 11mo Ed. Upper Saddle, New Jersey: PrenticeHall, 2005.

ÉCOLE DE POLITIQUE APPLIQUÉE. Faculté des lettres et Sciences Humaines. **Perspective monde: outil pédagogique des grandes tendances mondiales depuis 1945**. Université de Sherbrooke, Québec, Canada, 2020.

EISENSCHITZ, Tamara. **Information transfer policy: issues of control and access**. Library Association, 1993

ELLACURÍA, Ignacio. **Filosofía de la realidad historica**. Madrid: UCA Editores, 1990.

EMILE, Etzer. S. **Haiti a choisi de devenir pauvre: Les vingt raisons qui le prouvent**. Port-au-Prince, 2017.

ENRÍQUEZ, Jakeline Villota et al. Para uma política da informação no ciberespaço: avanços, perspectivas e desafios. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v. 15, n. 3. 2017. Campinas, 2017.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Ev733u - Campinas, SP: [s.n.], 1999. 222p.

EUSTACHE, Claudin. Droits d'auteur en Haïti à l'heure des nouvelles technologies d'information et de communication. **Mémoire online**. Université d'État d'Haïti. Cap-Haïtien, 2011.

FANG, Binxing. Cyberspace sovereignty: Reflections on building a community of common future in cyberspace. **Springer: Sciences Press Beijing**. China, 2018.

FASS, Simon, M. **Political economy in Haïti: the drama of survival**, Transaction-Books, New Brunswick, Canada, 1990.

FEATHER, J. **The information society** (4th ed.). London: Facet Publishing, 2004.

FIORMONTE, Domenico; SORDI, Paolo. Humanidades digitais do sul e GAFAM. Para uma geopolítica do conhecimento digital. **Humanidades digitais: olhares do sul**. v.15 n.1 (2019). pág 108 – 130.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Gallimard : Paris, 1969.

GAGNON, Jacinthe. L'immigration, dernier rempart de la souveraineté de l'État? Cahier de recherche. **Laboratoire d'étude sur les politiques publiques et la mondialisation**. v. III, n. 3, Québec, 2010.

GAGNON, Jacinthe. Analyse des impacts de la mondialisation sur l'économie au Québec. **Laboratoire d'étude sur les politiques publiques et la mondialisation**. Rapport 5, L'immigration, corollaire du développement économique?, Canada, 2008.

GALLOUJ, F. Cycles économiques et innovations de service: à la lumière de la pensée schumpétérienne. **Revue française d'économie**. n. 9, v. 4, p.169-213, 1994.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. El concepto de Información: Una aproximación transdisciplinar. **Revista General de Información y Documentación**, 1998, Vol. 8, nº 1, p. 303-326.

GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa. Política bibliotecaria. Convergencia de la política cultural y la política de información. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. **Asociación Andaluza de bibliotecarios**. v. 18, núm. 071, 2003.

GÉRARD, Noiriel. **Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle): discours publics, humiliations privées**. Paris: Hachette, 2007.

GONZÁLEZ, Antonio. **Estructuras de la praxis: ensayo de una filosofía primera**. Madrid: Trotta, 1997.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n. 1, p. 60-76, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélida. Informação, conhecimento e poder: Do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro, 2011.

GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. **Plan stratégique de développement d'Haïti: Pays émergent en 2030**. Tome I: Les grands chantiers pour le relèvement et le développement d'Haïti. Document de consultation publique. Port-au-Prince, 2012.

- GARNHAM, Nicholas. The Information Society : Myth or Reality ?. Org. Miège, B., Tremblay, G. **2001 Bogues, Globalisme et pluralisme**, vol. I, Tic et Société. Laval (Québec). Les Presses de l'université Laval, 2003. pp. 53-61.
- GREENIDGE, Chanzo. **Migration Policy of Haiti: 2015-2030**. Document de politique. Port-au-Prince, 2015.
- GROSFUGUEL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa. Bogotá** – Colombia, No. 24: 123-143, enero-junio 2016.
- GUBA, E. G., & LINCOLN, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), **Handbook of qualitative research** (pp. 105-117). Thousand Oaks, CA: Sage.
- HARRIBEY, Jean-Marie, **La richesse, la valeur et l'inestimable: fondements d'une critique socio-écologique de l'économie capitaliste**. Paris: Les Liens qui libèrent, 2013.
- HAYWOOD, Trevor. Info-Rich Info Poor Access and Exchange in the Global Information Society. **Bulletin of Science, Technology & Society**. Sage Journals. Florida, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo** [bilingue]. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.
- HENKEL, M. The new evaluative state. **Public Administration**, 69, 1991. pp. 121 -136.
- HECTOR, Michel. Réflexion sur les particularités de la révolution haïtienne. **Bulletin de la société d'histoire de la Guadeloupe**, Barbade, n. spécial, 2006.
- HILL, Michael William. Information policies: premonitions and prospects. **Journal of Information Science**. Vol. 21, no. 4, 1995, p. 279.
- HOLLY, Daniel. **Les Nations Unies et la mondialisation**, Éditions L'Harmattan. Paris, 2003.
- HONLONKOU, Albert. Corruption, inflation, croissance et développement humain durable, **Mondes en développement**, vol. 3, no 123; 2003.
- HONORE, Luc Stève; ASTREL, Nicodème; BORGELLA, Jimmy. Haïti: Etat des bibliothèques en ce qui concerne les droits d'auteur. IFLA WLIC 2016 - Session 123; **Latin America and the Caribbean**. Columbus, 2016.
- HURBON, Laënnec. **Le statut du vodou et l'histoire de l'anthropologie**. Gradhiva. Vol. 1, 2005, pág. 153-163.
- HURBON, Laënnec. **Religion et lien social. L'Église et l'État moderne en Haïti**. Paris, Cerf, 2004, 317 p. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/assr/2333>> Acesso em: 30 de Agosto de 2020.
- HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture**. Paris: Les Éditions Karthala, 1987.
- HUWS, Ursula. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Revista Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 24-54, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Migration and the 2030 Agenda. A Guide for Practitioners.** Geneva, 2018.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Construire la paix en Haïti: inclure les Haïtiens de l'étranger. International Crisis **Group.Rapport Amérique latine/Caraïbes** n° 24. 14 décembre 2007.

INTERNET LIVES START. **Google search statistics.** Disponível em: <<https://www.internetlivestats.com/google-search-statistics/>> Acesso em: 10 de de jul. de 2020.

JARDIM, José Maria; ALBITE SILVA, Sérgio Conde; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: Uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

JEAN-BAPTISTE, Jorchemy; ADRIEN, Pascal. **Toutouni: l'histoire interdite de la chute de Jean-Henry CEANT.** Haiti-Futur, Port-au-Prince, 2019.

JEAN, Fritz Alphonse. **Haïti, la fin d'une histoire économique.** Les Presses de l'Université Notre-Dame. Port-au-Prince, 2015

JEAN, Fritz Alphonse. **Haïti, une économie de violence.** Presses Notre-Dame, Port-au-Prince, 2018.

JOSÉ, Magliano María. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Estudios Feministas**, vol. 23 n. 3, 2015.

KAHANEC, Martin; ZIMMERMANN, Klaus F. International Migration, Ethnicity and Economic Inequality. **Discussion paper series.** Bonn: Institute for the Study of Labor (IZA), 2008.

KARUNAKARA, Unni. Haiti: where aid failed. Why have least 2,500 people died of cholera when there are about 12,000 NGOs in the country? **The Guardian** – Opinion. 28 de dezembro de 2010. <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/28/haiti-cholera-earthquake-aid-agencies-failure>> Acesso em: 15 de nov. de 2020.

KLARREICH, Kathie; POLMAN, Linda. The NGO Republic of Haiti. How the international relief effort after the 2010 earthquake excluded Haitian from their own recovery. **The Nation. Politics.** October 31, 2012. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/archive/ngo-republic-haiti/>> Acesso em: 28 de Ago. de 2020.

KUHLMANN, F.; ALONSO, A. **Información y telecomunicaciones**, México, 1994.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

LABOUSSIERE, Eddy Nicolas. **Crédibilité et efficacité de la politique monétaire emphase sur Haïti.** Thèse. École Doctorale de l'Université Antilles-Guyane. Guyane, 2013.

LA BOUSSOLE. Illustration du poids économique des GAFAM. Les ressources. **Publication: 25 mars 2019.** Chiffres mis à jour en Avril 2020.

LANS, Wendelien; VAN DER VOORDT, Theo J. M. Ways to study - Descriptive research. In. **Ways to study architectural, urban and technical design.** (pp.53-60). Chapter: 6.Org. T.M. de Jong & D.J.M. van der Voordt. DUP Science, 2002.

- LAROSE, Sandy R. **République d'Haïti et République Dominicaine: une nouvelle forme de relation (Nord/Sud) entre deux pays du Sud.** Presses Quisqueya; Port-au-Prince, 2016.
- LATOUCHE, Serge. **Survivre au développement.** Éditions Mille et une nuits, Paris, 2004.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial.** Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- LE MOËNNE, Christian. Entre formes et normes. Un champ de recherches fécond pour les SIC. **Revue française des sciences de l'information et de la communication.** Paris, 2018.
- LÉONIDAS, Jean-Robert. **Prétendus Créolismes: le Couteau Dans L'igname.** Collection Créole & créolité. Montréal, 2015.
- LE TEMPS. Entrevista a Arnaud Robert. **Publication du lundi 20 décembre 2010.** Port-au-Prince, 2010.
- LEVY, Jacques. **L'invention du monde: une géographie de la mondialisation.** Presses de Sciences Po. Paris, 2008.
- MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social.** Rio de Janeiro, 2011.
- MADEIRA DA SILVA, Camila Antunes. Xenofobia direcionada aos imigrantes haitianos na República Dominicana: motivações e implicações. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2016, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2016.
- MAIA DO AMARAL, Ana Maria Barros. O cenário da política nacional de informação no Brasil. **Inf. & Soc.: Est**, João Pessoa, v.1, n.1, p.47-53, jan./dez. 1991.
- MALINVAUD, Edmond. Éducation et développement économique. Économie de l'éducation. **Économie & Prévision.** Paris, 1994. pp. 1-15.
- MASSARDIER, Gilles. **Expertise et aménagement du Territoire. L'État savant.** L'Harmattan. Paris, 1996.
- MARQUIS, Christopher. 1 billion is pledged to help Haiti rebuild, Topping Request. **The New York Times. World.** July 21, 2004. <https://www.nytimes.com/2004/07/21/world/1-billion-is-pledged-to-help-haiti-rebuild-topping-request.html>
- MARTELETO, Regina. Tierce connaissance et rencontre de savoirs: pour une épistémologie sociale de l'information. **3ème Journées scientifiques internationales du Réseau Mussi.** Actes (p. 37-54). ENFA, 2016.
- MARTIN, P. Edouard. Inseguridad Cibernética en América Latina: Líneas de reflexión para la evaluación de riesgos. **Documentos de Opinión.** Ieee. es. 2002.
- MARTINEZ SÁNCHEZ, Francisco. La sociedad de la información. La tecnología desde el campo de estudios CTS. In. CABERO ALMENARA, Julio. (coord.): **Tecnología Educativa.** McGraw Hill. Madrid, 2007
- MATIJASCIC, B. V. **Haiti: uma história de instabilidade política.** Cenário Internacional, São Paulo, 14/07/2009. ISSN 1981-9102.

MATTELART, Armand. La communication et la promesse de rédemption. **Quaderni**, n°40, hiver 1999-2000. pp. 69-78.

MENDE, Tibor. **De l'aide à la recolonisation**. Éditions du Seuil, Paris, 1975.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva Ma. Política del Tándem Clinton-Gore en Materia de Información: El Liderazgo de los Estados Unidos. In: **La Sociedad de la Información: Política, Tecnología e Industria de los Contenidos**. M. C. S. (Coord.). Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces, S. A, 1999.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva Maria. Política del Tándem Clinton-Gore en Materia de Información: El liderazgo de los Estados Unidos. In DOMÍNGUEZ ARTEAGA, Rosa Amelia. **Políticas de información en México: hacia la conformación de una estrategia nacional**. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE BRECHA DIGITAL E INCLUSIÓN SOCIAL, 2. Madrid, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital, rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

METZNER, Tobías. La migración haitiana hacia Brasil: Estudio en el país de origen. **Cuadernos migratorios**, n. 6. La migración haitiana hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos. Oficina regional para América del sur. Argentina, 2014.

MÉXICO. Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, Presidencia de la República. **Plan Nacional de Desarrollo 2001-2006**. México: Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, Presidencia de la República, 2001.

MIÈGE, Bernard. **L'Information-communication, objet de connaissances**. De Boeck-INA. Bruxelles, 2004.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa (2005).

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LA COLONIALIDAD DEL SABER: EUROCENTRISMO Y CIENCIAS SOCIALES. PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2000. Pág. 34-52.

MINISTÈRE DE L'ECONOMIE ET DES FINANCES. **Bulletin statistique de la dette publique**: exercice 2016-2017. Bulletin no 003; 3ème trimestre. DGTCP: Direction Général du Trésor et de la Comptabilité publique, Juin 2017.

MINISTÈRE DE L'ECONOMIE ET DES FINANCES. **Bulletin statistique de la dette publique**: exercice 2017-2018. Bulletin no 006; 2ème Trimestre. DGTCP: Direction Général du Trésor et de la Comptabilité publique, Mars 2018.

MINISTÈRE DES AFFAIRES SOCIALES ET DU TRAVAIL. Évaluation des besoins post cyclone Mathieu: Secteur emploi et Moyen de Subsistance. **ECVMAS 2012**. Port-au-Prince, 2016.

MONTVILOFF, Victor. **Políticas Nacionales de Información - Manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información**. Programa General de Información y UNESCO, París: Unesco, 1990.

MOORE, Nick. **Information Policy and strategic development: a framework for the analysis of policy objectives.** EmeraldInsight; London, 1993.

MOORE, Nick. **The information society. Chapter 20.** Policy Studies Institute. United Kingdom, 2014.

MORALES CAMPOS, Estela. El derecho a la información y las políticas de información en América Latina. UNAM-México. **65th IFLA Council and General Conference**, Bangkok, Thailand, August 20-August 28, 1999.

MOULIER-BOUTANG, Yann. **Cognitive capitalism.** London: Polity Press, 2011.

MOURA, Maria Aparecida. **A construção do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACHADO MUELLER, Suzana Pinheiro. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.** São Paulo: Zora, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio. Resolução A/RES/55/2.** Cimeira do Milênio - Nova Iorque, 6- 8 Setembro de 2000. Publicado pelo Centro de Informação das Nações Unidas, Lisboa, 2001.

NATIONS UNIES. **Construire des secteurs financiers accessibles à tous.** New York, Nations Unies, 2006.

NEIMAN, Guillermo; QUARANTA, German. Los estudios de caso en la investigación sociológica. *In:* VASILACHIS DE GIALDINO (ed.) **Estrategias en investigación cualitativa.** Buenos Aires: Gedisa, 2007.

NEWBERRY, Christina. 25 YouTube Statistics that May Surprise You: 2021 Edition. Strategy. **HootSuite.** February 2, 2021. Disponível em: <<https://blog.hootsuite.com/youtube-stats-marketers/>> Acesso em: 14 de junho de 2021.

NIETO, Carlos. Migración haitiana a Brasil. Redes migratorias y espacio social transnacional. **Informe de Investigación Programa de Estudios sobre la pobreza,** CLACSO, 2014.

OASI. **Estudio sobre las nuevas profesiones de la sociedad de la información/ Observatorio Aragonés de Sociedad de la Información.** Zaragoza: Departamento de Innovación, Investigación y Universidad, Gobierno de Aragón, 2016

OGÉCIME, Mardochée. **Um olhar sobre políticas da informação na sociedade contemporânea.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2016.

OGÉCIME, Mardochée; MOURA, Maria Aparecida. Sociedade da informação e do conhecimento: condições e possibilidades de desenvolvimento na periferia. *In:* REDE FRANCO-BRASILEIRA DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 4. 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**, Belo Horizonte, 2019a.

OGÉCIME, Mardochée; MOURA, Maria Aparecida. As aporias da economia da economia política da informação e do conhecimento no interior do capitalismo informacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20. 2019, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, 2019b.

OGÉCIME, Mardochée; SILVA, Rubens Alves. Dos níveis da memória aos seus desdobramentos infotecnistas na sociedade da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. v. 14, n. 4 (2019).

OLIVEIRA, Ivanilde Apoliceno; DIAS, Alder Sousa. Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. **Conjectura, Caixa do sul**, v. 17, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2012.

ORGANISATION POUR LA COOPERATION... **Principes de l'OCDE pour renforcer l'intégrité dans les marchés publics**. Paris, 2011.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Diagnóstico regional sobre migración haitiana**. Impresión: Irap. Argentina, 2017.

OVERMAN, E.S; CAHILL, A.G. Information policy a study of value in the policy process. **Policy Studies Review** 9. USA, 1990.

PAIK, Naomi A. Carceral Quarantine at Guantánamo: Legacies of U.S. Imprisonment of Haitian Refugees. **Radical History Review**. Washington, 2013.

PAUL, Bénédicte; DAMEUS, Alix; GARRABE, Michel. Le processus de tertiarisation de l'économie haïtienne. **Études caribéennes**. Diasporas protéiformes. 2010.

PÉAN, Leslie Jean-Robert. **Haïti, économie politique de la corruption. L'ensauvagement macoute et ses conséquences - 1957-1990**. Tome IV. Maisonneuve et Larose, 2007.

PERCHELLET, Sophie. **Construire ou reconstruire Haïti?**, Francophonie, 2013.

PEREIRA, Margarida. Governança territorial multinível: fratura(s) entre teoria e prática(s). **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 4, n. 2, p. 4-20, jul./dez. 2014.

PHILIPPE, Bénéton. **Introduction à la politique**. Droit et Science Politique. Quadrige, puf. Paris, 2018.

PIERRE ÉTIENNE, Sauveur. La crise de 1946: Résurgence de l'État néopatrimonial haïtien et dysfonctionnement total des institutions de l'État post-occupation. **Chapitre 6. L'Énigme Haïtienne**. Presses de l'Université de Montréal, 2017. Acesso em: <<https://books.openedition.org/pum/15187>>

PIERRE, Gotson. **O Haiti na sociedade de informação: mecanismos e condições da apropriação tecnológica**. Redistic, 2003.

PLATEFORME HAÏTIENNE DE PLAIDOYER POUR UN DÉVELOPPEMENT ALTERNATIF. **Crise alimentaire et les défis de la relance agricole en Haïti: Quelles réponses aujourd'hui?**. Programme de Plaidoyer pour une Intégration Économique Alternative (IEA). Port-au-Prince, 2008.

POMPILUS, Pradel. **Le problème linguistique haïtien**. Fardin. Haïti, 1985a.

POMPILUS, Pradel. **La langue française en Haïti. Thèse de doctorat**. Texas University. Fardin, 1985b.

PONJUÁN DANTE, Gloria. **Gestión de información en las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones**. CECAPI, Universidad de Chile, Santiago de Chile. 1998.

PONJUÁN DANTE, Gloria. Las políticas nacionales de información en el contexto Latinoamericano: el caso de Cuba. **Revista General de Información y Documentación**, 1993. vol. 3, núm. 1, p. 115-121.

PORRAS, Laila. Croissance, inégalités et pauvreté au sein des pays émergents: le cas des BRICS. 18 | 2e semestre / Automne 2015: Contestations monétaires. Une économie politique de la monnaie. **Revue de la régulation: Capitalisme, institutions, pouvoirs**. Paris, 2015.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Pós-grande indústria e neoliberalismo, **Revista de economia política**, v. 25, n. 1, p. 11-27, jan-mar. 2005a.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista? **Revista Outubro**, v. 13, n.1, p-47-57, 2005b.

PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. **International Journal of Peace Studies**, p. 23-42, 2005.

QUIROZ WALDEZ, Franco Javier. Sociedad de la información y del conocimiento. **Boletín de los Sistemas Nacionales Estadísticos y de Información Geográfica**. v. 1, n. 1. México, 2005.

RAGIN, Charles C. **La construcción de la investigación social, Introducción a los métodos, y a su diversidad**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad de los Andes, 2007.

RIBEIRO, Lacy Ramos Jubé. Pensamento e linguagem nas teorias histórico-cultural e sociocultural: contribuições para o ensino da língua materna. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

RICŒUR, Paul. **Interpretation Theory. Discourse and the Surplus of Meaning**. Fort Worth, Texas Christian University Press, 1976.

RIDORÉ, Géraldine. Étude sur le développement financier et la croissance économique en Haïti sur la période 1986-2010, **mémoire de licence** (sciences économiques), Université d'État d'Haïti, 67 p. Port-au-Prince, 2011.

ROBLIN, Yves. Evolution des statistiques scolaires de 2010 a 2019 en Haïti. **OmniScient; Gouvernance**; publication novembre 2020. Port-au-Prince, 2020. Disponível em: <<https://omniscientinfo.com/evolution-des-statistiques-scolaires-de-2010-a-2019-en-haiti/>> Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Política nacional de arquivos [manuscrito]: bases conceituais, ações e problemas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2012.

ROSA, Renata de Melo. **A construção da desigualdade no Haiti?** Experiências históricas e situações atuais. Brasília, 2016.

ROWLANDS, Ian. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. **Journals of Information Science**, v. 22, n. 1. 1996.

RUIVO, Fernando. **O Estado Labiríntico. O Poder Relacional entre Poderes Local e Central em Portugal**. Afrontamento. Porto, 2000.

SÁNCHEZ VANDERKAST, Egbert John. Políticas de información: el amplio espectro de la investigación. **Investigación Bibliotecológica: archivología, bibliotecología, e información**. v. 19, n. 38, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. Mediações tecnológicas e suas metáforas. In: \_\_\_\_\_. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 189- 230.

SANTOS, Boaventura de Souza. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências: para uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo (2007).

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice. **O Social e o Político na Pós - modernidade**. Afrontamento. Porto, 1994.

SANTOS, E. A. Crédito à morte: A decomposição do capitalismo e suas críticas, de Anselm Jappe. **Plural**, v. 20, n. 2, p 219-222, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHILLER, Herbert. **Communication and cultural domination**. White Plains, ME Sharpe. New York, 1979.

SCHILLER, Herbert. **Mass communication and American empire**. 2d ed. Boulder, CO: Westview Press, 1992

SCHNAPPER, Dominique. **Qu'est-ce que l'intégration**. Éditions Gallimard, 2007, p. 205.

SCHOFIELD, John; SZYMANSKI, Rosy. **Local Heritage, Global Context: Cultural Perspectives on Sense of Place**. Ashgate Publishing, Ltd., 2011.

SCHWEYER, F. -X. Vers un État partenaire? in S. Paugam (dir.), **L'Exclusion. L'état des Savoirs**. La Découverte. Paris, 1996, pp. 487 -506.

SEBASTIÁN et al. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. **Ed. Ciencia de la información**. 2000, v. 29, n. 2, mayo-agosto, p. 22-36.

SEN, Amartya. **Repenser l'inégalité**. Seuil. Paris, 2000.

SENADO FEDERAL. **Direitos Humanos: Atos internacionais e normas correlatas**. Coordenação de Edições técnicas. 4ª Edição. Brasília, 2013.

SINAY, Clara Budnik; MICHELSON, María Luisa de la Maza. **Política de equidad en el acceso a la información avanzando hacia un Chile digital**. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 2, p. 68-74, maio/ago. 2006.

TEHINDRAZARIVELO, Djacoba Liva. Le racisme à l'égard des migrants en Europe. Collection: Migration. **Publishing Editions: Conseil de l'Europe**. Paris, 2009.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; ROTTA, Tomás Nielsen. Valueless knowledge-commodities and financialization: Productive and financial dimensions of capital automatization. **Review of Radical Political Economics**. v. 44, n. 4, 2012.

TERRA, Ana Lúcia. **Políticas de informação para bibliotecas digitais: conceitos e componentes**. Portugal: Instituto Politécnico do Porto, 2013.

THERMIDOR, Feguerson. **Du problème de la technologie en Haïti à la technologie du problème haïtien**. Hachette. Port-au-Prince, 2021.

THOMAS, Madiou. **Histoire d'Haïti**: tome III. Henri Deschamps. PAP, Haïti, 1989.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index reinforces the link between poverty and corruption**. New York, 2006

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **L'essai Prétendus Créolismes: le couteau dans l'igname**. Jean-Robert Léonidas, Cidihca. Montréal 1995.

TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes, 1970.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Tabela oficial de 2016**. Transparência Internacional. Notes of 25 de janeiro de 2017. London, 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Haiti Corruption Index: 2002-2019 Data**. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/haiti/corruption-index>>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption perceptions index: table 2020. **The global coalition against corruption**. Disponível em: <<https://www.transparency.org/en/cpi/2020/table>> Acesso em: 16 de junho de 2021.

TRIVINHO, Eugênio. Dromocracia, cibercultura e transpolítica. *In: A dromocracia cibercultural: Lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 46-87.

TRIVINHO, Eugênio. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da comunicação na experiência do Ciberespaço. *In: Para navegar no século XXI/21: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Orgs: Francisco Menezes Martins; Juremir Machado da Silva. 3ra Ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003 pág. 167 – 180.

UNITED NATIONS. **Global Alliance for Information and Communication Technologies and Development (GAID)**. What is GAID?. Washington, 2016a.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. A/RES/70/1. New York, 2016b.

UNITED NATIONS. **International Migrant Stock: The 2015 Revision** (banco de Dados). Washington, 2014.

UNITED NATIONS. Close the Gap. **Bridging the digital divide. GAID**. [Online] 2013. <http://close-the-gap.org/discover-us/united-nations/un-gaid/>

UNITED NATIONS. **Manual for the Production of Statistics on the Information Economy**. Revised Edition. New York and Geneva, 2009.

UNESCO. Décisions adoptées par le conseil exécutif à sa quatrième session extraordinaire. **4 X/EX/Décisions**. Paris, 1985. <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000628/062826F.pdf>

UNESCO. Replacement of the General Information Programme (PGI) and of the Intergovernmental Informatics Programme (IIP) by a new intergovernmental programme. **Executive Board. 160 EX/17 Rev.** Paris, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001203/120374e.pdf>> Acesso em: 29 de Maio de 2018.

UNESCO. **La UNESCO y la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información**, Sueca, 2003.

UNESCO. **Medium-Term strategy for 2008-2013**. France, 2008. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001499/149999e.pdf>> Acesso em: 30 de maio de 2018.

UNESCO. Education 2030. Incheon Declaration and Framework for action. **Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all**. Incheon, Republic of Korea, 2015a.

UNESCO. **Rethinking Education: Towards a global common good**. Paris, 2015b. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232555e.pdf>

UNGER, R.J.G.; FREIRE, I.M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n.2. 2008.

UNTERSINGER, Martin et al. Cyberspace: la guerre mondiale des données. **Le monde. International** – publication 23 juillet 2018 – Mise à jour 04 juillet 2019.

UTZ, Anuja; DAHLMAN, Carl. **India and the knowledge economy: Leveraging strengths and opportunities**. Finance and Private sector development Unit south Asia Region. WBI Development Studies. Washington, 2005.

VALLÉS, M. Josep. **Política: una introducción**. Sexta edición, Editorial Ariel, S. A. Botánica. Barcelona. 2007.

VALLER FILHO, Wladimir. O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. **Thesaurus Editora**, 2007.

VEER, Kees Van D. et al. The centre-periphery theory revisited: A holistic multidimensional approach of social behavior, social change and social conflicts. **Rozenberg: Publishers**. Amsterdam, 2009.

VENTURA, Jaume; BRONER, Fernando. Rethinking the effects of financial globalization. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 131, Issue 3, August 2016, Pages 1497-1542.

VINCENT, Miloddy; CHERY, Jean Claude. **Présentation synoptique sur la situation des TIC en Haïti**. Atelier mondial sur les indicateurs d'accès communautaire aux TIC, 16 – 19 novembre, Projet HAI/98/003; Mexico, 2003.

VICENTE CUERVO, María Rosalía; LÓPEZ MENÉNDEZ, Ana Jesús. **Métricas e indicadores de la sociedad de la información: panorámica de la situación actual**. Estadística española. Vol. 50, núm. 168. España, 2008.

VICENTE CUERVO, María Rosalía; LÓPEZ MENÉNDEZ, Ana Jesús. Indicadores de la Sociedad de la Información. Una revisión crítica. **Anales de Economía Aplicada**, XVII Reunión ASEPELT- España, Almería, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system: Capitalist Agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth Century**. University of California Press, 1st Edition, 2011.

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. 2da ed. London: Routledge, 2002.

WEIK, Elke. Introducing “The Creativity of Action” into Institutional Theory. **Revue: Management**; vol. 15; 2015/5. Pág. 564-581.

WIKIMEDIA. Wikimedia Traffic Analysis Report - Wikipedia Page Views Per Country – Breakdown. **Monthly requests or daily averages**, for period: 1 Jul 2009 - 30 Sep 2015 (last 12 months). Disponível em: [Wikimedia Traffic Analysis Report - Wikipedia <font color=#008000>Page Views Per Country</font> - Breakdown](#). Acesso em: 11 de dez. de 2020.

WILSON, Mark I.; KELLERMAN, Aharon; COREY, Kenneth E. Global Information Society: Technology, Knowledge, and mobility. Human Geography in **the 21th – Issues and applications**. Rowman & Littlefield publishers, Inc. United Kingdom, 2013.

WORLD BANK. **Building knowledge economies: Advanced strategies for development**. World Bank, Institute Development Studies. Washington, 2007. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6853>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

WORLD BANK. Helping countries combat corruption: the role of the World Bank. **Report of the Corruption Action Plan Working Group**. Washington, 1997.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY. **Declaração de Princípios**: construir a sociedade da informação: um desafio global no novo milênio. Tunis, 2005.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **International trade statistics 2014**. Geneva, 2014.

WORLD WIDE... **Distribution of content languages among websites that use .ht**. [Data 2015]. Disponível em: [https://w3techs.com/technologies/segmentation/tld-ht-content\\_language](https://w3techs.com/technologies/segmentation/tld-ht-content_language). Acesso em: 11 de dezembro de 2020.

ZANNI et al. Para que servem os Estudos de Caso Único? *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 35. Rio de Janeiro/RJ - setembro, 2011.

ZANUSO, Claire; ROUBAUD François; TORELLI, Constance. Le marché du travail en Haïti après le séisme: quelle place pour les jeunes. **Presses de sciences Po**. Autrepart. n. 71 - vol 3. 2014.

ZUBIRI, Xavier. **Sobre la esencia**. Nueva Edición. Fundación Xavier Zubiri – Alianza Editorial. España, 2008.

ZUBIRI, Xavier. **Estructura dinámica de la realidad**. Alianza Editorial. España, 1994.